SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ACRE – SFA - AC
Seção de Planejamento e Acompanhamento
Divisão Técnica

Relatório de Gestão

2008

Rio Branco-AC, março de 2009

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre
Seção de Planejamento e Acompanhamento
Rodovia Ac-40, Nº 793 - Cep 69901-180 - Rio Branco-Ac - Telefones: (68) 3212 – 1316, 3212-1300. Fax: (68)3212 – 1313 / 3212-1318
E-Mail: Hyperlink "Mailto:gab-ac@Agricultura.gov.br" spa-ac@Agricultura.gov.br;dt-ac@agricultura.gov.br

B – ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2008

Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13, IN/TCU 57/2008)	**LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)**
1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis (art. 10 da IN/TCU 57/2008).	Fls. 004
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados.	Fls. 010
• Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II	Fls.109
III. Informações contábeis	
▪ Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do Siafi	Fls. 116
▪ Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos	Não se aplica.
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas.	Fls. 117
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão	Não se aplica.
▪ Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.	Fls. 119

LOCAL/DATA	**ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL**
Rio Branco-Acre, 31 de março de 2009	

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	

SITUAÇÃO

1 ( ) A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 13 da IN/TCU 57/2008 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII e X da DN/TCU __/2008, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.

2 ( ) Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 57/2008 e pela DN/TCU __/2008, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

_____
_____
_____
_____

LOCAL/DATA	**ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL**

3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
LOCAL/DATA	**ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL**

(*) Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever “não se aplica”.

1. **Identificação**

Item 1 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008

Tabela 1 – dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome Completo:	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC.
CNPJ:	00.396.895/0014-40
Natureza Jurídica:	Poder Executivo
Vinculação Ministerial :	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
Endereço completo da sede:	Rodovia Ac 40, Nº 793 – Cep 69901-180 - Rio Branco-AC Telefones: (68) 3212 – 1300 Fax: (68) 3212 – 1313 / 3212-1318 .
Endereço da página institucional na internet:	www.agricultura.gov.br E-MAIL: sfa-ac@agricultura.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Decreto Imperial nº 1067 de 28/07/1860, Decreto nº 1142 de 02/11/1892, Decreto nº 19448 de 03/12/1930, Medida Provisória nº 150 de 15/03/1990, Lei nº 8.028 de 12/04/1990, Medida Provisória 2216-37 de 31/08/2001, Medida Provisória 103 de 01/01/2003, depois convertida na Lei 10.683 de 28 de maio de 2003.
Código da UJ titular do relatório:	130088 - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre.
Código da UJ abrangida:	
Situação da unidade quanto ao funcionamento:	Em funcionamento.
Função de governo predominante:	Agricultura.
Tipo de atividade:	Fiscalização
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI.	**Nome:** Tesouro nacional **código**: 000001

Competências Institucionais

O Ministério da Agricultura, originalmente denominado Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi criado no século XIX por decisão da Assembléia Legislativa, quando da promulgação do Decreto Imperial nº 1067 de 28 de julho de 1860, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império.

A estrutura organizacional da Secretaria dos Negócios da Agricultura perdurou por 32 anos, quando então, no início do Regime Republicano, foi extinta e suas atribuições absorvidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, com fulcro no disposto no Decreto nº 1.142 de 2 de novembro de 1892. Pelo disposto no referido diploma legal os assuntos da Agricultura ficaram obscuramente afetos à 2ª Secção da 3ª Diretoria daquele Ministério.

Pelo Decreto n º 19.448, de 3 de dezembro de 1930, passou o Ministério da Agricultura a compor a estrutura governamental da República , sendo-lhe atribuído, de direito, no cenário nacional, a proeminência político-econômico devida.

Em síntese, as competências e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura permaneceram inalteradas por 50 anos, quando na década de 1980, lhe foram excluídas da competência os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiro. Posteriormente em 15 de março de 1990 com a promulgação da Medida Provisória 150, convertida na Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990 que dispôs sobre a "reorganização e funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", foi criada uma nova Pasta da Agricultura a qual foram outorgadas as tradicionais atribuições, a exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas as ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação. Após 1990, em razão das competências que lhe foram sendo ou não conferidas, a denominação e a estrutura organizacional da Pasta da Agricultura foram sendo adequadas, tais como: Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001 incorpora em seu nome a designação pecuária, passando a ser denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em clara demonstração da importância deste segmento inclusive pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global, tendo em vista a Balança Comercial do País. Quando da edição da Medida Provisória nº 103 de 1º de janeiro de 2003, depois convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio deste mesmo ano, fica mantida a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo-lhe no entanto retirados os assuntos relacionados aos assuntos pesqueiros.

Da Categoria e Finalidade

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;

assistência técnica e extensão rural;

infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;

produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;

administração de recursos humanos e de serviços gerais;

programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
aperfeiçoamento da Gestão da Superintendência.

As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação das atividades de Defesa Agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

Compete, ainda às Superintendências Federais a execução de específicas atividades demandadas pela Secretaria Executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

A organização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MAPA-AC observará a seguinte estrutura básica:

Unidades de Assistência Direta:

Serviço ou Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA/SFA-AC; e
Serviço ou Seção de Suporte Técnico-Operacional e Comunicação Social – STC/SFA-AC;

Unidades de Execução Finalística:

Unidades centrais:

Divisão Técnica – DT/SFA-AC;
Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT-AC;
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG-DT-AC;
Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG-DT-AC;
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG/DT-AC;
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO-DT-AC.

Unidades Descentralizadas:

Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Epitaciolândia/VIGIAGRO-AC;
Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Assis Brasil/VIGIAGRO-AC;

Unidades de Apoio Operacional:

Serviço de Apoio Administrativo-SAD/SFAAC;
Seção de Atividades Gerais - SAG/SAD-AC;
Setor de Material e Patrimônio - SMP/SAG-AC;
Setor de Transportes - STR/SAG-AC;
Setor de Protocolo - SPR/SAG-AC;
Seção de Recursos Humanos - SRH/SAD-AC;
Setor de Administração de Pessoal - SAP/SRH-AC;
Setor de Desenvolvimento de Pessoas - SDP/SRH/AC;
Seção de Execução Orçamentária e Financeira- SEOF/SAD-AC;
Seção de Tecnologia da Informação - STI/SAD-AC.

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

Item 2 do conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

No contexto internacional e em se perder de vista que 93 % do saldo positivo da balança comercial brasileira se devem ao agronegócio, o serviço de vigilância internacional possibilita o controle da exportação e da entrada de produtos agropecuários.

No Acre, especificamente, uma interrupção nos Serviços de Políticas de Desenvolvimento, Inspeção de Produtos, Fiscalização de Insumos, Defesa Sanitária e Vigilância Agropecuária Internacional, causaria uma série de transtornos, em micro e macro escalas, que inviabilizariam o desenvolvimento do agronegócio.

A inspeção direta e a classificação dos produtos de origem animal e vegetal, como bebidas e refrigerantes, carne e seus derivados, garantem um padrão mínimo dos alimentos que chegam à mesa do consumidor. Permitem também que, de acordo com as legislações nacional e internacional pertinentes, os mesmos sejam comercializados em outros estados e países, contribuindo com um saldo favorável na balança comercial.

A fiscalização da produção e comércio de produtos veterinários, de alimentos para animais, de sementes, de agrotóxicos, de fertilizantes, corretivos e inoculantes, é responsável diretamente pela qualidade dos produtos. Além do combate da produção e comercialização clandestina, são realizadas vistorias e controle através da coleta de amostras e análises laboratoriais. Desta forma, com os respectivos registros dos estabelecimentos e resultados dos testes, os produtos chegam ao mercado com qualidade, uniformidade e garantia dos padrões estabelecidos. Indiretamente, alcança-se uma produção agropecuária que oferece alimentos mais seguros e saudáveis.

A importância do serviço de defesa sanitária animal e vegetal resulta no eficiente monitoramento, controle e proteção, contra zoonoses e outras doenças que inclusive poderiam infectar os seres humanos. Nesse sentido, o setor agropecuário está protegido contra a entrada de doenças e pragas. Nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu uma devastação nas florestas naturais, pois foram atacadas por um besouro de origem asiática que estava presente nos palets de madeira dos produtos importados, fato que rechaçamos, mesmo em pensamento, quando vislumbramos o que poderia ocorrer com a Floresta Amazônica.

2.2. **Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.**

As atividades e ações da Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Acre, muitas vezes, passam despercebidas pela sociedade. Contudo, a falta dos recursos financeiros repassados ao Estado e Municípios e dos serviços prestados pelo MAPA causaria sérios impactos diretos e indiretos na vida da população, que somente seriam sentidos ao longo do tempo.

As políticas de desenvolvimento adequadas disponibilizam fomento e capacitação para produtores e técnicos. Com o repasse financeiro firmado nos convênios com o Estado do Acre e com a grande maioria dos municípios acreanos é possível garantir a qualidade dos rebanhos bovinos, bem como estimular o mercado da produção orgânica, proporcionando à população frutas, verduras, raízes e outras partes de vegetais mais saudáveis.

Além de respaldar manutenção de contratos de exportação para o mercado internacional, a defesa sanitária animal e vegetal possibilitam a criação de verdadeiras barreiras contra pragas e doenças. Sem esta proteção, a cadeia produtiva do agronegócio estaria fragilizada, pois a exposição das lavouras e rebanhos a essas intempéries poderiam causar a queda dos valores dos produtos agropecuários e o desemprego em massa.

Por fim, os esforços despendidos pelos servidores administrativos e técnicos para a consecução da finalidade e dos objetivos propostos, por vezes atuando em ambientes

insalubres e perigosos, justificam a manutenção e, até mesmo, a ampliação do quadro de servidores, a fim de atender a crescente demanda do setor agropecuário.

2.3. **Programas**

2.3.1. **Programa : código 0375 - Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários.**

Tabela 2. a. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Objetivos Específicos	Garantir a qualidade da produção e produtividade agropecuária.
Gerente do Programa:	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Maria Angélica Ribeiro De Oliveira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	**Manoel das Dores Mendes**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de fiscalizações realizadas Número de estabelecimentos fiscalizados; Produtos Fiscalizados com e sem coleta de amostras.
Público alvo	Produtores, estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

2.3.2. **Principais Ações do Programa 0375:**

2.3.2.1. **Ação**: **Código - 2124 - Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal / FISCINAN.**

Tabela 2..b. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição.	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal – CPAA / DFIP / DAS

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/SFA/AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 6.198, de 26/12/1974; Decreto nº 76.986, de 06/01/1976; Instrução Normativa nº 4, de 23/02/2007.

Tabela 2.c. resultados da ação no exercício

Execução física				
Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Indicador de desempenho eficácia (%)
Fiscalizações realizadas.	Nº	108	102	94.4
Amostras coletadas	nº	10	06	60
Estabelecimentos fiscalizados	nº	40	48	120
Estabelecimentos Registrados	nº	10	20	200
Rótulos e produtos aprovados	nº	04	06	150
Produtos Fiscalizados	nº	100	120	120
Participação em Reuniões Técnicas Nacionais	nº reuniões	02	03	150

Tabela 2..d. resultados da ação no exercício

Execução financeira		
Natureza da Despeza	Liquidado	Execução %
339014	2.402,41	100
339033	2.028,28	100

Observações:

O Laboratório de referência utilizado pelo SEFAG/SFA-AC, LANAGRO/PA, para o processamento de amostras de alimentos para animais teve problemas com alguns equipamentos, impossibilitando o envio de maior número de amostras para análises para fins de controle de qualidade e garantias dos produtos que estão no mercado.

Indicador de desempenho – efetividade

Utilizamos como indicador de desempenho de efetividade o número de fiscalizações realizadas em 2008 e o número de fiscalizações programadas para 2008.

Índice:

$$\frac{\text{Nº fiscalizações realizadas em 2008}}{\text{N°de fiscalizações programadas p/2008}} = \frac{102}{108} = 0{,}94 \times 100 = 94{,}44\%$$

2.3.2.2. **Ação**: **Código - 2019 / Ação** – Fiscalização da Produção e Comercialização de Material Genético para Multiplicação Animal / **FISCGENE.**

Tabela 2..e. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de Multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

Descrição.	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso analises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais..
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Divisão de |Fiscalização de Material Genético – DFIP / SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/SFA/AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Art. 1º, III, da Lei nº 9.71 2/1 998; Lei nº 6.446, de 05/10/1977; Decreto nº 187, de 09/08/1991; Portaria Ministerial nº 501 de 06/09/1993; Portaria/SDR de 05/09/1996; Portaria de 05/09/ 1996; Instrução Normativa nº 04, de 30/1 2/1 998; Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 21/02/2003.

Tabela 2.f. metas e resultados da ação no exercício

Execução Fisica				
Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Indicador de desempenho eficácia (%)
Fiscalizações realizadas.	unidade	04	04	100
Estabelecimentos fiscalizados	unidade	02	02	100
Participação em reuniões técnicas nacionais	unidade	02	02	100

Observações:

A situação sobre estabelecimentos ligados a área de material de multiplicação animal era desconhecida no Acre, só havia um estabelecimento em processo de registro no SEFAG/SFA – AC, porém após alguns levantamentos foram encontrados dois estabelecimentos produtores de material de multiplicação animal e um estabelecimento comercial ainda não registrado. Acredita-se que dando prosseguimento ao trabalho outros estabelecimentos serão encontrados. Portanto, usamos o que se tem de conhecimento até o presente momento para determinar o número de estabelecimentos existentes.

Utilizamos como índice de eficiência – produtividade, o nº de estabelecimentos fiscalizados em 2008 e o nº de estabelecimentos existentes.

$$\frac{\text{Nº de estabelecimentos fiscalizados em 2008}}{\text{Nº de estabelecimentos existentes}} = \frac{02}{02} = 100\%$$

2.3.2.3. **Ação**: **Código - 2140 / Ação** – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – **FISPROVET.**

Tabela 2..g. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição.	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3593 - Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/SFA/AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto-Lei nº 467/1969; Decreto nº 5.053/2004, Instrução Normativa nº 13/2003 e Portaria Ministerial nº 301/1996.

Tabela 2.h. metas e resultados da ação no exercício

Execução Fisica				
Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Indicador de desempenho eficácia(%)
Fiscalizações realizadas.	unidade	94	92	97,8
Estabelecimentos fiscalizados	unidade	40	40	100
Estabelecimentos registrados	unidade	20	31	155
Participação em Reuniões Técnicas nacionais	unidade	02	02	100

Observações:

O Estado do Acre não possui fábricas de produtos veterinários, toda fiscalização deste Serviço é executada em estabelecimentos comerciais.

Tabela 2.i. metas e resultados da ação no exercício

Execução financeira / FISPROVET		
Natureza da Despeza	Liquidado	Execução %
339014	1.259,27	100
339030	400,00	100
339033	5.418,02	100

2.3.2.4. **Ação**: **Código - 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas / FISCALSEM 1.**

Tabela 2.j. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição.	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas-RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Sementes e Mudas – CSM / DFIA / SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/SFA/AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 6.507, de 19/12/1977, e seu regulamento no Decreto nº 81.771, de 07/06/1978; Portaria MAPA nº 437, de 25/11/1 985.

Tabela 2.k. metas e resultados da ação no exercício

Execução Fisica				
Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Indicador de desempenho Eficácia (%)
Produtos fiscalizados	unidade	60	74	123
Estabelecimentos fiscalizados	unidade	40	48	120
Fiscalização em estabelecimentos produtores e comerciais	unidade	80	98	122
Coleta de amostra de produto para análises de qualidade	unidade	50	45	90
Participação em reuniões técnicas estaduais	unidade	12	14	116

realizadas.				
Participação em reuniões técnicas nacionais realizadas	unidade	05	07	140
Estabelecimento credenciado	unidade	25	31	124

Tabela 2.l. metas e resultados da ação no exercício

Execução Financeira / FISCALSEM 1		
Natureza da Despeza	Liquidado	Execução %
339014	5.216,90	100
339030	1.601,20	100
339033	18.860,00	100
339039	10.000,00	100

Indicador de desempenho:

Índice de Eficiência – produtividade

Índice de fiscalização = $\frac{\text{nº de estabelecimento fiscalizado}}{\text{Nº de Fiscais envolvidos}} = \frac{48}{02} = 24 \times 100 = 2400\%$

Índice de Fiscalização realizada= $\frac{\text{nº de fiscalização realizada}}{\text{nº de fiscais envolvidos}} = \frac{98}{02} = 49 \times 100 = 4900\%$

2.3.2.5. **Ação**: **Código - 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes / FISFECOI 1.**

Tabela 2. m. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição.	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC / DFIA.
Áreas (dentro da UJ)	

responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/SFA/AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto 5.351/2005, Decreto 4.954/2004 e Decreto 5.741/2006.

Tabela 2.n. metas e resultados da ação no exercício

Execução Fisica				
Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Resultado (%)
Estabelecimento fiscalizado	unidade	25	26	104
Produto fiscalizado sem coleta de amostra	Unidade	15	15	100
Produto fiscalizado com coleta de amostra p/controle de qualidade	unidade	15	12	80

Tabela 2.o. metas e resultados da ação no exercício

Execução Financeira / FISFECOI		
Natureza da Despeza	Liquidado	Execução %
339014	2.305,70	100
339030	205,00	100
339033	5.500,00	100

Produtos extraprogramação: atividades desenvolvidas a partir de demanda eventual.

Durante a última semana de outubro de 2008, os Fiscais Federais Agropecuários do SEFAG/SFA-AC, participaram de uma Força Tarefa com fiscais das Superintendências dos Estados do Pará e Rondônia, para execução do Projeto de Fiscalização Integrada em viveiros de produção de mudas de 07(sete) municípios do Estado do Acre, visando levantar à existência de sementes clandestinas de pupunha oriunda dos Paises vizinhos Peru e Bolívia, e orientar os produtores com relação à proibição de aquisição sementes de pupunha que entram de forma irregular no Brasil.

Participação dos Fiscais do SEFAG/SFA - AC, na organização e realização do Encontro de Fiscalização e Seminário Regional Norte de Agrotóxicos e Afins, realizado no período de 15 a 19 de setembro de 2008, em Rio Branco – AC.

Participação de um fiscal do SEFAG/SFA – AC, em Força Tarefa com fiscais do SEFAG/SFA – MT, para executar Análises e Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, no período de 01 a 05 de setembro de 2008, em Cuiabá – MT.

Participação de um Fiscal do SEFAG/SFA – AC, em Seminário do Plano de Amostragem para Castanha do Brasil – Projeto CONFORCAST, realizado no período de 09 a 13 de novembro de 2008, em Belém – PA.

2.3.1. **Programa : código 6003 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.**

Tabela 2. 3.1. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de

	demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuáriosalvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Objetivos Específicos	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos
Gerente do Programa:	
Gerente Executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de estabelecimentos fiscalizados;
Público alvo	Produtores, estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.
Responsável pelo Programa	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC

2.3.2.6. **Ação**: **Código - 2272 / Ação –** Gestão e Administração do Programa – Capacitação em Acompanhamento de Convênio – **GAPCOOP.**

Tabela 2. p. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/SFA/AC.

Tabela 2.q. metas e resultados da ação no exercício

Execução Fisica				
Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Resultado (%)
Convênio acompanhado	unidade	01	01	100

2.3.2. Programa : código 0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tabela 2. 3.2. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação
Público alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

METAS/OBJETIVOS	QUANTIDADE PROGRAMADA	REALIZADA	RESULTADOS %
Emissão de Documentos para Trânsito – GTA	Indeterminada	80482	100
Emissão de Certificado de Inspeção Sanitária CIS-E.	Indeterminada	628	100
Emissão de Certificado Zoosanitário Internacional –CZI	Indeterminada	01	100
Emissão de Parecer Técnico	Indeterminada	139	100
Emissão de Documentos Oficiais	Indeterminado		
Exame Laboratorial de Raiva Animal	Indeterminada	354	100
Fiscalização de Feira Agropecuária	01	01	100
Fiscalização de Laboratórios Credenciados p/ AIE	03	01	33,3
Supervisão/vistorias em laboratórios Credenciados p/AIE.	Indeterminada	03	100
Acompanhamento das atividades de Méd. Vet. Sem Vínculo c/ Adm. Federal	21	00	00
Fiscalização de Posto de Vigilância Agropecuária	03	01 ???	33,3
Habilitação de Médicos Veterinários para ações do PNCEBT	Indeterminada	00	00
Observação das Informações Periódicas MA/SDA sobre	52	53	100

Aftosa**			
Informações Periódicas SDA sobre AIE	12	12	100
Participação em Congressos (1)	Indeterminada	01	100
Participação em Cursos / Seminários (2)	Indeterminada	06	100
Participação em Reunião Técnica fora do Estado (3)	Indeterminada	03	100
Remessa de amostra diagnóstico EEB –LANAGRO/PE	Indeterminada	33	100
Remessa de amostras de alimentos p/ ruminantes – LANAGRO/PA	17	14	82,4
Remessa de Exame reteste de AIE - LANAGRO/PA	Indeterminada	00	100
Requerimento de entrada de Animais área livre de Febre Aftosa	Indeterminada	01	100
Saída de Animais área livre de Febre Aftosa	Indeterminada	00	-
Supervisão no IDAF/AC (municípios de fronteira – ações do convênio)	Indeterminada	07	100
Visita aos Municípios do Estado – Avaliação do PNEFA	Indeterminado	07	100

** ficou a cargo do SEDESA, somente, a observação das informações enviadas ao DSA através do SIVICONT. Esta atribuição têm sido realizada com sucesso. O Acre deixou de informar somente 03 vezes. 01 devido problema de pessoal do coordenador e 02 por problemas de Sistema.

(1): - ENIPEC 2008 – Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária - 28 a 30/05/08 – Cuiabá / MT

- 26ª Conferência APINCO 2008 – 26 a 30/05/2008 – Santos /SP.

(2): - Seminário Internacional América do Sul Livre de Febre Aftosa: "Novos Paradigmas" – 09 a 13/03/2008 – Porto Alegre / RS

- Treinamento de Operacionalização do Subprograma de Investigação Bovino Vivo – PNCR – 27 a 30/04/08 – Pedro Leopoldo / MG

- Curso de Diagnóstico de Brucelose e Tuberculose no Centro Nacional de Produção de Gado de Leite – 05 a 09/05/08 – Coronel Pacheco / MG

- Curso para Emissão de GTA de Eqüídeos, realizado na UFMG – 01 a 05/09/08 - Belo Horizonte / MG

- 8º Seminário para Habilitação de Médicos Veterinários para o Diagnóstico de AIE e Reunião sobre Procedimentos para Implantação do Sistema de Gestão de Qualidade nos Laboratórios de AIE – 05 a 10/10/08 – Pedro Leopoldo / MG.

- XII ENFIT – Encontro Nacional de Fitossanitaristas – 30/11 a 05/12/2008 – Aracajú/SE

- Curso para Formação de Auditores Internos da Qualidade – EMBRAPA Meio Ambiente – 07 a 11/12/08 – Jaguariúna / SP

(3): - Reunião da AUTOTRAC e Reunião Semestral dos SEDESAS – 04 a 08/08/1008 –

Brasília/DF.

-Reunião do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos – PNSE e Seminário de Atualização sobre Procedimentos de Auditoria para o Credenciamento de Laboratórios de Diagnóstico de AIE – 25 a 29/08/08 – Pedro Leopoldo / MG

- Reunião do Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos – 27 a 31/10/08 – Porto Alegre / RS

- Reunião do DSA – 28 a 29/10/2008 – Brasília/DF.

- Reunião Regional de Educação Sanitária – 03 a 08/11/08 – Manaus / AM

- Reunião Anual dos SEDESAS – Área Animal –15/12 a19/12/08 – Cananéia/SP.

AVALIAÇÃO DOS CONTROLES UTILIZADOS	
RELATÓRIOS TÉCNICOS	**ENCAMINHADOS PARA**
Informes Epidemiológicos Mensais	SDA/MAPA/BSB
Planejamento Mensal de Atividades	DT/SFA/AC
Relatório Anual das Atividades Realizadas 2008	DT/SFA/AC
Relatório Mensal de Atividades Realizadas	DT/SFA/AC
Resultados de Exames de Raiva	CCZ/SEMSA, SESACRE, IDAF/AC.

RELATÓRIOS DE VIAGEM INTRAESTADUAL			
LOCALIDADE	**PE RÍODO**	**OBJETIVO**	**TÉCNICO**
Cruzeiro do Sul – AC	28 a 29/02/2008	Realizar Supervisão no Laboratório Vetesul – Laboratório Veterinário de Cruzeiro do Sul	Márcia Martins Lopes Pauline Martins da Cunha
Brasília	09 a 14/03/2008	Participar do II simulado de gabinete para Influenza Aviária em Brasília.	Maria Eva de Jesus
Brasil –DF	30/03 a03/04/2008	Participar da capacitação de auditores do SISBOV – Curso de Formação de auditores do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos.	Maria Eva de Jesus
Assis Brasil/ Brasiléia/Epitaciolândia/Xapuri/Capixaba/ Plácido de Castro.	14 a15/05/2008	Acompanhar a supervisão das ações do serviço oficial quanto ao uso dos MCTs (AUTOTRAC)	Maria Eva de Jesus
Porto Acre – AC	23/05/2008	Realizar Supervisão a campo da execução de atividades pertinentes ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose	Pauline Martins da Cunha
Assis Brasil / Brasiléia / Epitaciolândia – AC	10 a 12/09/2008	Realizar Coleta de Alimentos para Ruminantes em Propriedades Rurais com o Objetivo de Realizar a Vigilância para a Encefalopatia Espongiforme Bovina	Márcia Martins Lopes
Assis Brasil / Brasiléia / Epitaciolândia – AC	18 e 19/09/2008	Realizar Supervisão *in loco* das Atividades previstas no Plano de Trabalho do Convênio MAPA/ SFA-AC/ IDAF-AC n°002/2005	Pauline Martins da Cunha
Porto Acre/ Boca do acre/Acrelândia/Capixaba/Epitaciolândia/ Brasilléia.	30/09 a 02/10/2008	Acompanhar os auditores da DSA na supervisão do sistema de defesa Sanitária Animal do Estado do Acre e no município de Boca do acre –AM.	Maria Eva de Jesus
Xapuri / Capixaba – AC	14/10/2008	Realizar Supervisão *in loco* das Atividades previstas no Plano de Trabalho do Convênio MAPA/ SFA-AC/ IDAF-AC n°002/2005	Pauline Martins da Cunha

Acrelândia / Plácido de Castro – AC	15/10/2008	Realizar Supervisão *in loco* das Atividades previstas no Plano de Trabalho do Convênio MAPA/ SFA-AC/ IDAF-AC n°002/2005	Pauline Martins da Cunha
Plácido de Castro – AC	21/10/2008	Realizar Coleta de Alimentos para Ruminantes em Propriedades Rurais com o Objetivo de Realizar a Vigilância para a Encefalopatia Espongiforme Bovina	Márcia Martins Lopes Maria Eva de Jesus
Capixaba / Xapuri / Brasiléia / Epitaciolândia - AC	27 a 28/11/2008	Realizar supervisão *in loco* da execução de atividades previstas no plano de trabalho do convênio MAPA/SFA-AC/IDAF-AC nº 02/2005	Márcia Martins Lopes
Acrelândia / Plácido de Castro - SP	3 a 4/12/2008	Realizar supervisão *in loco* da execução de atividades previstas no plano de trabalho do convênio MAPA/SFA-AC/IDAF-AC nº 02/2005	Márcia Martins Lopes

RELATÓRIOS DE VIAGEM INTERESTADUAL			
LOCALIDADE	**PERÍODO**	**OBJETIVO**	**TÉCNICO**
Porto Alegre – RS	09 a 13/03/2008	Participar do Seminário Internacional América do Sul Livre de Febre Aftosa: “Novos Paradigmas”	Márcia Martins Lopes
MANAUS – AM	27 a 28/03/2008	Participar de Reunião para tratar do avanço da erradicação da Febre Aftosa nos estados do Norte e Maranhão	Pauline Martins da Cunha
Pedro Leopoldo – MG	27 a 30/04/2008	Participar de Treinamento de Operacionalização do Subprograma de Investigação Bovino Vivo – PNCR	Márcia Martins Lopes Maria Eva de Jesus
Coronel Pacheco – MG	05 a 09/05/2008	Participar do Curso de Diagnóstico de Brucelose e Tuberculose no Centro Nacional de Produção de Gado de Leite – CNPGL/EMBRAPA	Pauline Martins da Cunha
Santos –SP	25 a 30/05/2008	Participar da 26ª Conferência APINCO 2008	Maria Eva de Jesus
Cuiabá – MT	28 a 30/05/2008	Participar do ENIPEC 2008 – Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária, realizado de 28 a 30 de maio de 2008	Pauline Martins da Cunha
Brasília – DF	04 a 08/08/2008	Participar das reuniões do AUTOTRAC e Semestral dos SEDESAS.	Maria Eva de Jesus
Porto Velho –RO	10 a 15/08/2008	Acompanhar Auditoria orientativa de estabelecimentos avícolas de reprodução e certificação sanitária de Granjas Matrizeiras.	Maria Eva de Jesus.
Pedro Leopoldo – MG	25 a 29/08/2008	Participar de Reunião do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos – PNSE e Seminário de Atualização sobre Procedimentos de Auditoria para o Credenciamento de Laboratórios de Diagnóstico de AIE.	Márcia Martins Lopes

Belo Horizonte – MG	01 a 05/09/2008	Participar do Curso para Emissão de GTA de Eqüídeos, realizado na UFMG	Pauline Martins da Cunha
Pedro Leopoldo – MG	05 a 10/10/2008	Participar do 8º Seminário para Habilitação de Médicos Veterinários para o Diagnóstico de AIE e Reunião sobre Procedimentos para Implantação do Sistema de Gestão de Qualidade nos Laboratórios de AIE	Márcia Martins Lopes
Porto Alegre – RS	27 a 31/10/2008	Participar da Reunião do Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos	Márcia Martins Lopes
Brasília	28 a 29/10/2008	Participar de reunião do DSA, para discutir a realização do novo estudo soroepidemiológico da febre Aftosa nos estados de fronteira Internacional com a Bolívia e Paraguai.	Maria Eva de Jesus
Manaus - AM	03 a 0811//2008	Participar da Reunião Regional de Educação Sanitária realizada em Manaus/AM	Pauline Martins da Cunha
Aracajú –SE	30/11 a 05/12/2008	Participar do XII ENFIT – Encontro Nacional de Fitossanitaristas.	Maria Eva de Jesus Paulo Roberto Alves da Silva
Jaguariúna - SP	07 a 12/12/2008	Participar de Curso para Formação de Auditores Internos da Qualidade	Márcia Martins Lopes
Cananéia –SP	15 a 19/12/2008	Participar da Reunião anual do SEDESA – Animal.	Maria Eva de Jesus

ATIVIDADES EXTRA-PROGRAMAÇÃO	
1. Realização do I Curso do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos na SFA –AC	22 a 25/09/2008

2.3.2.7. **Ação**: **Código – 4842 - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA.**

Tabela 2. r. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição.	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da

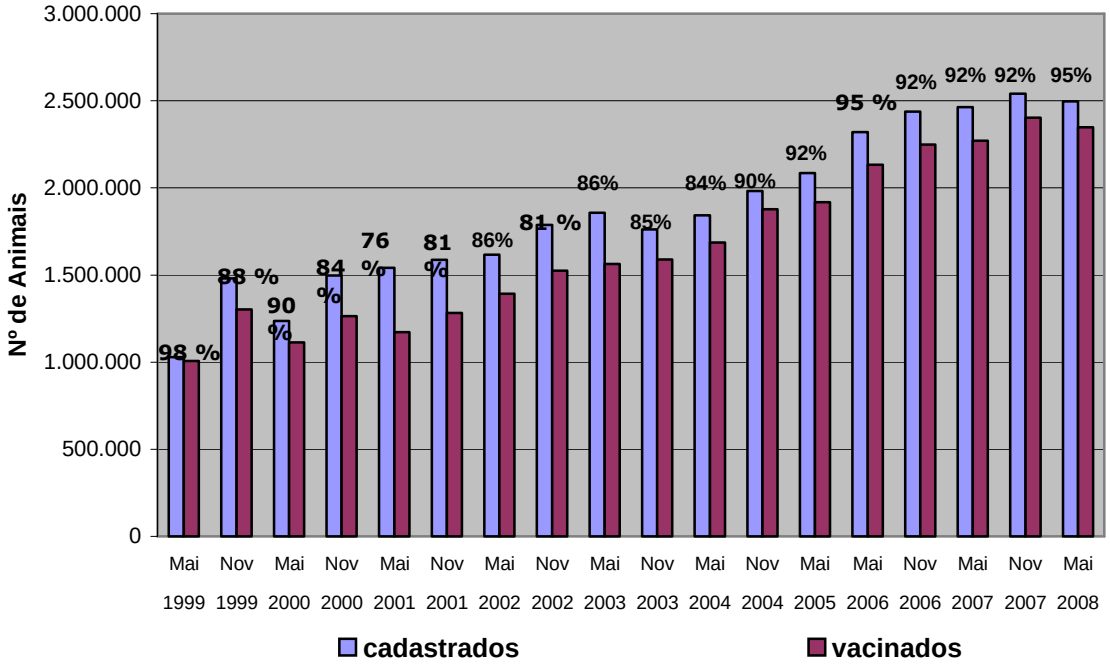
	eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; Fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação-Geral de Combate as Doenças – CGCD / DSA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Defesa e Sanidade Agropecuária – SEDESA/SFA-AC.
Indicador	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Art. 1º, Lei 9.712, de 1998.

As 18 (dezoito) Campanhas de Vacinação contra a Febre Aftosa realizadas pelo Estado do Acre (período de 1999 a maio de 2008), observou-se um crescimento bastante significativo na cobertura vacinal , propiciando excelentes resultados conforme o Relatório Final da **"Avaliação da Imunidade Populacional Resultante das Campanhas de Vacinação contra a Febre Aftosa" – Agosto de 2007,** documento este que dá ao Acre uma prevalência verdadeira de 99% para o tipo de vírus "O" e respectiva subpopulação.

Esses resultados são frutos do trabalho de conscientização da classe produtora e ao rigor do Órgão Estadual de Defesa Animal (IDAF/AC) nos controles de vacinação, imputando aos inadimplentes as devidas penalidades pela não aplicação da vacina contra a Febre Aftosa no período estabelecido, bem como, na justificativa no tempo hábil.

Cabe também salientar o Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA com o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal (IDAF-AC) CONVÊNIO/MAPA/SFA-AC/IDAF-AC/Nº 002/2005 com seus Termos Aditivos permitiram repasses financeiros na ordem de R$ 3.630.000,00 (três milhões, seiscentos e trinta mil reais) para serem aplicados na Implementação do Sistema de Sanidade Animal do Estado do Acre para a manutenção do Sistema de Defesa Sanitária Animal, de forma a contribuir erradicação das doenças dos animais e incrementar o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

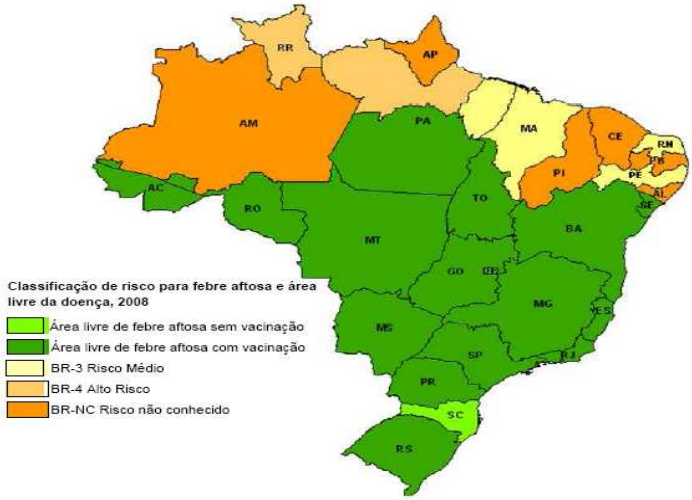
GRÁFICO I - EVOLUÇÃO DAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA - ACRE- 1999 À MAIO/2008



Todos os procedimentos orientados pelo Departamento de Saúde Animal para a manutenção do status do Estado do Acre do de Zona Livre de febre aftosa com vacinação foram repassados para o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal (IDAF-AC), tais como, a organização e a estruturação das Unidades Locais de Atenção Veterinária, que até o ano de 2006 eram de 17 (dezessete) unidades e no ano de 2007 foram reduzidas para 15 (quinze) e se manteve em 2008, sendo localizadas nos municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Feijó, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri; a fiscalização para o ingresso de animais de outras unidades federativas é realizado principalmente no posto integrado da Tucandeira(AC/RO), contando com o envolvimento da Classe produtiva, órgãos de iniciativa privada e o apoio do Fundo Pecuário do Estado do Acre – FUNDEPEC.

Em Agosto de 2005 a fevereiro de 2006, o Estado do Acre participou de um estudo de eficiência da vacinação contra a Febre Aftosa, com o objetivo de atender solicitação de países importadores, em especial à União Européia, além de fornecer importantes informações para o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, as amostras foram processadas no Laboratório Nacional de Apoio Agropecuário de Minas Gerais - LANAGRO - MG. Após todas as análises realizadas o Acre, despontou como um dos melhores índices do país 83% de prevalência aparente e 99% de prevalência verdadeira.

Figura I - Situação Brasil



Considerando a retomada da condição de área livre com vacinação com reconhecimento nacional dos estados de MS e PR a partir de 13 de dezembro de 2007 com a IN nº 42, o ingresso de animais produtos e subprodutos oriundos destes estados voltaram a ter trânsito livre. Assim sendo, o fluxo maior de solicitações de ingresso de animais na zona livre de febre aftosa com vacinação e em cumprimento a Instrução Normativa nº 82 de 28/06/1996 e posteriormente a IN 44 de 02/10/2007, foram encerrados e somente 01 (um) processo para autorização de ingresso (204 ovinos oriundos do Pernambuco) foi executado.

2.3.2.8. **Ação**: **Código – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT:**

Tabela 2. s. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança alimentar
Descrição.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Defesa e Sanidade Agropecuária – SEDESA/SFA-AC.
Indicador	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT começou a apresentar resultados no Estado do Acre a partir de janeiro de 2005, através do processo de vacinação e realização de exames de monitoramento de rebanhos.

No ano de 2008, não houve solicitação para Habilitação para Médicos Veterinários do Estado do Acre realizar diagnóstico de Brucelose e Tuberculose Animal junto à Superintendência Federal de Agricultura, somando ao longo dos 03 (três) anos da implantação do programa, 14 (catorze) Médicos Veterinários habilitados.

Atualmente, o Estado do Acre possui 57 (cinqüenta e sete) médicos veterinários cadastrados para realizar a vacinação dos animais e 14 habilitados para a realização dos exames descritos nas ações do Programa.

Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA:

A Portaria Ministerial nº 193 de 19 de setembro de 1994, consolidou e estruturou o PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA (PNSA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA, ABASTECIMENTO, considerando a importância da produção avícola nacional no contexto nacional e internacional e a necessidade de normatização das ações de

acompanhamento sanitário, relacionadas ao setor avícola, observando o processo de globalização mundial em curso, e quanto, a necessidade de estabelecimento de programas de cooperação entre as instituições públicas e privadas. A Instrução Normativa nº 17 de 07/04/2006, contemplou e determinou as responsabilidades de cada segmento.

Em relação à ocorrência das principais doenças de notificação a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o PNSA desenvolveu programas sanitários para controle de doença de Newcastle, Salmonelas e Micoplasmas. A influenza aviária é considerada exótica no Brasil.

Em 2008 a meta de inclusão do estado do Acre para avaliação Periódica dos Sistemas Estaduais de Defesa Animal com ênfase em Sanidade Avícola não foi atingida. Apesar de governo Estadual acenar com intenção de cumprir a IN MAPA 17 de 07/04/2006, criando o Programa Estadual de Sanidade Avícola –PESA, através do Decreto Nº 2.885 DE 27/03/2008 e nos ter sido encaminhado o OF/GER/Nº 08 de 08/05/2008 que encaminha portaria nº 06 de 07/05/08 que atribui ao Conselho Estadual de Saúde e Defesa Animal com Competência para sugerir e acompanhar políticas e estratégias para as ações do programa, não nos foi apresentado as documentações necessárias (segundo Ofício Circular DAS nº137/2006) para apresentação do pedido a Brasília. Assim sendo, O Acre hoje é considerado como estado "não participante do Plano", podendo sofrer restrições no trânsito de aves vivas.

Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos - PNSE:

Ao longo do ano de 2008, foram realizados 4.832 exames para diagnóstico de Anemia Infecciosa Eqüina, 33% superior ao quantitativo realizado no ano de 2007. Foram autuados 116 processos, totalizando 214 animais positivos, distribuídos nos municípios de Acrelândia, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. Os processos autuados foram encaminhados ao Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal (IDAF-AC) para cumprimento da legislação em vigor (Instrução Normativa nº 45 de 15/07/2004), que dispõe sobre as Normas para a Prevenção e o Controle de Anemia Infecciosa Eqüina.

Até então, foi computado o sacrifício de 132 animais diagnosticados como positivos para a doença.

Quanto ao apoio de diagnóstico para o Programa, atualmente, o Estado conta com três laboratórios credenciados para AIE, sendo 01 oficial (IDAF-AC) e os outros dois privados, todos localizados em Rio Branco. Porém, o laboratório do IDAF, apresenta-se sem atividades desde o mês de Maio, em função da alteração de endereço do estabelecimento e da readequação do mesmo para obtenção de nova portaria de credenciamento, conforme as diretrizes da CGAL.

No mês de Setembro, foi realizado na SFA-AC o I Curso do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, que teve por objetivo fortalecer as ações do Programa, bem como padronizar procedimentos previstos na legislação do PNSE. Durante o evento foram discutidos os seguintes temas: apresentação do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos; doenças de notificação obrigatória; raças, exterior, cronologia dentária e pelagens dos eqüídeos; sistema de gestão da qualidade para laboratórios credenciados; e considerações pertinentes às atividades dos laboratórios de AIE.

Este ano também foi realizado um cadastro de médicos veterinários para colheita de material para o diagnóstico laboratorial de AIE. Até então, encontram-se cadastrados, junto ao SEDESA, 58 médicos veterinários para atuar no Programa.

Figura II - Dados referentes ao PNSE (Anemia Infecciosa Eqüina):

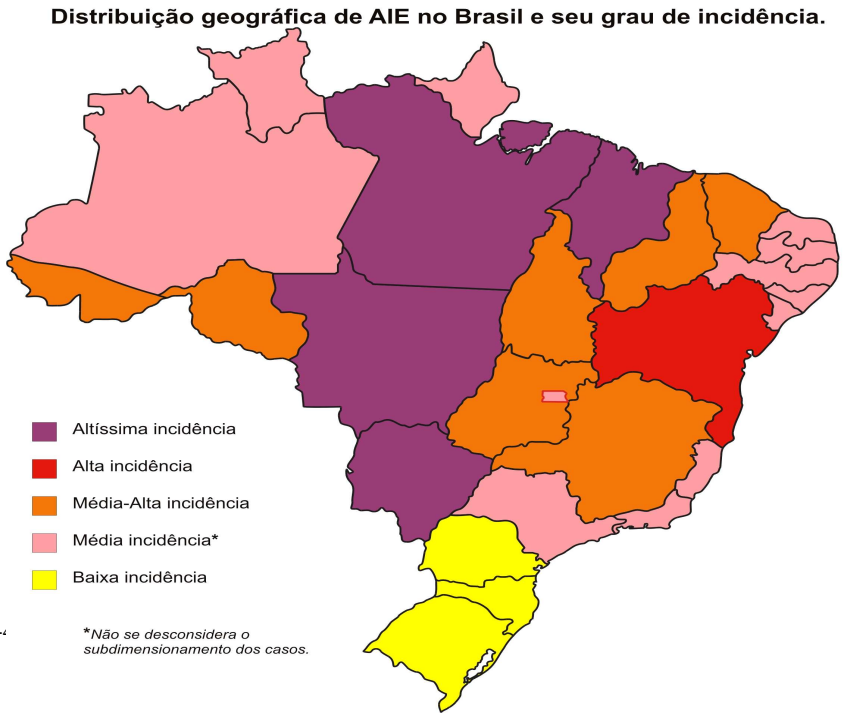


Gráfico II - Casos de AIE, em números absolutos, por Município no Acre– 2008

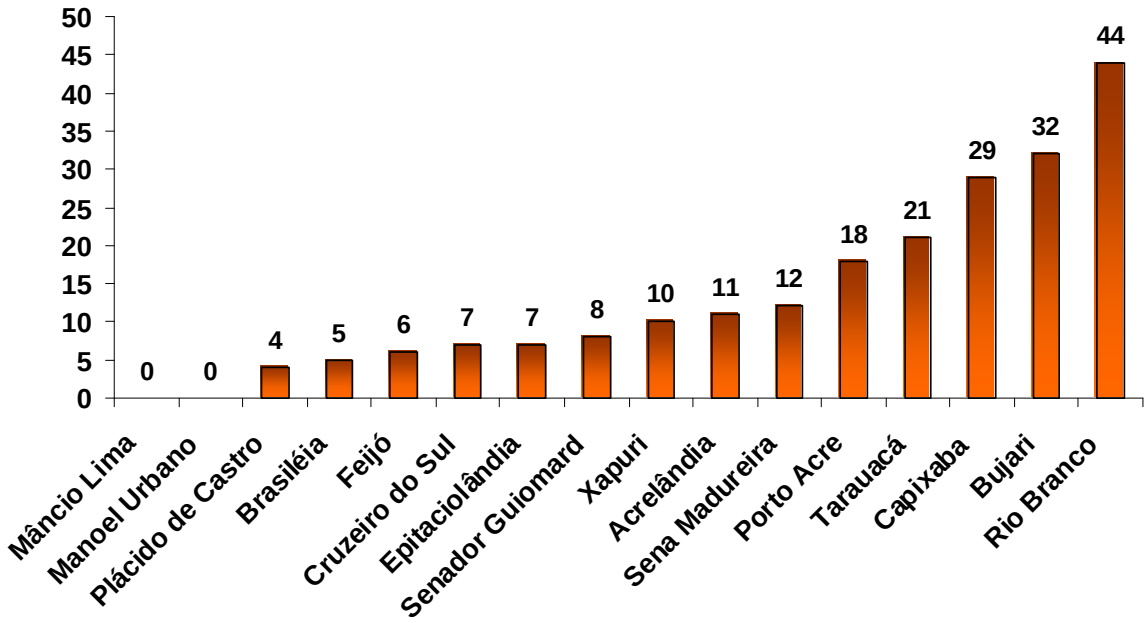
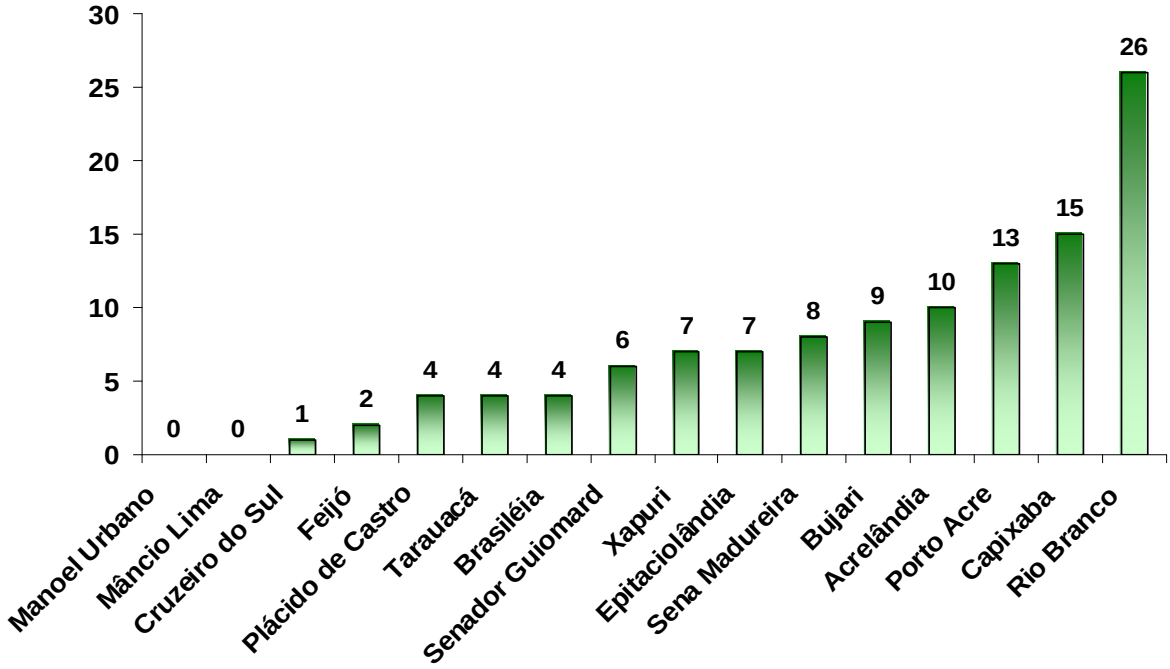
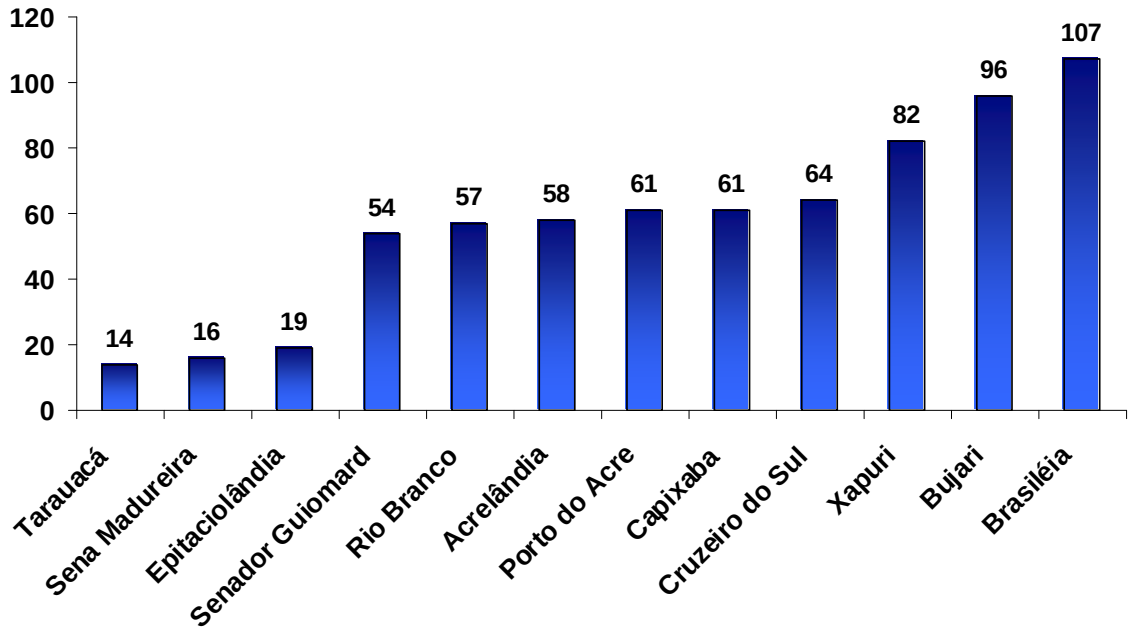


Gráfico III - Focos de AIE, em números absolutos, por Município no Acre – 2008



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre
Seção de Planejamento e Acompanhamento
Rodovia Ac-40, Nº 793 - Cep 69901-180 - Rio Branco-Ac - Telefones: (68) 3212 – 1316, 3212-1300. Fax: (68)3212 – 1313 / 3212-1318
E-Mail: Hyperlink "Mailto:gab-ac@Agricultura.gov.br" spa-ac@Agricultura.gov.br;dt-ac@agricultura.gov.br

Gráfico IV - Tempo (Dias) p/ Realização do Sacrifício de eqüídeos, segundo município de execução da ação, no Acre – 2008.



Fonte: Relatório Mensal - Laboratórios Credenciados AIE / Termos de Sacrifício

- **Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias PNCRH:**

Em 2008, foram registrados 4 focos de Raiva dos Herbívoros no Estado, referentes a 3 amostras de bovinos e 1 amostra de eqüino. Os focos foram confirmados nos municípios de Tarauacá e Feijó.

Mediante confirmação do foco, foi realizada apenas 1 captura, resultando na captura de 4 morcegos hematófagos. Uma outra captura foi realizada no município de Rio Branco, mediante denúncia de abrigo dos animais, resultando na captura de 10 morcegos da espécie *Desmodus rotundus.* Destes, um morcego foi encaminhado para o diagnóstico laboratorial de Raiva.

Quanto às ações destinadas à EEB, foi realizada a coleta de 14 amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais, nos municípios de Senador Guiomard, Rio Branco, Epitaciolândia, Assis Brasil, Brasiléia e Plácido de Castro. Ainda com relação ao programa de vigilância ativa para a Encefalopatia Espongiforme Bovina, foram remetidas ao LANAGRO-PE 17 amostras de tronco encefálico, oriundas dos três matadouros sob Inspeção Federal do estado do Acre.

Quanto ao desenvolvimento de atividades no Laboratório de Diagnóstico da Raiva da SFA/AC, foram registrados 354 exames realizados pela Técnica da imunofluorescência Direta e Biológica , sendo a grande maioria, amostras oriundas de carnívoros. Embora tenha sido registrado um aumento significativo no número de amostras encaminhadas ao laboratório, o

mesmo ainda opera aquém de sua capacidade, principalmente referente ao número de amostras de herbívoros.

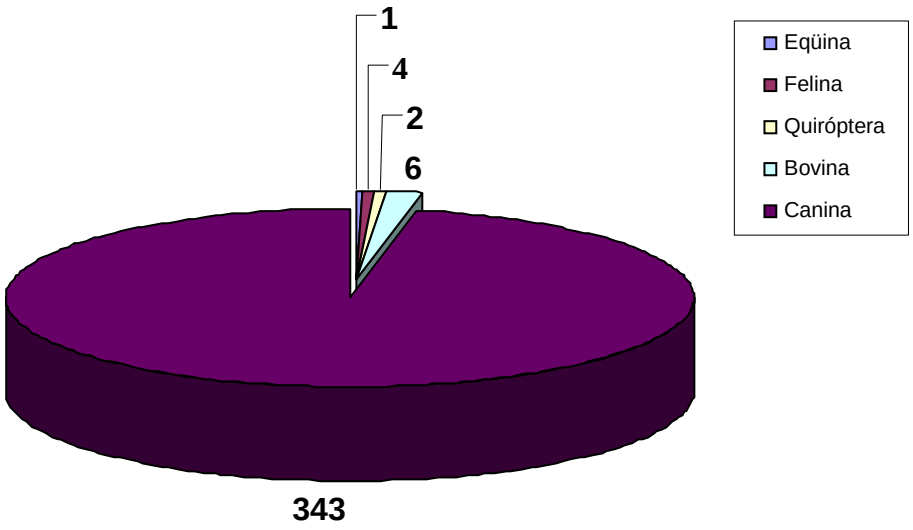
Abaixo, está descriminado o quadro resumido das atividades de diagnóstico laboratorial, realizadas durante o ano de 2008.

LABORATÓRIO ANIMAL/ LABORATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DE RAIVA – SFA/AC

Tabela I – Quantificação do número de exames de raiva realizados no laboratório Diagnóstico Animal da SFA-AC, distribuído segunda a espécie e mês, durante o ano de 2008.

Espécie	**Bovina**		**Canina**		**Eqüina**		**Felina**		**Quiróptera**		**Total**	
Município	Pos	Neg	Pos	Neg	Pos	Neg	Pos	Neg	Pos	Neg	Pos	Neg
Rio Branco	-	-	-	298	-	-	-	4	-	2	-	304
Acrelândia	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Assis Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Acre	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Envira	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Bujari	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijó	1	1	-	2	1	-	-	-	-	-	2	2
Capixaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plácido de Castro	-	1	-	5	-	-	-	-	-	-	-	6
Santa Rosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Senador Guiomard	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
Tarauacá	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Mâncio Lima	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Xapuri	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Subtotal	**3**	**3**	**-**	**343**	**1**	**-**	**-**	**4**	**-**	**2**	**4**	**352**
Total	**6**		**343**		**1**		**4**		**2**		**356**	

Gráfico V - Número de exames realizados para o diagnóstico da Raiva Animal, por espécie , no Acre em



Fonte: Laboratório de Diagnóstico/SFA-AC.

- **Programa Nacional de Educação Sanitária :**

Em 2008 foi finalmente regulamentado o Programa Nacional de Educação Sanitária (PRONESA) pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. A disponibilidade de recursos neste ano ainda foi insuficiente para a realização de atividades, porém a Coordenação do PRONESA está estruturando comissões regionais e estaduais com o intuito de alavancar o programa, que contará com mais recursos em 2009, visto que 10% dos recursos de cada programa deverão ser direcionados para as atividades em Educação Sanitária.

No estado do Acre foi composto um Grupo Executivo de 4 profissionais (2 da SFA-AC e 2 do IDAF-AC) no intuito de regulamentar este programa no âmbito estadual. Também foi elaborado um cronograma de atividades para 2009 relacionados ao PRONESA neste estado.

- **Programa Nacional de Trânsito e Vigilância Sanitária Animal:**

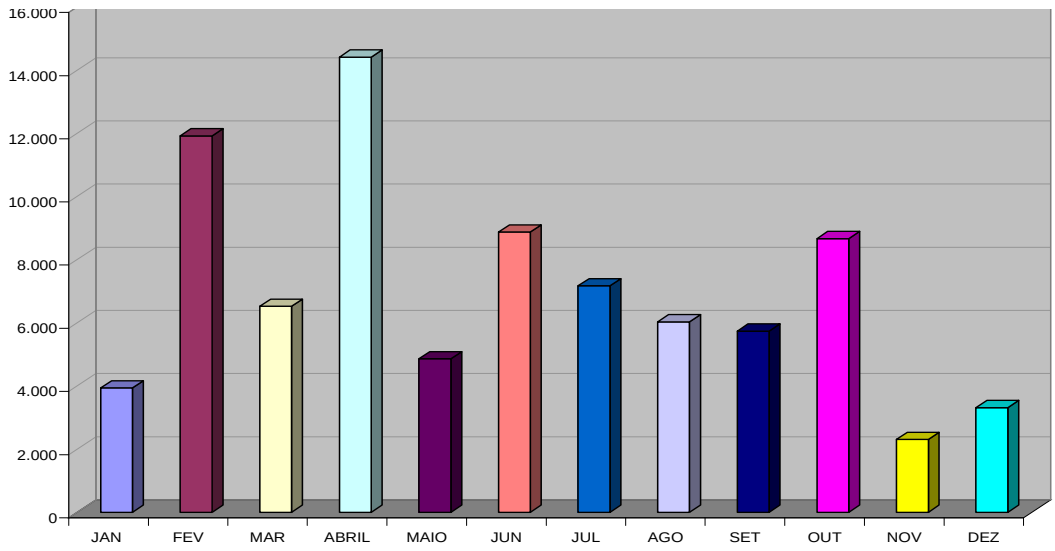
O IV Termo Aditivo do Convênio MAPA/SFA-AC/IDAF-AC teve como foco o Sistema de Vigilância Sanitária Animal na Fronteira Binacional Brasil-Bolívia, o que fortaleceu bastante as atividades de Defesa Sanitária Animal nos municípios fronteiriços com aquele país.

O plano de trabalho do referido convênio contemplou ações como o recadastramento de propriedades e rebanhos e monitoramento e fiscalização de propriedades e de locais de maior risco para introdução de Febre Aftosa. Através do convênio também foram adquiridos microcomputadores e veículos equipados com escritório para a intensificação da fiscalização de trânsito de animais, além de material de consumo que possibilita a execução de tais ações. Através das supervisões realizadas em relação ao plano de trabalho do Convênio, pode-se constatar sensível melhora Sistema de Vigilância Sanitária Animal nos municípios da fronteira com a Bolívia.

Entretanto, muitas irregularidades foram constatadas em relação à emissão de documentos para o trânsito de animais. Em visitas a algumas Unidades locais do IDAF muitas dúvidas foram apresentadas por parte dos funcionários que emitem a GTA. Mesmo tendo sido sanada a maioria das dúvidas, entende-se que se faz necessário um treinamento para tais funcionários visando a melhoria do serviço oferecido aos produtores.

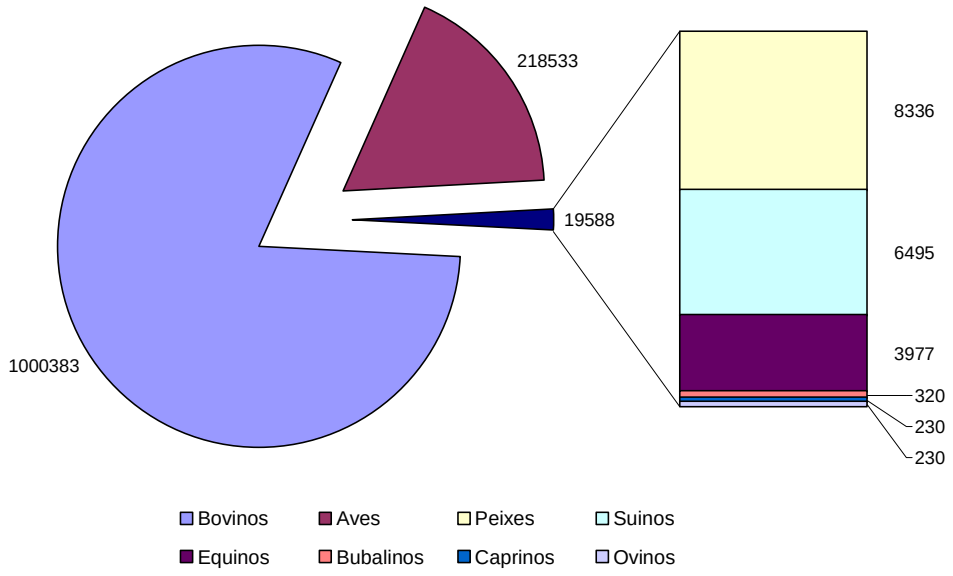
Os gráficos a seguir demonstram alguns dados sobre a movimentação de animais e produtos de origem animal acompanhados dos documentos oficiais pertinentes, que são respectivamente a Guia de Trânsito Animal (GTA) e o Certificado de Inspeção Modelo E (CIS E), durante o ano de 2008 no Acre. Os dados sobre a emissão de tais documentos são enviados mensalmente ao SEDESA AC, pelo órgão executor, ou por veterinários credenciados e habilitados, e são verificados e copilados para a organização das informações.

Gráfico VI – Distribuição mensal do número de GTAs Emitidas no Acre em 2008



Fonte: SEDESA-DT/SFA-AC

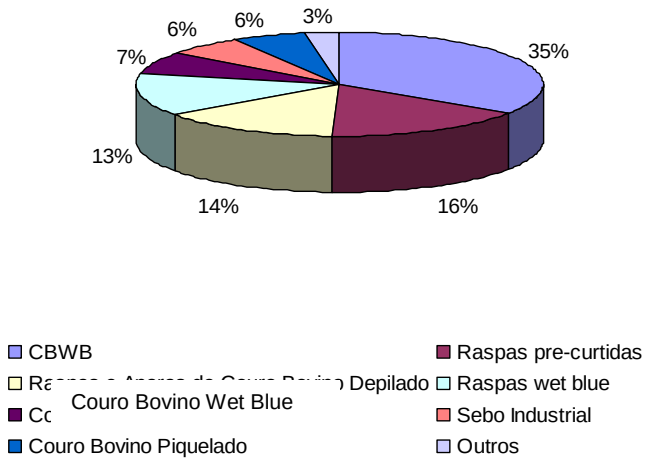
Gráfico VII – Distribuição do número de animais, por espécie, com movimentação comprovadas através da emissão da GTA, no Acre em 2008.



Fonte: SEDESA-DT/SFA-AC

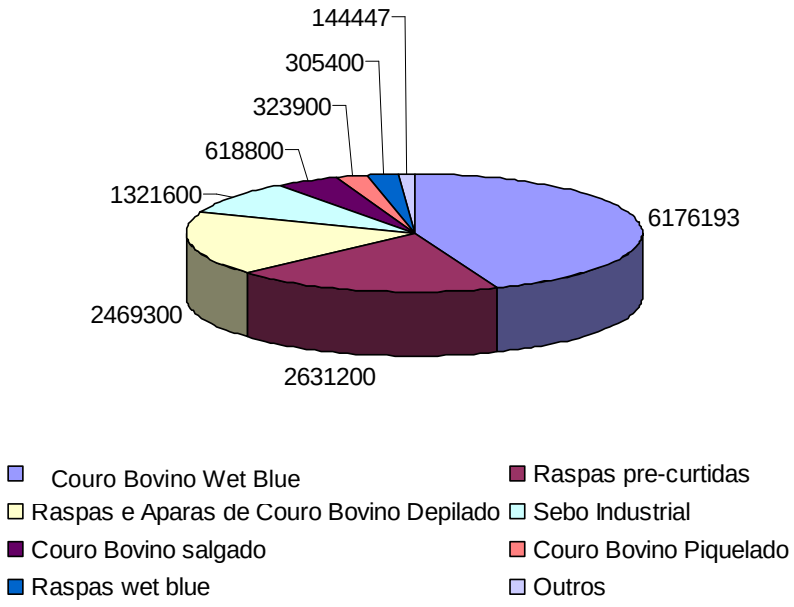
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre
Seção de Planejamento e Acompanhamento
Rodovia Ac-40, Nº 793 - Cep 69901-180 - Rio Branco-Ac - Telefones: (68) 3212 – 1316, 3212-1300. Fax: (68)3212 – 1313 / 3212-1318
E-Mail: Hyperlink "Mailto:gab-ac@Agricultura.gov.br" spa-ac@Agricultura.gov.br;dt-ac@agricultura.gov.br

Gráfico VIII – Percentual CIS E emitidos, por produto, no Acre em 2008



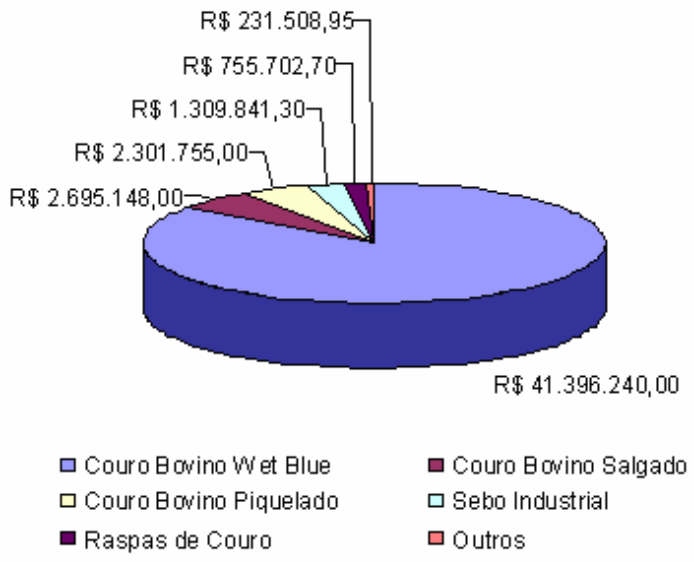
Fonte: SEDESA-DT/SFA-AC

(ton), no Acre em 2008



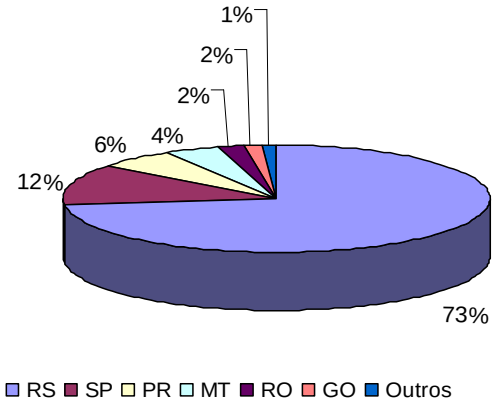
Fonte: SEDESA-DT/SFA-AC

Gráfico X – Distribuição dos produtos movimentados Através da emissão de CIS E, segundo valor monetário (R$) no Acre em 2008.



Fonte: SEDESA-DT/SFA-AC

Gráfico XI – Distribuição percentual, dos principais destinos dos produtos Movimentados mediante emissão de CIS E no Acre em 2008.



Fonte: SEDESA-DT/SFA-AC

Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos

O Programa não está implantado a nível estadual, sendo necessário, inicialmente, promover o cadastro das propriedades para posterior planejamento de inquérito soroepidemiológico para Peste Suína Clássica.

Neste ano, houve a Reunião Nacional do PNSS, onde foi colocada a importância do Estado em aderir ao Programa para pleiteamento à integração na Zona Livre de Peste Suína Clássica.

Programa Nacional de Sanidade Caprina e Ovina

O programa não está devidamente instaurado no âmbito nacional, tampouco no âmbito estadual. No Acre isso ainda não chega a ser uma preocupação, visto que a criação de caprinos e ovinos não é significativamente economicamente, Alguns criatórios estão se estabelecendo, e esperamos que com a expansão desta atividade o programa venha a ser implementado.

Sanidade Vegetal

Produtos	Programado	Realizado	Desempenho %
Ação de defesa Fitossanitária contra entrada ilegal de pupunha.	Indeterminada	03	100
Prospecção da Monília do Cacaueiro.	Indeterminada	03	100
Coleta de amostras para análise em Brasília.	Indeterminada	01	100
Monitoramento da mosca da carambola.	Indeterminada	320	100
Monitoramento da Sigatoka Negra.	Indeterminada	05	100
Participação do XII Encontro de Fitossanitaristas.	01	01	100
Participação da III reunião técnica sobre OGM.	Indeterminada	01	100
Participação em Treinamentos.	Indeterminada	03	100
Participação em Workshops.	Indeterminada	02	100
Emissão de Parecer Técnico.	Indeterminada	11	100
Participação na Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	Indeterminada	01	100
Participação no curso de Educação Sanitária	Indeterminada	01	100
Participação no curso de Identificação de Pragas Quarentenárias de Madeiras	Indeterminada	01	100
Participação na Reunião da Região Norte sobre Sanidade Vegetal	Indeterminado	01	100
Participação na Reunião da Região Norte de Planejamento em Educação Sanitária	Indeterminado	01	100
Visita aos municípios do estado– atividades diversas	Indeterminada	109	100

Participação na reunião para definir as prioridades do estado na área de biossegurança	Indeterminada	01	100

AVALIAÇÃO DOS CONTROLES UTILIZADOS	
RELATÓRIOS TÉCNICOS	**ENCAMINHADOS PARA**
Planejamento mensal de atividades	SEDESA/AC
Relatório mensal de atividades	SEDESA/AC
Relatório Gestor 2008	SEDESA/AC

RELATÓRIOS DE VIAGEM			
LOCALIDADE	PERÍODO	OBJETIVO	TÉCNICO
Ação de defesa Fitossanitária contra entrada ilegal de pupunha			
Acrelândia (Tucandeira)	27/02/2008	Deslocamento do SEDESA/AC – Área Vegetal para uma operação visando coibir a entrada ilegal no Brasil, de sementes de pupunha procedentes do Peru em descordo com IN nº 26 de 22.04.2002.	Geraldo de Melo Moura Paulo Roberto Alves Silva
Acrelândia (Tucandeira)	08 à 09/03/2008	Realizar operação de monitoramento do transporte de cargas e veículos pelo o ramal Progresso.	Paulo Roberto Alves Silva Geraldo de Melo Moura
Acrelândia (Tucandeira)	12 à 13/03/2008	Realizar operação de monitoramento da saída de transporte de carga e veículos comuns no ramal Progresso.	Paulo Roberto Alves Silva Geraldo de Melo Moura

Prospecção da Monília do Cacaueiro			
Cruzeiro do Sul Porto Walter Marechal Thaumaturgo	09 a 16/04/2008	Prospecções em cacaueiros e cupuaçuzeiros nos municípios de Cruzeiro do Sul, Porto Valter e Marechal Thaumaturgo. Operação em conjunto com SFA/PARA , como parte do plano de contingência da monília do cacaueiro.	Paulo Roberto Alves Silva Geraldo de Melo Moura Paulo Albuquerque - (CEPLAC/PA)
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	17 à 18/04/2008	Prospecções em cacaueiros e cupuaçuzeiros nos municípios de Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil e Plácido de Castro. Operação em conjunto com a CEPLAC/PARÁ como parte do plano de contingência da monília do cacaueiro.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo Albuquerque - (CEPLAC/PA)
Cruzeiro do Sul Porto Walter	04 a 07/06/2008	Prospecções em cacaueiros e cupuaçuzeiros nos municípios de Cruzeiro do Sul e Porto Valter como parte do plano de contingência da monília do cacaueiro.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros

Transporte de amostras para análise em Brasília.			
Brasília	11 à 13/06/2008	Transporte de amostras de frutos cacau coletados em Porto Walter, bem como acompanhar as análises fitopatológicas realizadas nos laboratórios do CENARGEN.	Paulo Roberto Alves Silva

Monitoramento da mosca da carambola			
Sena Madureira e Rio Branco	05/03/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva José Arribamar Carneiro
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	06 à 07/03/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	José Arribamar Carneiro
Sena Madureira e Rio Branco	26/03/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva José Arribamar Carneiro
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	27 à 28/03/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva José Arribamar Carneiro
Acrelândia e Porto Acre	08/04/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	José Arribamar Carneiro
Sena Madureira e Rio Branco	09/04/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	José Arribamar Carneiro
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	10 à 11/04/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	José Arribamar Carneiro
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	22 à 23/04/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva José Arribamar Carneiro
Acrelândia Porto Acre	24/04/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva José Arribamar Carneiro
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	05 à 06/05/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	José Arribamar Carneiro
Acrelândia Porto Acre	06/05/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva
Sena Madureira e Rio Branco	07/05/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva José Arribamar Carneiro
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	19 à 20/05/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros

Sena Madureira e Rio Branco	21/05/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Acrelândia Porto Acre	23/05/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	09 à 10/06/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva
Plácido de Castro Epitaciolândia Brasiléia Assis Brasil	24 à 25/06/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura Paulo César Negreiros
Sena Madureira Rio Branco	26/06/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura Paulo César Negreiros
Acrelândia Porto Acre	27/06/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura Paulo César Negreiros
Plácido de Castro Epitaciolândia Brasiléia Assis Brasil	22 à 23/07/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura Paulo César Negreiros
Sena Madureira Rio Branco	24/07/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura Paulo César Negreiros
Acrelândia Porto Acre	25/07/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura Paulo César Negreiros
Plácido de Castro Epitaciolândia Brasiléia Assis Brasil	25 à 26/08/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Sena Madureira Rio Branco	27/08/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Plácido de Castro Epitaciolândia Brasiléia Assis Brasil	23 à 24/09/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Sena Madureira Rio Branco	25/09/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Plácido de Castro Epitaciolândia Brasiléia Assis Brasil	14 à 15/10/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Sena Madureira Rio Branco	16/10/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz

Acrelândia Porto Acre	17/10/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	04 à 05/11/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Sena Madureira e Rio Branco	06/11/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Acrelândia Porto Acre	07/11/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	18 à 19/11/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Sena Madureira Manoel Urbano e Rio Branco	20 à 21/11/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Brasiléia Epitaciolândia Assis Brasil Plácido de Castro	15 à 16/12/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros
Sena Madureira e Rio Branco	17/12/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros

Monitoramento da Sigatoka Negra			
Porto Acre	10/06/2008	Monitoramento da sigatoka negra nos bananais do município de Porto Acre.	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Acrelândia	11/06/2008	Monitoramento da sigatoka negra nos bananais do município Acrelândia.	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Porto Acre	18/08/2008	Monitoramento da sigatoka negra nos bananais do município de Porto Acre.	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz
Acrelândia	19/08/2008	Monitoramento da sigatoka negra nos bananais do município de Acrelândia.	Geraldo de Melo Moura José Caetano da Luz

Monitoramento da mosca da carambola e da Sigatoka Negra			
Acrelândia Porto Acre	18 à 19/12/2008	Monitorar as armadilhas jackson como parte do programa de Monitoramento da Mosca da carambola,bem como fazer o monitoramento da situação da Sigatoka Negra no município de Acrelândia.	Paulo Roberto Alves Silva Paulo César Negreiros

Treinamento em Indicação Geográfica			
Cruzeiro do Sul	18 à 19/06/2008	Participar de um treinamento em Indicação Geográfica, voltado para a farinha de Cruzeiro do Sul	Geraldo de Melo Moura

Participação no curso de Educação Sanitária			
Belo Horizonte	29/06 à 05/07/2008	Participar do curso de capacitação em Comunicação e Educação Sanitária	Geraldo de Melo Moura
Participação no curso de identificação de Pragas Florestais			
Curitiba	14 à 20/09/2008	Participar do curso de Identificação de madeiras e de pragas quarentenárias florestais	Geraldo de Melo Moura

Participação na reunião do PI FISCORGEN			
Brasília	07 à 09/10/2008	Capacitar os responsáveis pelo PI FISCORGEN nos estados e colher sugestões para sua implementação nas Unidades da Federação.	Geraldo de Melo Moura
Participação na reunião regional sobre Educação Sanitária			
Manaus	03 à 08/11/2008	Elaboração de um plano de trabalho estadual em educação sanitária para 2009, para o estado do Acre.	Geraldo de Melo Moura
Participação na reunião regional sobre sanidade vegetal			
Belém	10 à 13/11/2008	Definir as prioridades do estado em sanidade vegetal para serem apresentadas no XII ENFIT.	Geraldo de Melo Moura
Participação no XII Encontro de Fitossanitaristas			
Aracajú	30/11 à 05/12	Participar da XII Encontro de Fitossanitaristas para debater os propósitos para a Defesa Fitossanitária em 2009.	Paulo Roberto Alves Silva Maria Eva de Jesus Ligiane Amorin – Idaf/AC
Participação na III reunião técnica sobre OGM			
Fortaleza	07 à 12/12	Participar da III Reunião sobre Fiscalização de OGM a ser realizada em Fortaleza, Ceará.	Paulo Roberto Alves Silva

Relevâncias evidenciadas

PCE VEGETAL – SIGATOKA NEGRA:

Dentre as espécies perenes cultivadas no estado do Acre, a banana se destaca pela sua importância econômica, apresentando maior valor da produção. Segundo dados do IBGE(2005), a banana gerou uma receita da ordem de R$ 9,4 milhões. Naquele ano a produção foi de 55.479 toneladas numa área colhida de 7042 ha, sendo a mesorregião do Vale do Acre a principal produtora com 36.793 toneladas, representando 66,32 % da produção estadual.

A sigatoka negra é considerada a mais grave doença da cultura, por ser de difícil controle pode causar perdas de até 100% da produção. Trata-se do principal entrave à bananicultura no país ocorrendo em toda Amazônia, bem como na maioria dos estados brasileiros. No estado do Acre já foi encontrada nos municípios de Rio Branco, Acrelândia, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Mancio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Porto Acre.

Apesar da banana ser cultivada em todos os 22 municípios acreanos, mas na impossibilidade de se trabalhar em todos de uma vez só, elegeram-se desde o início, Acrelândia e Porto Acre para se executar o trabalho. Esses municípios mesmo não sendo os maiores produtores de banana, figuram como grandes exportadores desse produto para os mercados de Porto Velho e Manaus.

Este trabalho consiste na inspeção nos bananais para se efetuar as seguintes observações: incidência da sigatoka negra, bem como de outras doenças, como mal de Panamá e moko da bananeira; nível de manejo cultural empregado; número de cultivares plantadas na mesma área; identificação das cultivares mais suscetíveis à doença; nível de emprego de técnicas recomendadas pela pesquisa para reduzir a disseminação da doença e; identificação de possíveis áreas onde não ocorre a doença. Em 2008 foram visitados 21 propriedades, sendo 11 em Porto Acre e 10 em Acrelândia, localizadas em diferentes ramais.

O SEDESA/VEGETAL vem desenvolvendo um trabalho de monitoramento, com o objetivo de reduzir a propagação da doença, bem como orientar os produtores da necessidade de se instalar um Sistema de Mitigação de Risco – SMR, na região. Até o presente ainda não se identificou área, cujo plantio seja representativo e que o produtor demonstre conhecimento sobre SMR e mostre interesse em implanta-lo.

Durante essas visitas aproveitou-se o contato com o produtor, para transmitir oralmente algumas noções de educação fitossanitária, dando-se ênfase no que consiste SMR e sua finalidade, bem como orientação sobre a importância dos tratos culturais dispensados à cultura. Nessas exposições foram prestados também, esclarecimentos sobre a existência de legislação contendo restrições sobre transporte de banana entre os Estados da Federação e, se providências não forem tomadas no presente, muito em breve o Acre poderá ser impedido de exportar banana até mesmo para Rondônia e Amazonas.

ERRADMOSCA

Com relação à fruticultura o Acre é auto suficiente apenas em banana, a produção dessa fruta além de atender o consumo interno, a parte excedente é exportada para os mercados de Porto Velho e Manaus.

Mesmo com essa baixa produção, reconhece-se que o estado apresenta condições edafoclimáticas favoráveis à maioria das espécies de fruteiras tropicais. Por esta razão a SFA/AC iniciou em 2007, um trabalho de monitoramento da mosca carambola que também ataca um grande número de outras espécies de fruteiras, dentre as quais destacam-se manga, goiaba jambo branco, entre outras.

O monitoramento vem sendo executado em oito municípios do vale do Acre e um do Juruá – Cruzeiro do Sul, Tabela abaixo. Consiste na inspeção duas vezes por mês em cada armadilha, cujo número por município foi definido em função do movimento de pessoas de fora e volume de produtos agrícolas que circula nessas localidades. A armadilha é constituída de cartolina dobrada no formato triangular, contendo feromônio específico para atração da mosca, além de substância adesiva, caso o inseto pouse este ficará grudado.

No exercício de 2008 foram executados 320 monitoramentos conforme a Tabela abaixo, ressalvando-se que em Cruzeiro do Sul o trabalho foi realizado pelo IDAF-AC.

Visa gerar informação para apoiar futuros plantios, que por certo serão instalados num futuro próximo, para atender a demanda que será criada com a conclusão da rodovia que liga o Acre ao Oceano Pacífico.

TABELA: Monitoramento da mosca da carambola no Estado do Acre – ano 2008

Municípios	Número de monitoramento por mês														
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Nº de visitas por município	Nº armadilhas	Total monitoramento
Rio Branco	1	1	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	19	x 4	76
Sena Madureira	-	-	2	1	2	1	1	1	1	1	2	1	13	x 2	26
Porto Acre	-	-	-	2	2	1	1	-	-	1	1	1	9	x 1	9
Acrelândia	-	-	-	2	2	1	1	-	-	1	1	1	9	x 1	9
Plácido de Castro	-	-	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	15	x 2	30
Epitaciolândia	-	-	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	15	x 2	30
Brasiléia	-	-	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	15	x 2	30
Assis Brasil	-	-	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	15	x 2	30
Cruzeiro do Sul	1	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	17	x 4	80
Total	2	3	14	17	18	15	11	9	8	9	15	9	130	20	320

PCE VEGETAL - CACAU:

A cultura do cacau mal dá os primeiros passos na sua recuperação, após o grande estrago sofrida pela epidemia da vassoura-de-bruxa, volta a ser ameaçada, agora por uma nova doença, a Monilíase do Cacaueiro. A monília ou monilíase é causada por um fungo *Moniliophthora roreri* (Ciferri), que é também conhecida como Ceniza, Helada, Polvillo ou Mal de Quevedo. Por enquanto a doença ainda não entrou no país, mas já foi constatada em diversas regiões produtoras de cacau do Peru, existindo registro de sua ocorrência em Porto Maldonado, que fica a cerca de 200 km de Assis Brasil.

Como a doença se encontra muito próxima do território acreano, o Estado foi classificado como de alto risco para a entrada do fungo no país. Por esta razão o Acre foi envolvido nas medidas estabelecidas pelo MAPA, para impedir que essa praga atinja os plantios de cacau. A SFA/AC atendeu ao chamamento e, desde a primeira hora se integrou à causa e, vem participando ativamente dessa luta, que é impedir que a doença se instale no país.

Antes de se iniciar o trabalho foi elaborado o projeto estabelecendo-se metas. A principal meta que consistiu na prospecção da doença nos municípios do Alto Juruá, bem como a coleta de frutos de cacau supostamente atacados pelo fungo e, encaminhamento para análise nos laboratórios da EMBRAPA em Brasília, foi atingida. Os resultados dessas análises foi negativa, o que pode ser um indicativo de que o fungo ainda não adentrou o território acreano.

Já a meta que programava a participação de um FFA/SFA-AC no curso sobre Moniliase do Cacaueiro, realizado na Costa Rica não foi atingida.

VIGIFITO:

Os dois Fiscais Federais Agropecuários do SEDESA/AC, participaram das ações de combate à entrada ilegal de sementes de pupunha procedentes do Peru e, que geram um alto risco de entrada do fungo da Monilíase do Cacaueiro no Brasil.

Principais causas para o insucesso de algumas ações.

Programa de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA:

Que na programação de trabalhos a serem realizados em parceria com o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal – IDAF/AC, seja programados recursos para uma empresa de informática consolidar os dados, de forma que os resultados sejam disponibilizados em tempo hábil, e com fidedignidade, haja vista , que os resultados demonstrados durante as auditorias foi a quem do mínimo necessário. A falta de consistência no programa SISDAF, que por vezes impede o lançamento de dados relacionados à emissão de GTA, gerando relatórios irreias;

Falta de condições adequadas de trabalho aos profissionais da capital e interior na execução das atividades através de treinamentos, estrutura física e material de trabalho;

A funcionalidade administrativa do órgão de defesa sanitária animal do Estado, continua centralizadora nas mãos dos gestores; e.

Melhorar o fluxo de informações sobre o ingresso de animais susceptíveis a febre aftosa de áreas não livres desta enfermidade.

Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias PNCRH:

Falta de envolvimento entre as instituições voltadas para a prevenção e controle da Raiva (SEMSA, SESACRE, UFAC e IDAF/AC) e comunidade nos trabalhos;

Envio inadequado de material destinado ao diagnóstico laboratorial para as encefalopatias;

Falta de conscientização dos produtores através da educação sanitária;

Controle de morcegos hematófagos em seus reservatórios naturais bem como a identificação de refúgios através de GPS;

Falta de envolvimento do órgão estadual no programa de vigilância ativa para EEB;

Falta de iniciativa do órgão estadual para programar ações, mediante a disponibilidade de kits para captura, cedidos ao IDAF no início do ano.

Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos - PNSE:

Falta de conscientização dos produtores, em relação à Anemia Infecciosa Eqüina;

Dificuldade na execução do sacrifício dos animais positivos;

Falta de punição para os profissionais que infringem às normas do Programa;

Indefinição quanto ao procedimento adotado nos processos com pendência de sacrifício;

Falta de compromisso do órgão executor para implementação das medidas diante da confirmação de foco.

Programa Nacional de Sanidades dos Suídeos – PNSS:

Falta de interesse do órgão executor em implantar o Programa no estado.

Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA:

Falta de comprometimento do órgão executor em cumprir sua parte para implantar o programa estadual e assim aderir ao Plano Nacional de Sanidade Avícola e poder solicitar auditoria para classificar o estado no contexto nacional.

Programa Nacional de Trânsito e Vigilância Sanitária Animal:

Falta de pessoal para a execução de atividades de forma mais ostensiva na região de fronteira com Bolívia e Peru;

Falta de padronização na emissão de documentos de trânsito,

Falta de consistência no programa SISDAF, que por vezes impede o lançamento de dados relacionados à emissão de GTA, gerando relatórios irreias;

Falta de treinamento de funcionários para emissão de documentos de trânsito.

Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose

Falta de conscientização dos produtores, em relação a Brucelose e Tuberculose;

Desconhecimento da situação de prevalência e incidência das duas doenças no estado;

Inexistência de um programa efetivamente instaurado para controle e erradicação de Brucelose e Tuberculose no estado do Acre;

Programa Nacional de Educação Sanitária

Regulamentação tardia do programa Nacional de Educação sanitária;

Escassez de recursos para realização de atividades relacionadas ao Programa;

Inexistência de um Programa instaurado no âmbito estadual;

Programa Nacional de Sanidade Caprina e Ovina;

Insipiência do programa tanto no âmbito nacional, quanto no estadual.

Centralização de recursos financeiros na Coordenação dos projetos em Brasília;

Falta de uma lancha para o deslocamento nos rios do Estado, onde em suas margens reside grande número de produtores.

2.3.3. Programa : código 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tabela 2. 3.3. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Hiromi Suzana Y.S.Sant'anna
Indicadores ou	Número de fiscalizações realizadas

parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de estabelecimentos fiscalizados; Produtos Fiscalizados com e sem coleta de amostras.
Público alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Principais Ações do Programa:

2.3.2.9 . **Ação**: **Código 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal:**

Tabela 2..t. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição.	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, Monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	**81741 -** Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGIB / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – SIPAG/DT/SFA-AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 8.918 de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 2.314 de 1997, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas;LiLei nº 7.678 de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 99.066 de 1990, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva; Lei nº 9.972, de 25/05/2000, que instituiu a classificação de produtos vegetais; Art. 27,"I" e "g", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; Decreto nº 3.664, de

	17/11/2000 que regulamenta a Lei nº 9.972 de 2000; Decreto nº 5.351, de 21/01/2005; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

2.3.2.10. **Ação**: **Código 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal:**

Tabela 2..u. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição.	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação-Gersl de Inspeção – CGI / DIPOA / SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – SIPAG/DT/SFA-AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998.

Recursos humanos SIPAG-2008.

MAPA: 12 (doze): 07 FFA: 03 Engenheiros Agrônomos e 04 Médicos Veterinários;

6 Agentes de Atividades Agropecuárias;

Cooperação Técnica: 13 (treze): – 03 Médicos Veterinários;

09 Agentes de Inspeção;

Cedidos pela Empresa Inspecionada (de acordo com o Art. 102 do RIISPOA): 16 (dezesseis).

Quadro 1 – Lotação do Pessoal do SIPAG-AC

FFA Chefe do Sipag-AC	**FFA – Área Vegetal**	**FFA – Área Animal**	**FFA IF**	**Nº Agente Ativ. Agropec. Efetivo**	**Nº Vet. Coop. Técnica**	**Nº Agente Insp. Coop. Técnica**	**Agente Insp. Art. 102**
Hiromi Suzana Yamasaki Sassagawa Sant'Anna	Ana Carolina Miranda Lamy	Katherine Letícia da Silva	Caroline Del Giudice de Andrada	Getúlio da Costa Bastos	Francisco Roberto Lima de Mesquita	Altino Tadeu da Silva Vieira	Verônica Oliveira Soares
	Marcelo Yuji Inoue		Marcos Antônio de Sousa Lima	Raimundo Morais de Souza	Cléofas Pires da Silva	Antônio da Cunha Mota	Ivaneide Roberto da Silva
			Pedro Henrique Salgado Bueno	Pedro Pereira Rocha	Eduardo Alves de Melo	Antônio José Serra Ferreira	Anthoniel Rodrigues da Silva
				Edson José Lopes da Silva		Francisco José da Fonseca	Aira Souza da Costa
				Ivan Rodrigues da Silva		Humberto Furtado de Araújo	Cintia Cunha Leite
				Raimundo Viana Pacífico		João Bosco da Fonseca	Edmilson Costa Dias de Sousa
						Jorge da Silva Ferreira	Katilúcia Lima Saldanha
						José Aprígio da Fonseca Filho	Kleyton Oliveira de Souza
						Mário Marcelo Freire de Lima	Mauro Camelo da Costa
							Reginaldo França da Silva
							Marcos Antônio Rocha dos Santos
							Jose Francisco Feitosa
							Antônia Márcia Pinto de Carvalho Souza
							André da Silva Costa
							Rosiane de Souza Desiderio

							Robson de Souza Ferreira
01	**02**	**01**	**03**	**06**	**03**	**09**	**16**

JUSTIFICATIVA

A inocuidade dos alimentos, a conformidade dos padrões de identidade e qualidade dos produtos e o cumprimento das exigências sanitárias nos procedimentos industriais buscam oferecer produtos e subprodutos , quer seja de origem animal ou vegetal, de boa qualidade e seguros do ponto de vista higiênico-sanitário, tecnológico e de padronização, assim como garantir uma maior credibilidade nos mercados interno e internacional.

As ações de controle, inspeção e fiscalização executadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no Estado do Acre estão direcionadas à garantia da qualidade destes produtos impedindo a comercialização dos mesmos com padrões abaixo das exigências legais, contribuindo para a segurança alimentar dos consumidores.

Além disso, o SIPAG também controla o nível de contaminantes e resíduos, químicos e biológicos, permitidos por Lei Federal ou por Acordos Internacionais.

Com relação aos alimentos de origem animal, o SIPAG atua junto às indústrias através do Serviço de Inspeção Federal, os chamados SIF's. No Estado do Acre temos 03 (três) matadouros frigoríficos de bovinos. E de junho a agosto de 2008, funcionou um abatedouro de aves e coelhos no município de Brasiléia, com SIF. Os estabelecimentos sob Inspeção Federal são identificados por um número de registro do estabelecimento, que consta impresso no rótulo do produto.

Dessa forma, o SIF atua no sentido de garantir a qualidade do alimento, evitando fraudes, processamento incorreto e o consumo de alimentos provenientes de animais doentes, que possam causar algum dano à saúde do consumidor. Atuamos intensamente na DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA.

Indicadores de Desempenho

- Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC);
- Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário;
- Taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas.

2.3.2.11. **Ação – 2131 – IPVEGETAL Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal.**

Finalidade – Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária, e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.

Núcleo do objetivo do programa – Redução de incidência de doenças por ingestão de alimentos agropecuários.

Público alvo – Cadeia agropecuária, produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsa e consumidor final.

Produto	Unidade de Medida	Programado	Realizado	Indicador

				(%)
Atendimento a cliente	Indeterminado		389	100
Participação em Evento Nacional realizado	unidade	01	04	400
Grupo de Discussão dos POPs para bebidas	unidade	01	01	100
Registro de estabelecimento	unidade	03	04	133,3
Produto registrado	unidade	20	60	300
Produto alterado	unidade	Não programado	01	100
Produto em exigência	unidade	Não programado	193	100
Estabelecimento fiscalizado	unidade	36	30	83,3
Auto de Infração	unidade	Não programado	04	100
Intimação	unidade	Não programado	04	100
Julgamento em 1ª Instância	unidade	Não programado	02	100
Reunião Interna	unidade	Não programado	53	100
Termo de vistoria emitido	unidade	03	06	200
Termo de colheita de amostra emitido	unidade	12	09	75
Termo de Apreensão (*)	unidade	Não programado	02	100
Termo de Fechamento	unidade	Não programado	01	100

(*) Abaixo a tabela de produtos apreendidos

PRODUTO	QUANTIDADE (Litros ou Unidades)
Aguardente	3.397,6
Bebida Alcoólica Mista	952,86
Vinho	852
Vodka	10,8
Álcool Etílico	216
Rótulo	500

2.3.2.12. **Ação – 4790 - Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal - CONTROVEG**

Finalidade – Melhorar e garantir a qualidade, conformidade segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados vegetais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo.

Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Indicador (%)
Solicitação de cadastramento de empresa como exportador	unidade	01	01	100

2.3.2.13. **Ação**: **Código 4746 – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais.**

Tabela 2.u. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição.	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	**81742 -** Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal – CGQV / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – SIPAG/DT/SFA-AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 8.918 de 1994, regulamentada pelo Decreto nº .314 de 1997, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas;· Lei nº 7.678 de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 99.066 de 1990, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva; Lei nº 9.972, de 25/05/2000, que instituiu a classificação de produtos vegetais; Art. 27,"I" e "g", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; Decreto nº 3.664, de 17/11/2000 que regulamenta a Lei nº 9.972 de 2000; Decreto nº 5.351, de 21/01/2005; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos

	arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Indicador (%)
Atendimento a Clientes	Indeterminado		35	100
Convenio de capacitação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil	unidade	01	01	100
Participação em Reunião Nacional realizada	unidade	01	02	200
Treinamento em classificação de feijão	unidade	02	02	100

Produtos extraprogramação: atividades condicionadas a eventualidades.

Participação na "Operação Semente de Pupunha", com o objetivo de impedir a entrada clandestina de sementes de pupunha (*Bactris gasipae*) do Peru cuja comercialização se realizaria no Estado da Bahia.

Indicadores de desempenho utilizados

- Número de supervisões realizadas em relação ao número de supervisões programadas;
- Número de animais inspecionados em relação ao número de animais abatidos;
- Número de vistorias realizadas em relação ao número de solicitações de vistorias prévias ao registro junto ao SIF;
- Número de colheitas realizadas em relação ao número de colheitas determinadas pelo DIPOA;
- Número de processos analisados em relação ao número de solicitações de análise de processos;
- Número de participações em capacitações em relação ao número de capacitações realizadas;
- Número de realizações de capacitações em relação ao número de capacitações demandadas;
- Número de participações em reuniões técnicas em relação ao número de reuniões técnicas realizadas;
- Número de atendimentos realizados em relação ao número de pessoas que procuram atendimento junto à Área Animal do SIPAG

2.3.2.14. **Ação 2145 – Inspeção de Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.**

Finalidade – Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.

Núcleo do objetivo do programa – Redução de incidência de doenças por ingestão de alimentos agropecuários.

Público alvo - Cadeia agropecuária, produtor, indústrias, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsa e consumidor final.

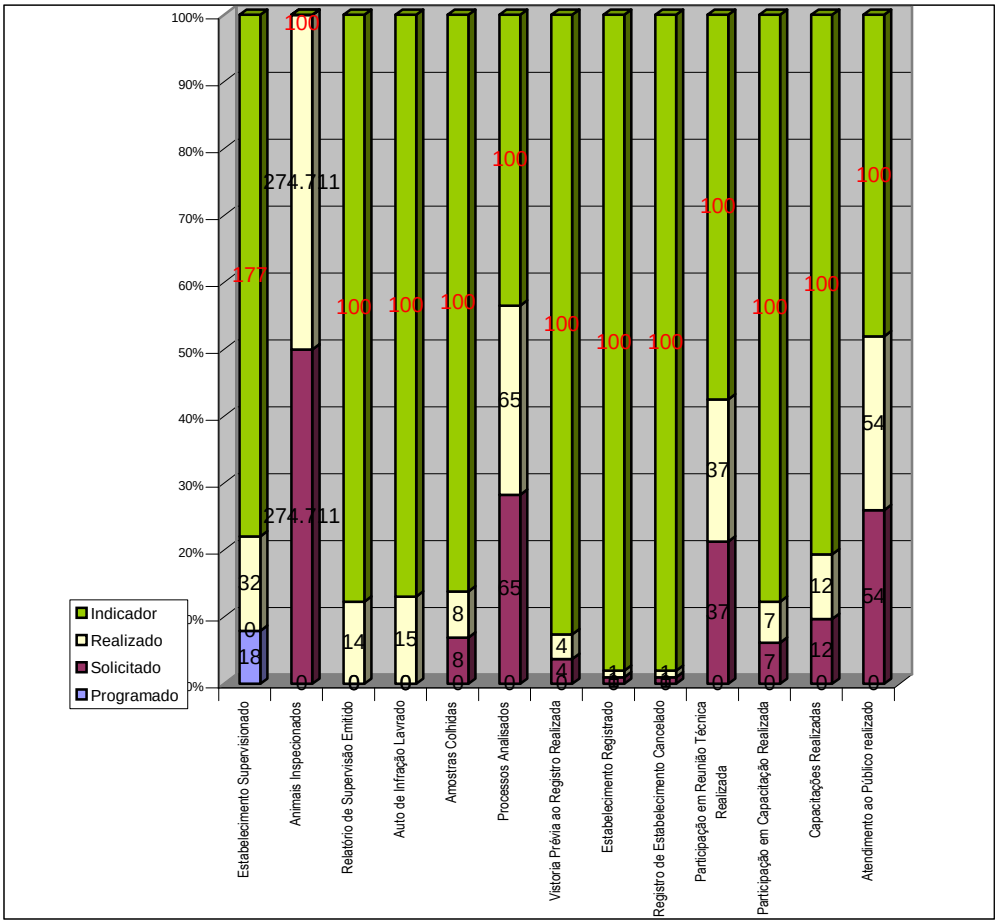
Produto	Programado	Solicitado/ Demandado	Realizado	Indicador (%)
Estabelecimento Supervisionado	18	00	32	177
Animais Inspecionados	00	274.711	274.711	100
Relatório de Supervisão Emitido	00	00	14	100
Auto de Infração Lavrado	00	00	15	100
Amostras Colhidas sob determinação DIPOA	00	08	08	100
Amostras Colhidas nos Estabelecimentos sob SIF*	00	64	64	100
Processos Analisados	00	65	65	100
Vistoria Prévia ao Registro Realizada	00	04	04	100
Estabelecimento Registrado	00	01	01	100
Registro de Estabelecimento Cancelado	00	01	01	100
Participação em Reunião Técnica Realizada**	00	37	37	100
Participação em Capacitação Realizada ***	00	07	07	100
Capacitações Realizadas****	00	12	12	100
Atendimento ao Público realizado	00	54	54	100

* Aqui estão incluídas as amostras colhidas na Acreaves

** Aqui estão incluídas as reuniões nacionais e locais.

*** Se refere a capacitações que participamos (realizadas por outros setores ou pelo DIPOA)

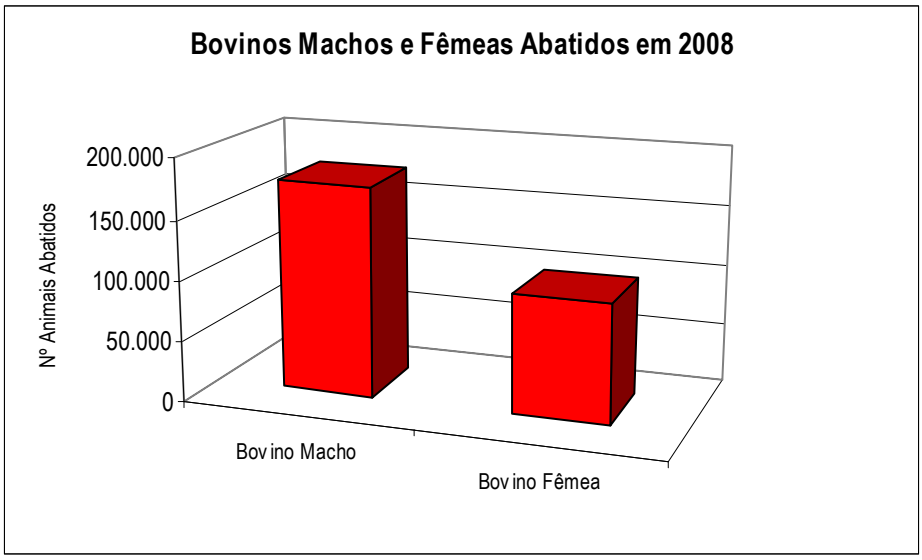
**** Se refere a capacitações que realizamos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre
Seção de Planejamento e Acompanhamento
Rodovia Ac-40, Nº 793 - Cep 69901-180 - Rio Branco-Ac - Telefones: (68) 3212 – 1316, 3212-1300. Fax: (68)3212 – 1313 / 3212-1318
E-Mail: Hyperlink "Mailto:gab-ac@Agricultura.gov.br" spa-ac@Agricultura.gov.br;dt-ac@agricultura.gov.br

Quantidade de Animais Abatidos e Inspecionados por SIF no Estado do Acre em 2008

Espécie/Categoria	Animais Abatidos	Animais Inspecionados	Peso Morto	Peso Médio (Kg)
Bovino Macho	175.260	175.260	18.303.229	184
Bovino Fêmea	99.451	99.451	44.589.928	254
Total	**274.711**	**274.711**	**62.839.157**	



2.3.4. Programa : código 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tabela 2. 3.4. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Gerente do Programa:	
Gerente Executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	**Augusto Jorge Simões e Silva**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Partidas inspecionadas

Público alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Principais Ações do Programa 0357:

2.3.2.15. **Ação**: **Código - 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais seus Produtos e insumos.**

Tabela 2.v. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição.	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3635 - Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DT/SFA-AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto nº 24.114, de 12/04/1 934, sua legislação complementar. Fiscais Federais Agropecuários inspecionam a documentação e as mercadorias, verificando a sanidade e a legalidade do transito internacional de produtos agrícolas.

2.3.2.15 . **Ação**: **Código - 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais seus Produtos e insumos.**

Tabela 2.x. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição.	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3635 - Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Áreas (dentro da UJ)	

responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DT/SFA-AC.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto 24.645 de 1934; Decreto 38.983 de 1956. Fiscais Federais Agropecuários inspecionam a documentação e as mercadorias, verificando a sanidade e a legalidade do trânsito internacional de produtos pecuários.

Unidades de execução

O Programa é executado no Estado do Acre pelo Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO-DT/AC, com sede em Rio Branco, e suas Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGROs, sediadas nos municípios de Assis Brasil e Epitaciolândia. Todo o serviço/sistema VIGIAGRO está vinculado à Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

Recursos Humanos:

Atualmente a força de trabalho do VIGIAGRO-DT/AC dispõe da seguinte equipe:

CARGO	QUANTIDADE					
	ATUAL			DEFICIT		
	Assis Brasil	Epitaciolândia	Rio Branco	Assis Brasil	Epitaciolândia	Rio Branco
FFA Engenheiro Agrônomo		01	01	01		
FFA Médico Veterinário		01		01		01
Agente Atividade Agropecuária		01				
Pesquisador em Ciências E. N.	01					
Administrativo	01			02		01
TOTAL	02	03	01	02		02
TOTAL GERAL	06			04		

Para o perfeito funcionamento das atividades na Sede e nas UVAGROs existe a necessidade de Fiscais Federais Agropecuários e pessoal de apoio para atuação no Sistema Vigiagro de acordo em como do déficit descrito no quadro anterior

Há a necessidade de mais um FFA para Rio Branco em virtude da demanda de Serviço a ser implementado na ECT e também no Aeroporto Internacional de Rio Branco para atendimento de vôos internacionais não regulares provenientes do Peru, Bolívia, etc.

Manutenção:

Os recursos financeiros foram programados para a manutenção e investimento no serviço na Sede e em dois municípios onde o serviço possui escritórios estabelecidos.

O pagamento das despesas, em sua grande parte, como a aquisição de material de expediente, impressos gráficos, material de informática, manutenção de equipamentos, bem como energia elétrica, telefonia, combustível, limpeza e pessoal terceirizado são cobertos pelo PI MANUT. Para tanto, parte desses recursos foi transferida dos PI FISCPLANTA e FISCANIMAL para o PI MANUT, objetivando aplicação em despesas compartilhadas, não sendo possível quantificar os valores utilizados especificamente por este Serviço para esses fins.

Participação em eventos:

Objetivando a participação em intercâmbio técnico-operacional, Força Tarefa, supervisões em Unidades vinculadas ou reuniões nacionais, os recursos financeiros são viabilizados e descentralizados pela Coordenação para esses fins.

Participação em eventos	**Engenheiro Agrônomo**	**Médico Veterinário**
Reunião bilateral Brasil – Peru sobre transporte e controle fronteiriço em Puerto Maldonado – Peru	01	
Curso de Identificação de madeiras e pragas florestais de importância quarentenária	01	
Seminário Regional de Agrotóxico	01	
Curso Intensivo de Processamento de couro		01
Oficina para Gestão dos Recursos Pesqueiros do Estado do Acre	01	
Curso de Integração Institucional de Novos FFA		01
Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes	01	
Curso sobre o programa Nacional de Sanidade dos Equídeos		01
11º Curso sobre Manejo do Rebanho e Balanceamento de Dieta		01
Curso sobre Irrigação de Pastagem		01
Curso Teórico de Capacitação de Auditores para o Sisbov		01
Reunião Subcomitê de Fronteira		01
IV Semana dos Alimentos Orgânicos	01	
Reunião no Itamarati da missão brasileira para harmonização de procedimentos a serem adotados em Puerto Maldonado – Peru.	01	

DESEMPENHO FÍSICO

Mês	Produto	Quant (t)	Valor (U$)	Destino	Partida Inspecionada
Jan	Castanha do Brasil	852,6	718947,9	Bolívia	29
	Bebidas destiladas	74,65	78028,82	Bolívia	3
	Bebidas fermentadas	209,06	150582,3	Bolívia	9
	Refrigerante	6,26	2788,5	Bolívia	1
Fev	Castanha do Brasil	1430,8	1016700	Bolívia	47
	Bebidas destiladas	35,23	20199,94	Bolívia	2
	Bebidas fermentadas	84,06	74322,88	Bolívia	3
Mar	Castanha do Brasil	1368,6	760333,3	Bolívia	44
	Bebidas dest + ferm	73,5	56534,84	Bolívia	3
	Arroz	66	45619,44	Bolívia	2
	Castanha do Brasil	29,4	0	Bolívia	1
Abr	Castanha do Brasil	1146,6	634000	Bolívia	37
	Bebidas dest + ferm	50	35361,04	Bolívia	2
	Castanha do Brasil	633,08	382551,1	Bolívia	21
Mai	Bebidas dest + ferm	136,68	142873,5	Bolívia	10
	Arroz	220	17696059	Bolívia	6
	Castanha do Brasil	274,96	169291,1	Bolívia	9
Jun	Bebidas dest + ferm	70,91	74128,93	Bolívia	5
	Arroz	156	136669	Bolívia	6
	Castanha do Brasil	105	66216,98	Bolívia	3
Jul	Bebidas dest + ferm	79,15	82752,6	Bolívia	8
	Arroz	130	99066,35	Bolívia	3
	Madeira	39,86	16560,3	Bolívia	1
	Castanha do Brasil	122,85	77854,58	Bolívia	4
Ago	Bebidas dest + ferm	50,77	53069,59	Bolívia	5
	Arroz	289,02	241616,9	Bolívia	7
	Castanha do Brasil	29,4	16343,32	Bolívia	1
Set	Bebidas dest + ferm	181,83	190085,3	Bolívia	11
	Arroz	39	25278,78	Bolívia	1
	Castanha do Brasil	35,77	18685	Bolívia	1
	Bebidas dest + ferm	72,93	76248,08	Bolívia	5
	Arroz	21	11833,33	Bolívia	1
Out	Açúcar	168	52127,75	Bolívia	5
	Óleo de soja	24,22	34452,61	Bolívia	1
	Castanha do Brasil	26,88	10903,43	Peru	1
	Milho	228	43890	Peru	6
	Bebidas fermentadas	47,26	49209,6	Bolívia	3
	Arroz	117,69	63640,9	Bolívia	1
Nov	Açúcar	148,64	43428,48	Bolívia	4
	Óleo de soja		55014	Bolívia	3
	Alho	7,67	5369	Peru/Brasil	1
	Bebidas dest + ferm	12,58	13098,41	Bolívia	10
Dez	Arroz	197	83904,36	Bolívia	4
	Açúcar	407	10739,09	Bolívia	1
Total		9499,91	23.636.380,33		331

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre
Seção de Planejamento e Acompanhamento
Rodovia Ac-40, Nº 793 - Cep 69901-180 - Rio Branco-Ac - Telefones: (68) 3212 – 1316, 3212-1300. Fax: (68)3212 – 1313 / 3212-1318
E-Mail: Hyperlink "Mailto:gab-ac@Agricultura.gov.br" spa-ac@Agricultura.gov.br;dt-ac@agricultura.gov.br

CONCLUSÃO

Considerando os objetivos propostos do Programa de Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, que é impedir a introdução e disseminação de praga e doenças na agropecuária, os serviços têm garantido a entrada de produtos em conformidade com a legislação brasileira, impedindo com isso a entrada de pragas que possam vir a comprometer a competitividade e sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Há necessidade de fiscais federais agropecuários e agente de atividades agropecuárias em quantidade suficiente na UVAGRO de Assis Brasil, bem como a construção de incineradores e local para inspeção/reinspeção de produtos na zona primária.

2.3.3. **Programa : código 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade.**

Tabela 2. y. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Objetivos Específicos	Promover edifundir a gestão ambiental,a produçãoe oconsumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Gerente do Programa:	
Gerente Executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	**Jorge Luiz Hessel**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de produtores capacitados; Número de produtores de alimentos orgânicos; Porcentagem de agentes e servidores capacitados por cadeia selecionada em relação ao total programado
Público alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Principais Ações do Programa 1426:

2.3.2.17. **Ação**: **Código - 4720 – Certificação da Produção Orgânica de Alimentos**

Tabela 2.z. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária

Finalidade.	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade orgânica dos alimentos por meio de um sistema oficial de certificação de produtos.
Descrição.	A produção orgânica visa oferecer ao mercado consumidor, produtos livres de produtos químicos, resultado de técnicas de produção que se utilizam apenas de insumos naturais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	**Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuários – SEPDAG.**
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	

Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Êxito (%)
Realização do Estudo dirigido referente ao 1º curso de preparação de FFA para aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.	Unidade	-	01	100
1º Curso de preparação de FFA para aplicação de mecanismos de garantia e informação da qualidade orgânica Brasília/DF	Unidade	-	01	100
Participação de técnico do setor de Agricultura Orgânica no III Encontro Nacional de Agricultura Orgânica Brasília /DF.	Unidade	-	01	100

2.3.2.18. **Ação**: **Código - 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pro-Orgânico -DESENORG.**

Tabela 2.a.a. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária

Finalidade.	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição.	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	**Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuários – SEPDAG.**
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 07 de maio de 1999. Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito da Ministério da Agricultura,

Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	ID (%)
Reuniões com membros da CPOrg/AC (Comissão da Produção Orgânica do Estado do Acre)	Unidade	02	02	100
Visita técnica na casa de medida Sócio-Educativa "Reviver" no município de Rio Branco-AC	Unidade	-	02	100
Visita técnica a produtores que participaram do curso de horticultura orgânica no município de capixaba-AC	Unidade	01	-	-
Visita técnica a produtores que participaram do curso de horticultura orgânica no município de Sena Madureira-AC.	Unidade	01	01	100
Visita técnica a produtores que participaram do curso de horticultura orgânica no município de Plácido de Castro-AC	Unidade	01	01	100
Visita técnica a produtores que participaram do curso de horticultura orgânica no município do Bujari-AC	Unidade	01	01	100
Visita técnica a duas (02) propriedades: senhora Rose, localizada na vila Acre e senhor Carlos Malveira localizada na Via Verde, Rio Branco-AC.	Unidade	-	01	100
Visita técnica na propriedade do senhor Railson Vieira de Matos localizado no ramal do riozinho do rola km 38 mais ramal da União km 16 colônia São José Rio Branco-AC	Unidades	-	01	100
Participação do técnico José Caetano da Luz na oficina de sensibilização de novos sócios da ACS-Amazônia no Projeto RECA/RO	Unidade	-	01	100
Participação do técnico José Caetano da Luz em reunião com um grupo de agricultores e artesão indígena para discutir com os mesmo o processo de certificação orgânicas de seus produtos no município de Boca do Acre/AM.	Unidade	-	01	100
Curso de Horticultura Orgânica na casa de medidas sócio-educativo "Reviver" Rio Branco-AC	Unidade	01	-	-
Visita técnica a produtores do pólo Wilson Pinheiro em Rio Branco-AC.	Unidade	01	-	-
Visita técnica a Escola Rural Esperança do Povo no Seringal Cachoeira município de Xapuri-AC	Unidade	01	-	-

Reunião no escritório da SEAPROF no município de Porto Acre-AC	Unidade	01	01	100
Visita técnica a produtores que participaram do curso de hortaliças orgânicas no município de Plácido de Castro-AC.		-	01	100
Reunião na Secretaria Municipal de Agricultura do município de Xapuri-AC	Unidade	01	01	100
Reunião dos técnicos de setor de agricultura orgânica com um grupo de técnicos e com o secretário municipal de Agricultura do município de Plácido de Castro-AC	Unidade	-	01	100
Palestra de Agricultura Orgânica na associação Boa Esperança Br 364 km 76 ramal sete Vila Campinas município de Plácido de Castro-AC.	Unidade	-	01	100
Participação dos técnicos do setor de Agricultura Orgânica em reunião na Secretaria municipal de Agricultura do município de Assis Brasil-AC	Unidade	01	-	-
Visita técnica ao centro de recuperação Chácara Vale da Benção município Rio Branco-AC	Unidade	01	01	100
Visita técnica na comunidade dos Apurinãs no município de Boca do Acre-AM.	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do setor de Agricultura Orgânica em reunião na secretaria de Agricultura do município de Epitaciolândia-AC.	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do setor de Agricultura Orgânica em reunião na Secretaria de Agricultura do município de Brasiléia-AC.	Unidade	01	01	100
Curso de horticultura Orgânica no ramal Novo Horizonte km 17 município de Plácido de Castro e participaram 15 produtores.	Unidade	01	01	100
Visita técnica a Feira Orgânica no mercado Elias Monsour /Rio Branco -AC	Unidade	01	01	100
Visita técnica na propriedade do senhor Railson Vieira Matos localizada na estrada do Riozinho do rola km 38 mais ramal da União km 16 colônia São José Rio Branco-AC.	Unidade	01	01	100
Visita técnica na propriedade do senhor Sebastião Elviro de Araújo Neto, Estrada de Porto Acre km 04 Rio Branco -AC.	Unidade	-	01	100
Visita técnica na propriedade do senhor João Andrade na Vila do V no município de Porto Acre-AC	Unidade	-	01	100
Visita técnica aos produtores do PA Benfica Rio Branco-AC.	Unidade	01	01	100
Organização e participação das Atividades referentes a IV Semana dos Alimentos Orgânicos no período de 26/05 á 1/06/2008 nos municípios de Rio Branco, Plácidos de Castro e Porto Acre-AC.	Unidade	01	01	100
Visita técnica aos produtores do pólo Wilson Pinheiro e PA Benfica no município de Rio Branco, para tratar de assuntos relacionados à organização da IV Semana dos Alimentos Orgânicos.	Unidade	01	01	100
Visita técnica aos produtores do Grupo Ecológico do Humaitá município de Porto Acre, para tratar de assuntos relacionados à organização da IV Semana dos Alimentos Orgânicos.	Unidade	01	01	100
Visita técnica na feira de Produtos Orgânicos no mercado municipal Elias monsour, para tratar de assuntos relacionados à organização da IV Semana dos Alimentos Orgânicos Rio Branco-AC.	Unidade	01	01	100
Reunião com o Secretário municipal de Agricultura para tratar de assuntos relacionados à organização da IV Semana dos Alimentos Orgânicos.	Unidade	01	01	100
Abertura Oficial da IV Semana dos Alimentos Orgânicos	Unidade	01	01	

no Auditório da SFA com palestras: Panorama da Agricultura Orgânica no Acre e Regulamentação da lei 10.831 e encerrando com um Coffee Break Orgânico, dia 26/05/08.				100
Intercâmbio de Produtores do município de Plácido de Castro com grupo de produtores Ecológico do Humaitá na linha 10 Km 22 município de Porto Acre-AC, dia 27/05/08.	Unidade	01	01	100
Palestra: Importância da Agricultura Orgânica no Centro de Difusão Tecnológica na Avenida Epitácio Pessoa nº 1.105, Centro município de Plácido de Castro, dia 28/05/08.	Unidade	01	01	100
Panfletagem no Centro de Rio Branco-AC, dia 29/05/08.	Unidade	01	01	100
Visita a propriedade Orgânica na Estrada de Porto Acre km 04 ramal José Rui Lino nº 1.981, dia 30/05/08.	Unidade	01	01	100
Visita a Feira de Produtos Orgânicos, Agroflorestais e Artesanais com informes ao Público, conscientização para o consumo responsável, panfletagem e palestras ministrada pelo SEBRAE de Segurança Alimentar e palestra de Atendimento ao Cliente, no dia 31/05/08.	Unidade	01	01	100
Comercialização de produtos orgânicos no dia 01/06/08.	Unidade	01	01	100
Palestra de agricultura orgânica a produtores rurais do município de Sena Madureira-AC.	Unidade	-	01	100
Realização da IV Semana dos Alimentos Orgânicos de 26/05 à 01/06/2008.	Unidade	01	01	100
Visita técnica aos produtores do ramal Novo Horizonte Plácido de Castro-AC.	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do setor de Agricultura Orgânica em reunião na Secretaria de Agricultura do município de Epitaciolândia-AC.	Unidade	01	-	-
Participação dos técnicos do setor de Agricultura Orgânica em reunião na Secretaria de Agricultura do município de Brasiléia-AC.	Unidade	01	-	-
Visita técnica na comunidade dos apurinãs no município de boca do Acre-AM	Unidade	01	-	-
Visita técnica na Feira de Produtos Orgânicos no mercado Elias Monsour Rio Branco-AC.	Unidade	-	01	100
Reunião na Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta -SAFRA	Unidade	-	01	100
Participação dos Técnicos do SEPDAG no curso de horticultura promovido pelo SEBRAE-AC Rio Branco-AC	Unidade	-	01	100
Reunião com a equipe técnica da Associação dos Municípios do Acre -AMAC				
Participação dos técnicos do SEPDAG/AO em reunião na Secretaria Municipal de Agricultura do município de Brasiléia-AC.	Unidade	-	01	100
Visita técnica na Secretaria de Agricultura do município de Xapuri-AC.	Unidade	01	-	-
Visita técnica aos produtores do Projeto RECA no Estado de Rondônia.	Unidade	01	01	100
Palestra sobre Agricultura Orgânica na Escola Dom Julio Matiole município de Sena Madureira-AC.	Unidade	01	-	-
Participação dos técnicos do SEPDAG na Expoacre.	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG em reuniões no parque de Exposição e na Secretaria de agropecuária-SEAP.	Unidade	01	01	100
Produção de mudas de hortaliças para horta Experimental da SFA-AC.	Unidade	-	01	100
Visita técnica a Feira de Produtos Orgânicos no mercado Elias Mansour Rio Branco-AC.	Unidade	-	01	100
Visita técnica aos produtores dos Quintais Agroflorestais	Unidade	-	01	100

do município do Bujari-AC.				
Visita técnica aos produtores do grupo Ecológico do Humaitá município de porto Acre-AC.	Unidade	-	01	100
Reunião da DT para tratar de assuntos relacionados à área técnica da SFA-AC.	Unidade	-	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG em palestra com o consultor no núcleo de Assessoramento Jurídico da AGU/MS no auditório da SFA-AC.	Unidade	-	01	100
Instalação da Horta Orgânica no Parque de Exposição Rio Branco-AC.	Unidade	-	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG nos plantões no estande da SFA na Expoacre/2008.	Unidade	01	01	100
Curso de Horticultura Orgânica atendendo o Programa de Fortalecimento da Horticultura Familiar nos Pólos Agroflorestais: Hélio Pimenta, Wilson Pinheiro em Rio Branco e Dom Moacir no município do Bujari-AC.	Unidade	01	-	-
Reuniões nas comunidades: Benfica, Quintais Agroflorestais, Wilson Pinheiro, Porto Acre, Custódio Freire, Geraldo Mesquita, Belo Jardim, Moreno Maia, Bujari, Sena Madureira, Xapuri, Geraldo Fleming e Brasiléia que deverão participar do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.	Unidades	01	-	-
Visita técnica na propriedade do senhor Railson Vieira de Matos, no ramal Riozinho do rola km 49 Rio Branco-AC.	Unidade	01	-	-
Participação dos técnicos do SEPDAG no dia de Campo de Agricultura Ecológica do Humaitá no ramal Flaviano Melo Km 07 Projeto de Assentamento Humaitá município Porto Acre-AC.	Unidade	-	01	100
Curso de Horticultura Orgânica no ramal das Chácaras 2ª T Vila Campinas município Plácido de Castro-AC.	Unidade	-	01	100
Curso de Horticultura Orgânica na comunidade dos Quintais Florestais no município de Sena Madureira-AC.	Unidade	-	01	100
Realizar visitas técnicas aos produtores rurais dos Quintais Florestais que participaram do curso de Horticultura Orgânica no município de Sena Madureira-AC.	Unidade	01	-	-
Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião com produtores do PA Tocantins no município de Porto Acre para apresentar o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião com produtores dos pólos Agroflorestais: Geraldo Fleming e Hélio Pimenta para apresentar o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes município de Porto Acre-AC.				
Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião com produtores do PA Benfica para apresentar o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes município de Rio Branco-AC.	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião com produtores dos pólos Agroflorestais: Wilson Pinheiro e Dom Moacir para apresentar o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes município de Rio Branco-AC	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião com produtores do pólo Agroflorestal: Geraldo Mesquita para apresentar o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes município de Rio Branco-AC				
Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião com produtores do pólo de Hortaliças Custódio Freire para apresentar o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes município de Rio Branco-AC.	Unidade	01	01	100

Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião na EMBRAPA/AC – com equipe AGE/MAPA	Unidade	-	01	100
Visita técnica ao Projeto RECA/RO	Unidade	-	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG em reunião na Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA/AC.	Unidade	-	01	100
Reunião do SEPDAG com os técnicos da SAFRA e SEAPROF para elaboração do calendário dos cursos de capacitação em Adubos Verdes.	Unidade	01	01	100
Visita técnicas aos produtores do ramal do "T" Vila Campinas município de Plácido de Castro-AC	Unidade	01	01	100
Capacitação dos produtores que aderiram ao Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.	Unidade	01	01	100
Capacitação de agricultores e técnicos que participaram do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes nas comunidades: pólo de hortaliças da Custódio Freire e PA Benfica em Rio Branco-AC.	Unidade	01	01	100
Participação em reunião da Divisão Técnica –DT.	Unidade	-	01	100
Capacitação de agricultores e técnicos que aderiram ao Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes nos pólos e municípios de Plácido de Castro e Bujari-AC.	Unidade	01	01	100
Participação dos técnicos do SEPDAG no I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo em Brasília/DF.	Unidade	-	01	100
Atendimento ao público externo que nos procurou para maiores esclarecimentos sobre Agricultura Orgânica	Unidade	50	54	108
Acompanhar os produtores que aderiram ao Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes nos Pólos, Projeto de Assentamento e municípios de Plácido de Castro e Bujari-AC.	Unidade	01	-	-

2.3.5. **Programa : código 0393 – Propriedade Intelectual**

Tabela 2. 3.5. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Objetivos Específicos	Promover edifundir a gestão ambiental,a produçãoe oconsumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas.	382 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	**Jorge Luiz Hessel**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	2434 - Prazo de Concessão de Registro de Marcas **Fórmula de Cálculo:** Estoque de pedidos de marcas pendentes dividido pelo número de decisões no ano de referência. Número de produtores atendidos no processo de indicação geográfica
Público alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro

Principais ações do Programa 0393 – Propriedade Intelectual

2.3.2.19. **Ação**: C**ódigo – 2B47 - Incentivo às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários - INDIGRAF**

Tabela 2.ab. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária

Finalidade.	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.

Descrição.	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG;
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3994 - Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	**Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuários – SEPDAG.**
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 9.279/96, Decreto nº 5.351/05; Portaria MAPA nº 85/05, IN MAPA nº 1.305, IN MAPA nº 22/05, Decreto nº 5.741/06, artigo 45º da Lei nº 8.171/91 (Lei Agrícola), Resolução INPI nº 75, de 28/11/2000.

Produto	Indicadores ou parâmetros utilizados na análise	Execução Física	
		Programado	Realizado
Técnicos capacitados	Numero. de servidores capacitados	01	02
Cadeia Produtiva analisada	Nº. de cadeias produtivas analisadas	01	01
Participação em Reunião Técnica		-	03
Participação em cursos sobre propriedade intelectual		01	02
Palestras apresentadas		-	01
Reunião Técnica Realizada		-	06
Visitas Realizadas Associações produtores		02	02

Eventos: Cursos, reuniões e treinamentos.

Nome do Evento	Quantidade	Objetivo	Participantes			Total
			Engº. Agrº.	Méd. Vet.	Produtores/ técnicos	
Reunião Técnica na SFA-AC 22.04.2008	01	Apresentar as ações sobre IG para os técncos da SFA				
Palestra sobre qualidade da farinha de mandioca realizada na SFA-AC 25.04.2008	01	Apresentação do Projeto Farinha do Vale do Juruá pela equipe da EMBRAPA				
Reunião de apresentação da proposta de IG para técnicos de outras instituições 09.05.2008	01	Formação do Grupo de Trabalho	8	1	7	16

Reunião de sensibilização junto a produtores de farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima 1 a 3 de setembro	01	Apresentação da proposta para o grupo de produtores	2	-	-	2
Participação no 3º curso sobre IG, em Ouro Preto-MG 17 a 22 de outubro	01	Capacitação de servidor	1	-	-	1
Participação da Reunião CIG, em Salvador-BA 12 e 13 de novembro	01	Discussão sobre o Projeto de Lei para Indicações Geográficas	1	-	-	1

2.3.6. **Programa : código 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.**

Tabela 2. 3.6. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário
Objetivos Específicos	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos
Gerente do Programa:	
Gerente Executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	**Serviço de Políticas e Desenvolvimento Agropecuário-SEPDAG/DT/SFA-AC.**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	
Público alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Principais ações do Programa -6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

2.3.2.20. **Ação**: **Código – 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR .**

Tabela 2.ac. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos,

	melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição.	Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	81046 - Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI / SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	**Serviço de Políticas e Desenvolvimento Agropecuário-SEPDAG/DT/SFA-AC.**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Lei 11.439, de 2006, Decreto nº 5.351, de 2005, Instrução Normativa/STN/MF 01, de 1997. Consórcios intermunicipais, parcerias com estados e municípios, de forma direta ou por meio de convênios e contratos.

Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	êxito (%)
Participação da Reunião SEPDAG / SICONV realizada em Brasília em 10 e 11 de novembro.	Nº de reuniões	01	01	100
Realização das Vistorias "in loco" referentes às emendas parlamentares 2008 (recuperação de estradas vicinais e pontes)	Nº de vistorias	08	08	100

As ações relacionadas ao PI APPRODUTOR em 2008 consistiram principalmente na realização das vistorias "in loco" dos objetos propostos nos planos de trabalho referentes às emendas parlamentares 2008, como forma de subsidiar a análise final da Coordenação Geral de Parcerias Institucionais - CGPI. Os objetos propostos através dos planos de trabalho foram, basicamente, a recuperação de estradas vicinais e pontes nos municípios de Porto Acre, Plácido de Castro, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima.

2.3.7 **Programa : código 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio**

Tabela 2. 3.7. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a

Objetivo Geral	organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Objetivos Específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Gerente do Programa:	
Gerente Executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	**Serviço de Políticas e Desenvolvimento Agropecuário-SEPDAG/DT/SFA-AC.**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário; **Fórmula de Cálculo:** Relação percentual entre a área de solo com uso e manejo adequado e a área total agricultável.
Público alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Principais Ações do Programa 1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

2.3.2.21 **Ação**: **Código – 8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio**

Tabela 2..ad. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.
Descrição.	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário;
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3993 - Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária – CAPTA / DEPTA / SDC
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	**Serviço de Políticas e Desenvolvimento Agropecuário-SEPDAG/DT/SFA-AC.**
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 9.279/96 (Propriedade Industrial); Lei nº 9.456/97 (Lei de Proteção de Cultivares); Lei nº 9.609/98 (Propriedade Intelectual para programas de computador); Lei 9.610/98 (Direitos Autorais); Lei nº 10.973/04 (Lei da Inovação Tecnológica); Decreto nº 5.563/05 (Regulamentação da Lei de Inovação); Decreto nº 5.351/05 (Reestruturação do MAPA), Portaria Ministerial nº 85/06 (Regimento Interno da

	SDC/MAPA); Decreto Legislativo nº 70/06 (Internalização do Tratado Internacional sobre recursos genéticos para a agricultura e alimentação - FAO); Decreto nº 6.041/07 (Política de Desenvolvimento da Biotecnologia); Lei nº 11.105/05 (Biossegurança); MP 2.186-16/2001 (Acesso ao Patrimônio Genético). Acordo de Cooperação Técnica MAPA/INPI.

Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	êxito (%)
Participação da Reunião CIG/CAPTA/DEPTA/SDC	Unidade	01	01	100
Participação da Reunião Anual da CAPTA	Unidade	01	01	100

As ações realizadas em 2008, referentes às áreas prioritárias de atuação da Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária – CAPTA, no estado do Acre, foram voltadas principalmente para articulação institucional.

Após a primeira reunião realizada em Agosto de 2008 , iniciamos as articulações com as instituições como EMBRAPA e SDCT, além de identificar iniciativas locais relacionadas com o tema CAPTA. Uma das iniciativas identificadas foi o Projeto Balde Cheio,o qual foi apresentado para a Coordenação em ocasião da reunião Anual da CAPTA, realizada em dezembro de 2008.

2.3.2.22 **Ação**: **Código – 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo**

Tabela 2. ae. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Descrição.	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bemestar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a

	infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	81032 - Coordenação-Geral de Acompanhamento – CGA / DENACOOP / SDC
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	**Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG**
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 2.613 de 1955; Lei nº 7.231 de 1984; Lei nº 9.649 de 1998; Medida Provisória 2.143-36 de 2001; art. 4º, VIII, Lei nº 8.171; anexo I, art. 1º, XI, Decreto nº 3.527; Medida Provisória nº 1.715 de 1998; Medida Provisória nº 1.961 de 2000.

Este Plano Interno **86220082** foi criado a partir de Emenda Parlamentar de autoria do Senador Geraldo Mesquita Junior.

Objetivo: apoiar as ações do Projeto de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira – Balde Cheio.

Público alvo: produtores de leite e técnicos das instituições parceiras do Projeto Balde Cheio.

O Projeto Balde Cheio é uma proposta inicialmente desenvolvida pela Embrapa Pecuária Sudeste, em São Carlos – SP, através de seu pesquisador Dr. Artur Chinelato de Camargo, e visa promover o desenvolvimento da pecuária leiteira através da melhoria do manejo das pastagens, melhoria genética do rebanho, administração e gerenciamento, melhoria da qualidade do leite. Dentro das metas, destacamos os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Atualmente, o Projeto está presente em mais de 10 estados, além de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro, Minas Gerias, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Acre e Rondônia.

No estado do Acre, o Projeto teve início em maio de 2007, com 12 produtores dos municípios de Acrelandia, Senador Guiomard, Plácido de Castro e Porto Acre. Com a inclusão de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia já são 15 (quinze) produtores oficias e mais 23 (vinte e três) assistidos. Nossa proposta é chegar a dois produtores oficiais por município. Essas propriedades servirão como “sala de aula” para os demais produtores.

Em agosto de 2007, foram realizadas visitas a 05 propriedades do projeto localizadas no interior de São Paulo, proporcionando um rico intercâmbio para os produtores e técnicos do projeto, onde eles puderam conhecer outras realidades, outros produtores que passaram e passam por dificuldades como nós passamos. No entanto, sabíamos também que muitas

práticas realizadas lá deveriam ser adaptadas às nossas condições de clima, de solo, genética animal e mercado.

O Projeto Balde Cheio está pautado nos princípios básicos da produção leiteira, que deve obedecer à interação entre SOLO X CLIMA X ANIMAL X PLANTA X HOMEM. Esta interação, se bem manejada e gerenciada, pode nos trazer excelentes resultados. Ainda mais nas condições climáticas que dispomos aqui no Acre.

O sistema adotado é o pastejo intensivo rotacionado, onde a área escolhida é dividida em piquetes, de acordo com a categoria animal, planta forrageira, nível de fertilidade e condições climáticas. Os animais permanecem por um dia no piquete, depois vai o próximo, e o anterior recebe adubação, de acordo com a análise de solo, e permanece em descanso por um período pré-determinado, que varia de acordo com a planta, em geral de 21 a 30 dias. A proposta é dar aos animais, alimentação em qualidade e quantidade, suficiente para a sua manutenção e produção diária. Durante o dia, nas horas mais quentes, os animais permanecem nas áreas de descanso, onde têm disponibilidade de água, sal mineral e sombra. Nos meses do ano em que não dispomos de pastagem suficiente para os animais, os mesmos serão suplementados com cana picada, uréia, mais um outro complemento, de forma balanceada, de maneira que tenha suas necessidades atendidas.

O produtor, por sua vez, anota todos os dados de chuva, temperatura, despesas, receitas, índices zootécnicos, peso do leite, abre fichas individuais dos animais onde anota todos as informações que possam nos dar parâmetros para futuras decisões. Baseados nesses dados o técnico e produtor administram e gerenciam a atividade, tomando as decisões com bases em dados da propriedade, diminuindo a margem de erro e contribuindo para a maior eficiência do sistema produtivo.

PARCEIROS: SENAR / Acre, a Embrapa Pecuária Sudeste, Secretaria Estadual de Agropecuária – SEAP, Prefeituras Municipais de Plácido de Castro, Acrelândia, Porto Acre e Senador Guiomard e apoio disponibilizado pelos Laticínios Acrelândia e Buriti.

VIABILIDADE DO PROJETO EM NOSSO ESTADO: fazemos a análise econômica considerando nossa realidade, ou seja, insumos caros e preço de venda do leite baixo. Mesmo assim, nossos custos giram em torno de 3,5 a 3,8 litros de leite por dia por unidade animal. Custos bem próximos ao obtido na região Sudeste. Logicamente que não podemos trabalhar com animais de baixa produção, a proposta é melhorar. Os custos se aproximam porque nosso clima permite o pastejo durante quase todo ano ao passo que em outros estados, com temperaturas baixas a forrageira paralisa seu crescimento.

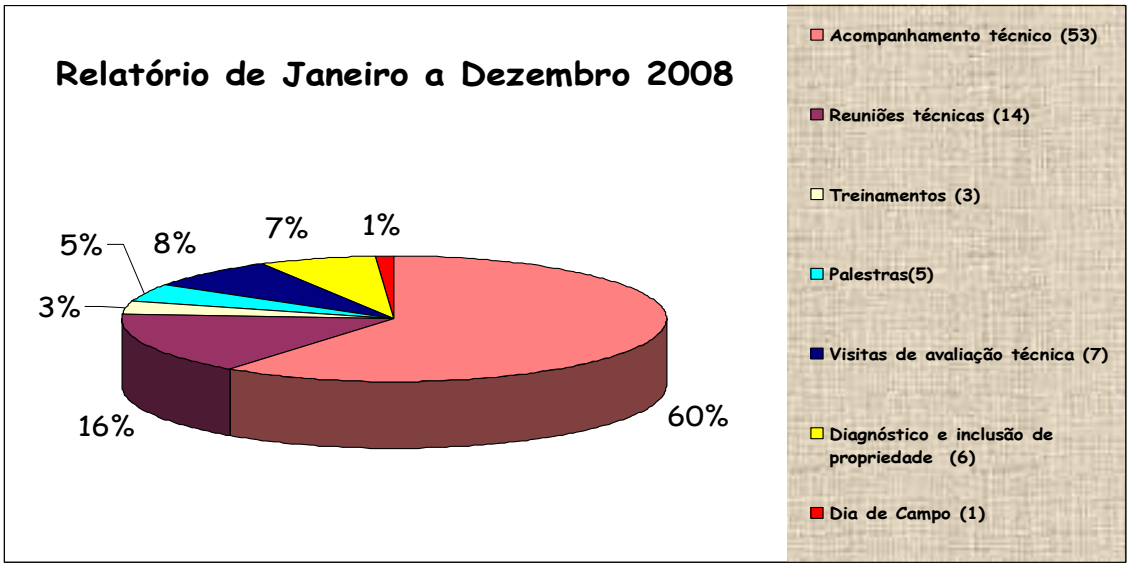
Atividades realizadas

Produto	Unidade de medida	Programado	Realizado	Êxito (%)
Reunião do grupo de trabalho do Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Treinamento de interpretação de análise de solo oferecido aos técnicos do projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Reunião do grupo de trabalho do Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
André: Projeto bacia leiteira.	Unidade	01	01	100
Visitas: Acrelândia, Plácido de Castro e Senador Guiomar; Visita Sr. Jose Resende e Valteir; Reunião com Prefeito de Plácido de Castro – vai apoiar a visita.	Unidade	01	01	100
Visitas: Porto Acre: propriedade do Sr. Dilson – avaliação e recomendações.	Unidade	01	01	100
2- Visita – Projeto Balde Cheio	Unidade	01	01	100
1- Visita de Avaliação das propriedades participantes do Projeto Balde Cheio no município de Plácido de Castro; 2- Palestra – Projeto Balde Cheio – Plácido de Castro	Unidade	01	01	100
Visitas a duas propriedades para avaliação Projeto Balde Cheio – Xapuri	Unidade	01	01	100
Visitas a quatro propriedades para avaliação Projeto Balde Cheio – Senador Guiomard.	Unidade	01	01	100
Visitas a duas propriedades para avaliação Projeto Balde Cheio – Porto Acre	Unidade	01	01	100
Reunião para avaliação do Projeto Balde Cheio: técnicos e coordenação	Unidade	01	01	100
Projeto Balde Cheio – Gravação Sr. Dílson Nogueira TV Aldeia e TV 5	Unidade	01	01	100
Visitas de acompanhamento e avaliação dos produtores participantes do Projeto Balde Cheio Jorge da Silva Maia e José Vilemar de Aguiar, ambos de Senador Guiomard/AC.	Unidade	01	01	100
Reunião com SENAR e SEAP para tratar do projeto de desenvolvimento da pecuária leiteira	Unidade	01	01	100
Reunião Projeto Balde Cheio;	Unidade	01	01	100
Visitas: Brasiléia (04) e Epitaciolandia (02) para inclusão das propriedades no Projeto de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira.	Unidade	01	01	100
Reunião do projeto Balde Cheio	Unidade	01	01	100
Visita Brasiléia para diagnóstico e inclusão de novos produtores; Reunião Alcoolverde	Unidade	01	01	100
Visita Porto Acre	Unidade	01	01	100

Reunião: Produtores Assistidos do Projeto Balde Cheio – 9h00.	Unidade	01	01	100
Reunião para apresentação do Projeto Balde Cheio em Assis Brasil.	Unidade	01	01	100
Visita ao produtor Dilson Nogueira Porto Acre; Apresentação do Projeto Balde Cheio para técnico da SFA/PB	Unidade	01	01	100
Visita ao Produtor Rogério Oliveira em Epitaciolândia; Apresentação do Projeto Balde Cheio para técnico da SFA/PB.	Unidade	01	01	100
Diagnóstico de propriedades para inclusão no projeto Balde cheio (José Shumacher e Messias Paulino).	Unidade	01	01	100
Visita ao produtor Dilson Nogueira.	Unidade	01	01	100
Palestra da Escola da Floresta - Apresentação do Projeto Balde Cheio	Unidade	01	01	100
Visita aos produtores Francisco Teodósio Alves e Dilson Nogueira da Silva.	Unidade	01	01	100
Reunião de trabalho do Projeto Balde Cheio	Unidade	01	01	100
Visitas de avaliação do Projeto Balde Cheio Porto Acre: Dílson, José Hildo. Plácido de Castro: Vilmar, Chicão.	Unidade	01	01	100
Reunião técnica do Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Visitas de avaliação do Projeto Balde Cheio Xapurí: João Dias. Epitaciolândia: Sebastião Brandão, Rogério Oliveira	Unidade	01	01	100
Visitas de avaliação do Projeto Balde Cheio. Brasiléia: Valmor, Orlando, Vivaldo e Felipe.	Unidade	01	01	100
Visitas de avaliação do Projeto Balde Cheio. Senador Guiomard: Jorge/Miguel, Villemar, Sotero	Unidade	01	01	100
Reunião técnica do Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Visita a Colônia Bom Futuro do proprietário José Vilemar de Aguiar – Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Visitas do projeto Balde Cheio aos produtores oficiais no município de Assis Brasil. José Shumacker e Messias Paulino.	Unidade	01	01	100
Reunião técnica do Projeto Balde Cheio. Amostragem de solo e recomendação de calagem e adubação.	Unidade	01	01	100
Reunião técnica do Projeto Balde Cheio Planejamento, Capacitação e visitas para assistência técnica aos produtores oficiais	Unidade	01	01	100

Visita ao Sítio Francana do proprietário Francisco Teodósio Alves, para integração técnica, acompanhamento e avaliação das atividades do projeto balde cheio.	Unidade	01	01	100
Visita a Colônia Pavania do proprietário Dílson Nogueira – Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Curso Teórico e Prático de Manejo e Projetos de Irrigação de Pastagens	Unidade	01	01	100
Visita a Colônia Santa Quitéria do proprietário José Schwartz Schumaker; Colônia São Bento do proprietário Rogério Oliveira e Colônia Olho D'água do proprietário Sebastião Brandão – Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Visita de Intercâmbio e acompanhamento ao sistema de gestão do Projeto Balde Cheio executado pela Confederação das Cooperativas do Paraná – CONFEPAR visando a implantação no modelo desenvolvido no estado do Acre.	Unidade	01	01	100
Reunião técnica do Projeto Balde Cheio.	Unidade	01	01	100
Visita técnica aos municípios de São Felipe e Pimenta Bueno no Estado de Rondônia.	Unidade	01	01	100
Realização de Palestra no Seminário Internacional "Promoviendo Seguridad Alimentaria com Inocuidad'' apresentando o tema – ''Desarollo Sostenible de La Pequena Propriedad Lechera''.	Unidade	01	01	100
Participação de técnicos do projeto no Curso de Atualização em Bovinocultura Leiteira na EMBRAPA Pecuária Sudeste em São Carlos - SP	Unidade	01	01	100
Dia de campo sobre Pecuária Leiteira	Unidade	01	01	100

Gráfico 01: atividades do Projeto Balde Cheio, realizadas em 2009.



Os Impactos das Atividades do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário para a sociedade

Comissão da Produção Orgânica do Estado do Acre CPOrg – AC

O SEPDAG/DT/SFA - AC juntamente com os parceiros que constituem a Comissão da Produção Orgânica do Estado do Acre CPOrg - AC já proporcionou o treinamento de aproximadamente 4.500, pessoas entre Técnicos Agrícolas, Tecnólogos, Agrônomos, Médicos Veterinários, estudantes de diversas áreas, produtores rurais, extrativistas e outras categorias profissionais, em 20 municípios do Acre.

Feira de Produtos Orgânicos

O SEPDAG auxilia na realização da Feira de Produtos Orgânicos, Agroflorestais e Artesanais, que comercializa a produção dos agricultores orgânicos do Pólo Benfica, PA Humaitá e P.A. Moreno Maia, Pólo Agro florestal Wilson Pinheiro, localizada ao lado do Mercado Municipal Elias Mansour – o "Mercado Novo", no bairro Cadeia Velha em Rio Branco – Acre. A feira funciona aos sábados no horário das 05h às 17 horas.

Associação de Certificação Sócio-Participativa da Amazônia – ACS

Em agosto de 2003 foi criada a Associação de Certificação Sócio-Participativa da Amazônia – ACS, com sede em Rio Branco – Acre, que passou a ser a certificadora oficial do estado, com novo selo, tendo o objetivo da Certificação sócio-participativa, de produtos orgânicos, agroflorestais e artesanais produzidos pelas comunidades que vivem na floresta, Pólos Agrícolas e Projetos de Assentamento promovendo a conservação do meio-ambiente, através da adoção de práticas sustentáveis de produção. Atualmente, temos 34 produtores certificados com o selo ACS das comunidades: Moreno Maio/AC, Humaitá/AC e projeto RECA/RO.

Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes

Em Outubro de 2008, iniciou-se no Acre o Programa "Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes", nos municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre e Plácido de Castro, com capacitação de agricultores e técnicos em Adubos Verdes, bem como distribuição de sementes de mucuna preta.

Atualmente, o Programa encontra-se em desenvolvimento. A meta é atingir todo o Estado até 2010, sendo que nesta fase, serão beneficiados aproximadamente 200 agricultores familiares e 50 técnicos.

A SFA-AC vem estimulando a prática da Adubação Verdes desde 1997, quando foi implantado o Projeto Agricultura Orgânica no nosso Estado, através da realização de Cursos de Agricultura Orgânica, Horticultura Orgânica, dias de campo, oficinas e palestras para agricultores, técnicos, estudantes e consumidores.

Tabela .2.af. metas (financeiro) resultados da ação no exercício

Liquidado							
Natureza da Despeza	**FISCORGEN**	**PADCLASSIF**	**INSPANIMAL 3**	**IPVEGETAL 2**	**FISAGROTOX**	**FISCANIMAL 2**	**Execução %**
339014	963,25	5.585,96	15.784,53	3.196,01	828,78	4.782,92	100
339030	0	300,00	1.000,00	299,00	2.494,00	0	100
339033	4.600,00	6.763,00	14.414,04	3.200,00	21.000,00	9.070,00	100
339039		2.000,00	600,00	300,00	0	0	100
339036					5.066,45	0	

(continuação

liquidado							
Natureza da Despeza	**APOIOPEC**	**CAPACITA 1**	**PROMOCOOP 2**	**CERTORGAN 1**	**RASTREAB 1**	**VIGIZOOO 2**	**Execução %**
339014	2.078,88	2.790,93	6.527,26	4.571,75	2.180,93	2.400,00	100
339030	0	0	27.558,88	0	0	3.000,00	100
339033	0	19.763,84	70.160,00	10.336,00	5.868,08	6.850,00	100
339039	0	0	31.272,00	0	0	4.250,00	100
339036	0	0	13.453,70		381,40	1.500,00	100

(continuação)

liquidado							
Natureza da Despeza	**PROMOEDUC**	**INOVAGRO**	**VIGIFITO 1**	**FISCPLANTA 2**	**ERRADMOSCA 1**	**PCEVEGETAL**	**Execução %**
339014	1.114,31	600,00	2.893,42	4.757,85	5.440,31	7.337,00	100
339030	0	0	0	5.000,00	587,80	2.564,13	100
339033	7.600,00	4.317,04	3.286,66	10.160,00	550,00	11.296,66	100
339039	0	0	166,66	0		83,33	100
339036	3.000,00	0	931,13	0		3.632,26	100

(continuação)

liquidado							
Natureza da Despeza	**FEBREAFTOS**	**PCEANIMAL**	**APRODUTOR**	**RESIDUOS**	**INDGRAF**	**DESENORG**	**Execução %**
339014	3.148,43	11.070,10	2.251,73	1.727,65	4.631,12	4.550,39	100
339030	4.999,91	10.360,00	800,00	0	2.000,00	2.789,27	100
339033	16.300,00	44.500,00	8.167,08	11.083,69	10.391,41	0	100
339039	5.701,00	21.940,00	0	7.871,00	0	8.433,00	100
339036	2.511,94	9.796,58	0	0	0	463,86	100

2.4. **Desempenho Operacional**

2.4.1. **Programa : código - 0750 - Apoio Administrativo**

Tabela 2. 4.1. Dados gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Objetivos Específicos	Programa de Apoio Administrativo
Gerente do Programa:	
Gerente Executivo	3200 **-** Secretaria Executiva – SE / MAPA
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	**Seção de Administração – SAD/SFA-AC.**
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	
Público alvo	Governo

Principais Ações do Programa 0750

2.4.1a. **Ação**: **Código – 2000 – Administração da Unidade do MAPA.**

Tabela 2a. Dados gerais da Ação

Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição.	A atividade padronizada ´´Administração da Unidade´´ substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio

	necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	**3200 - Secretaria Executiva – SE / MAPA**
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	**Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA-AC.**

Tabela 2b. Indicadores de Desempenho

Painel dos Indicadores Operacionais da Ação - 2000 – Administração da Unidade do MAPA MANUT– SFA-AC.						
SIGLA	**Indicador**	**FÓRMULA**	**INDICADOR**	**Valor %**	**Meta (da SFA)**	**SETOR**
Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / Nº de servidores totais * período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	1,57	0	SRH
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	1,37	0	SRH
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	0,53	0	SRH
Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administ.ativos) x100	Índice de servidores Adm com afastamento licença médica	2,86	0	SRH
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	0	100%	SRH
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	97,67	100%	SAG
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	99,70	100%	SEOF
Icfg(%)	Eficácia	(Nº de conformidade atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	Conformidade da Gestão	100	100%	SPA
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos provisionados / Créditos empenhados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	100	100%	SEOF

Iaalm (%)	Eficácia	(Número de pedidos atendidos/ número de pedidos apresentados) X 100	Índice de atendimento do Almoxarifado	100	Atender todos os pedidos apresentados	ALMOX.
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	0	Concedidas todas dentro de no máximo 30 dias.	SRH
Iplic	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	1,75	Participação de todos os servidores envolvidos	SAG
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	18,97	Pagas todas as diárias solicitadas	SEOF
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	15,09	Emitir todos os empenhos	SEOF

Responsável pela fórmula de cálculo: Coordenadoria Geral de Apoio as Superintendências – CGAS/SE.

Produtos obtidos da ação 2000 - Administração da Unidade do MAPA - MANUT - SFA/AC		
Treinamento área material	Servidor	3
Treinamento área de Gestão financeira	Servidor	6
Treinam. na área Gestão Administrativa	Servidor	3
Treinamento em SPA	Servidor	1
Treinamento área de RH	Servidor	5
Treinamento área Licitações e afins	Servidor	1
Treinam.área Convenios e contratos	Servidor	5
Treinamento área de Protocolo	Servidor	2
Treinamento de PROVE-RH	Servidor	1
Elab. de contratos Prest. De Serviços	nº	9
Vistoria dos veículos	nº	14
Licenciamento de veículos	nº	14
Seguro de veículos	nº	14
Manutenção da frota veículos	nº	21
Contratação Postos Abastecimento	nº	1
Autuação de Processos Administrativos	nº	1527
Inventário dos bens móveis	nº	1
Inventário dos bens Imóveis	nº	1
Processos licitatórios	nº	43
Concessão de diárias da MANUTAC	nº	62
Concessão de diárias da PIS TÉCNICO	nº	462
Concessão de diárias da SEAP	nº	49
Cancelamento de diárias	nº	5
Autorização emissão de passagens	nº	260

Pagamentos Efetivados	nº	998
Requisição de material	nº	276
Pedidos de serviços e materiais	nº	43
Convênios publicados	nº	0
Emissão de Notas de Empenho	nº	635
Processos de alienação de bens	nº	0
Concessão Licença-Maternidade	nº	0
Concessão de Auxilio-Funeral	nº	0
Concessão de Pensão	nº	0
Concessão Aposentadorias	nº	0
Concessão de licença médica	dias	288
Concessão de licença médica	nº	68
Realização de perícia médica	nº	68
Concessão de Licença Assiduidade	nº	5
Concessão de abono permanência	nº	1
Concessão de adicional de Insalubridade	nº	6
Portarias	nº	79
Recadastramento de aposentados	nº	11
Recadastramento de pensionistas	nº	16
Elaboração de relatório de atividades	nº	100
Reunião com a equipe interna	nº	12

Produtos - Quadro financeiro			
PI - MANUT			
ANO - 2008		**Unid**	**Total**
Reunião com a equipe		Prog	10
		Realiz	8
Monitoramento gastos com **telefonia**	R$	Prog	33.699,00
	R$	Realiz	28.461,23
		%	84,46
Monitoramento gastos com **E.Elétrica**	R$	Prog	122.758,00
	R$	Realiz	110.587,39
		%	90,09
Monitoramento gastos com **terceirizados**	R$	Prog	22.839,55
	R$	Realiz	22.839,55
		%	100,00
Monitoram.*Custo* **Operacional da Frota**	R$	Prog	35.000,00
	R$	Realiz	14.421,46
		%	41,20
Monitoramento dos gastos com deslocamento **diárias**	R$	Prog	29.372,73
	R$	Realiz	22.098,35
		%	75,23
Monitoramento de gastos com **passagens**	R$	Prog	46.500,00
	R$	Realiz	65.876,52

		%	141,67
Monitoramento de gastos com **Correios (telecomunicações)**	R$	Prog	14.659,00
	R$	Realiz	15.453,09
		%	105,42
Monitoramento dos gastos com ***Vigilância***	R$	Prog	227.280,00
	R$	Realiz	223.196,62
		%	98,20
Monitoramento dos gastos com **Limpeza**	R$	Prog	212.312,00
	R$	Realiz	176.669,12
		%	83,21
Monitoramento das despesas com **Imprensa Nacional**	R$	Prog	5.000,00
	R$	Realiz	3.409,31
		%	68,19
Monitoramento dos gastos com **material de expediente**	R$	Prog	20.000,00
	R$	Realiz	8.986,59
		%	44,93
Monitoramento dos gastos com **combustível**	R$	Prog	15.000,00
	R$	Realiz	41,00
		%	0,27
Monitoramento dos gastos com **Serv. Graficos**	R$	Prog	30.000,00
	R$	Realiz	7.199,10
		%	24,00
Monitoramento dos gastos com demais itens não comtemplados acima.	33903006	Realiz	116,00
	33903007	Realiz	8.042,50
	33903013	Realiz	450,00
(**Natureza de Despesa**)	33903017	Realiz	11.641,25
	33903018	Realiz	67,50
	33903019	Realiz	499,70
	33903021	Realiz	1.321,07
	33903022	Realiz	93,60
	33903023	Realiz	741,00
	33903024	Realiz	721,01
	33903025	Realiz	640,00
	33903026	Realiz	3.894,39
	33903028	Realiz	27,20
	33903030	Realiz	590,00
	33903035	Realiz	153,93
	33903039	Realiz	1.189,00
	33903041	Realiz	1.230,00
	33903050	Realiz	758,00
	33903606	Realiz	4.500,00
	33903901	Realiz	4.930,00
	33903905	Realiz	5.250,00
	33903916	Realiz	176.207,27
	33903917	Realiz	15.286,45

	33903919	Realiz	14.421,46
	33903920	Realiz	1.160,00
	33903948	Realiz	700,00
	33903957	Realiz	264,00
	33903959	Realiz	300,00
	33903969	Realiz	1.793,55
	33903970	Realiz	1.465,00
	33903979	Realiz	7.800,00
	33903983	Realiz	72,40
	33903996	Realiz	235,38
	33909302	Realiz	962,31
	33914718	Realiz	3.300,00
	33919239	Realiz	2.513,28
	44905206	Realiz	780,00
	44905212	Realiz	5.600,00
	44905242	Realiz	1.490,00
Programado			**975.417,20**
Realizado			**972.025.12**
Restos a pagar			**136.371,28**
TOTAL			**1.108,396,40**

Identificação da Ação			
Ano		2008	
Unidade Gestora		Manutenção das Acões Administrativas	
Sigla	SFA/AC	Operação dos Serv. Adm da Unid Descentralizadas	
Código	130088		
		Plano Interno/PI	**MANUT AC**

EQUIPE DE EXECUÇÃO

Nome do Integrante da Equipe	**Formação Escolar**	**Lotação**	**Tempo de Serviço**	**Tempo total**	**Tempo ação**
Jorge Luiz Hessel	superior	Superintendente	29	100	100%
José Denis Moura dos Santos	superior	SAD	29	100	
Maria do Rosário B. Coutinho e Silva	Superior	SPA	28	100	
Josué Freire do Nascimento	superior	SRH	27	100	
Nassáro Pereira Ferreira	superior	SRH	28	100	
Maria Aldenora Nogueira Vidal	médio	SRH	28	100	
Maria Eliza Gadelha	superior	STA	31	100	
Etimildo Lopes de Oliveira	médio	SEOF	25	100	
Vera Lúcia Andrade	médio	SEOF	26	100	100%
Senilda Pereira Lima da Silva	médio	SAG	27	100	100%
Amarízio Monteiro de Souza	médio	SAG(cedido)	25	100	100%
José do Monte Nascimento	médio	SAG	25	100	100%

Leuda Maria Thaumaturgo	médio	Protocolo	28	100	100%
Edmilson Teixeira de Farias	médio	Protocolo(cedido	22	100	100%
Edna Oliveira da Silva	médio	Protocolo	30	100	100%
Maria José Barros	médio	GAB(cedido)	22	100	
Waldeci Elias de Moura	médio	Arquivo	27	100	
Antônia Erenice Pinheiro	médio	Transporte	25	100	100%
Manoel Pereira do Nascimento	fundamental	Transporte	27	100	
Carlos Torres de Oliveira	fundamental	Transporte	27	100	
Gerson Eloy dos Santos	fundamental	Protocolo	34	100	
Maria Pereira da Silva	médio	Protocolo	29	100	
Manoel Emidio Pinto	fundamental	Transporte(cedido)	30	100	

2.4.3. Evolução de gastos gerais.

Tabela 2.c. Evolução dos gastos.

Descrição	ANO		
	2006	2007	2008
1. Passagens	47.069,54	34.791,10	65.876,52
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	19.732,87	21.429,71	22.098,35
3. Serviços terceirizados	0	0	22.839,55
3.1. Publicidade	0	0	0
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação.	392.490,48	333.351,98	399.865,74
3.4. Outras Terceirizações	0	0	0
3.5. Suprimento de Fundos	0	0	0
4. Cartão de Crédito Corporativo	55.494,13	45.969,08	27.985,22
TOTAIS			

2.4.4. **Avaliação da regularidade dos processos licitatórios, dos atos relativos a dispensa e inexigibilidade de licitação.**

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de recarga de extintores

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo CPF 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Contra Incêndio Extintores CNPJ 06.157.345/0001-30

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço técnico especializado – elaboração de planilha, projeto e planta

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Destark Construção Civil Ltda – CNPJ 01.832.327/0001 - 92

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de manutenção na copiadora Toshiba mod. ED 2860.

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Multiprint Com. de Máquinas Ltda – CNPJ 00.342.953/0001 - 38

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de confecção de camisa – Projeto Balde Cheio

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): A N Alves de Oliveira – CNPJ 03.978.576/0001 - 16

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de gravação e edição de imagens – Projeto Balde Cheio

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): F.C. Publicidade Ltda CNPJ 05.291.441/0002 -94

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de conserto da autoclave

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Sertec – CNPJ 04.130.919/0001 - 50

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: gêneros de alimentação

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Casa dos Cereais CNPJ 03.632.132/0001 - 24

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço gráfico

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Nossa Gráfica – CNPJ 01.805.545/0001 - 38

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: aquisição de material de consumo

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Biocontrole CNPJ 01.841.604/0001 - 23

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: gênero de alimentação

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): F. Brambila - ME – CNPJ 06.194.166/0001 - 42

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço gráfico

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Acre Publicidade Ltda – CNPJ 02.787.053/0001 - 20

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de confecção de bolsa

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Ousadia Ins. e Com. de Confecções Ltda – CNPJ 00.342.953/0001 - 38

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de manutenção preventiva – cortinas e persianas

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.66/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Correa e Silva Ind. e Com. Ltda – CNPJ 04.581.948/0001 - 39

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de contratação – aluguel de tenda

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Kampo Promoções de Eventos Ltda – CNPJ 09.441345/0001 - 55

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço com sinalização de trânsito

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Cardoso e Rodrigues - ME – CNPJ 00.563.498/0001 – 09

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: aquisição de material de consumo

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): S. Cipriani – CNPJ 01.805.545/0001 - 38

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: aquisição de material permanente – condicionador de ar

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): S.V. Nogueira – CNPJ 02.799.522/0001 -20

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: aquisição de material de consumo

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Acre Parafusos Imp. E Exp. Ltda – CNPJ 02./301.164/0001 - 84

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: aquisição de material de consumo

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Acre Parafusos – CNPJ 02.301.164/0001 - 84

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: gênero de alimentação

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Casa dos Cereais – CGC 03.632.132/0001 - 24

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: gênero de alimentação

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Casa dos Cereais – CNPJ 03.632.132/0001 - 24

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: gênero de alimentação

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Casa dos Cereais – CNPJ 03.632.132/0001 - 24

a.1) **Objeto da contratação**: Água Mineral

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): F. Bambila, CNPJ: 06.194.166/0001-72.

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: Material de informática

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo - CPF nº 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): S.V.Nogueira, CNPJ: 07.484.591/0001-69.

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: Serviço de assinatura anual com publicação de Boletins de Licitações e Contratos da SFA-AC.

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo CPF 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): Editora NDJ Ltda, CNPJ: 54.102.785/0001-32.

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, serviços e venda de produtos.

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo CPF 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): : serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ: 34.028.316/7709-95.

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: Contratar serviços de Instrutora para o Programa de Sanidade Equidea da SFA-AC.

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo CPF 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): : Adalgiza Souza Carneiro de Rezenda, CPF: 318.017.816-72.

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de taxa de licenciamento de veículos (inexigibilidade).

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo CPF 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): : DETRAN-AC,

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

a.1) **Objeto da contratação**: serviço de taxa de inscrição de dois servidores da SFA-AC, no III Congresso Brasileiro de Pregoeiros.

a.2) Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade: Lei 8.666/93 – Art. 24/02

a.3) Responsável pela fundamentação e CPF: Chefe do Serviço Administrativo CPF 095.536.732 - 87

a.4) Identificação do contratado (nome/razão social e CPF): NP Eventos e Serviços Ltda, CNPJ: 07.797.967/0001-95.

a.5) Avaliação da regularidade do contrato: estão sendo observados o que preceitua a Lei 8.666/93 – Art. 24/02 .

3. **Referência ao item 3 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

"Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos"

- Não se aplica.

4. **Referência ao item 4 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

Quadro II.A.2 – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelado	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	77.694,12	-	73.730,68	3.963,44	685.718,19	51.982,38	484.199,68	147.536,13

Nota:
- Devem ser informados os valores constantes do Siafi dos últimos três exercícios;
- O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:
  - as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
  - discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

Obs: o valor de R$.5,11 refere-se a RP Não Processado no período de 2006/2007, cujo cancelamento foi efetuado em 19.03.2009 por falta de conhecimento dos procedimentos do Gestor Financeiro.

5. **Referência ao item 5 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

"Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício".

- Não se aplica.

6. **Referência ao item 6 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

   "Previdência Complementar Patrocinada".

   - Não se aplica.

7. **Referência ao item 7 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

   "Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos(Demonstrativo dos fluxos previstos e realizados".

   - Não se aplica

8. **Referência ao item 8 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

   "Renúncia Tributária"

   - Não se aplica.

9. **Referência ao item 9 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

   "Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários direitos de renúncia – Declaração do gestor sobre a regularidade dos beneficiários"

   - Não se aplica.

10. **Referência ao item 10 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

    "Operações de Fundos"

    - Não se aplica.

11. **Despesas com Cartão de Crédito** (item 11 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008).

Tabela 11.1. Cartão de Crédito Corporativo: série histórica da despesa.

		Fatura	**Saque**	
Ano	quantidade	Valor (R$)	Quantidade	Valor(R$)
2006	19	27.242,63	35	19.121,00
2007	40	39.141,73	09	2.912,00
2008	33	29.121,10	10	3.490,00

Tabela. 11.2. Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do artº 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005.

Limite de utilização total da UG:	R$. 100.000,00
Natureza dos gastos permitidos:	339039 e 339030

Limites concedidos a cada portador	
Portador:	**Limite:**
1. Alexandre Maximiano	500,00
2. Antonia Erenice Pinheiro	6.000,00
3. Antonio Barbosa de Sousa	1.000,00
4. Izaias de Carvalho Filho	4.700,91
5. Josué Freire do Nascimento	5.546,18
6. Mariana da Silva Paula	1.238,13
7. Sami Pinheiro de Moura	9.000,00

12. **Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno –** Item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN TCU-93/2008.

1 DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

1.1 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

1.1.1 ASSUNTO - RECURSOS DISPONÍVEIS

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (005)

Conta Contábil 199110600 - Suprimento de Fundos - apresentando saldo devedor após o encerramento do exercício de 2007.

Da análise da Conta Contábil 199110600, Suprimento de Fundos, detectamos que as contas correntes, a seguir listadas, apresentavam saldo devedor após o encerramento do exercício de 2007:

08559040200 - R$ 5.000,00;
09603905291 - R$ 1.775,87;
12238422315 - R$ 5.000,00;
30849527287 - R$ 470,56;
91043174168 - R$ 1.000,00.

CAUSA:

Inobservância da legislação pertinente.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio do Ofício Nº 152/2008/SFC-AC/MAPA, de 18 de março de 2008, o gestor apresentou a seguinte justificativa: "Conforme resposta fornecida pelo SAD e SEOF/SAD/SFA-AC, por meio dos memorandos citados no primeiro parágrafo deste, informamos: "Com referência ao saldo devedor na conta contábil 199110600, memorando anexo do servidor matrícula SIAPE 0022468 Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira desta SFA-AC, deveu-se a três fatores:

1. Não utilização em sua totalidade dos recursos disponíveis aos respectivos supridos;
2. Falta de conhecimento pelo gestor financeiro para baixar o saldo da referida conta, que segundo o mesmo, agora já detém o conhecimento e será providenciada a regularização em 18.03.2008;
3. Os servidores matrícula SIAPE 0002381 e matrícula SIAPE 0022478, pelas mesmas circunstâncias dos itens anteriores, acrescido do fato de, equivocadamente, terem utilizado os recursos disponíveis no elemento de despesa diverso do autori zado, motivo pelo qual foram solicitados a fazer recolhimento dos valores correspondentes.
4. Isto posto, ainda que intempestivamente, a regularização da conta contábil deverá ser realizada em 18.03.2008, conforme informação do gestor financeiro".
3. Informamos que o saldo devedor da conta contábil apontada (item nº 5) foi efetivamente regularizada nesta data, conforme NL de nº 000026, 000027 e 000028 - cópias anexadas.
4. Por oportuno, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, considerados necessários, à vosso juízo".

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Os esclarecimentos aduzidos pelo gestor corroboram a constatação e ratificam que houve descumprimento do que estabelece o Manual SIAFI - MSF00185628761170999 - da Secretária do Tesouro Nacional, não tendo sido acatadas as justificativas apresentadas pelo auditado.

RECOMENDAÇÃO: 001

Atentar para que a importância aplicada até 31 de dezembro seja comprovada até 15 de janeiro do ano seguinte.

Posicionamento do Gestor: (1)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração da SFA-AC.

Providências adotadas: As medidas foram adotadas durante o período de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO: 002

Providenciar a anulação dos empenhos correspondentes aos valores não utilizados até a data limite para o fechamento do exercício.

Posicionamento do Gestor: (1)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração da SFA-AC.

Providências adotadas: As medidas foram adotadas durante o período de Auditoria.

1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (006)

Falhas em processos de prestações de contas de despesas executadas por meio de cartão de pagamento do governo federal, tais como: falta de justificativa para saque; ausência nas notas fiscais de dados e atesto; falta de documentos nos processos e apresentação intempestiva de prestação de contas. Da análise das Prestações de Contas dos suprimentos de fundos concedidos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, detectamos as impropriedades relatadas a seguir por CPF:

-CPF 08559040200: SF 06 - NF 18798 - R$38,50 - data atesto anterior à data de emissão; NF 671 - R$280,50 - e NF 4742 - R$83,40 - não consta data de emissão; ausência de demonstrativos mensais e cópia da fatura;

-CPF 09603905291: SF 01/07 - Ausência de demonstrativos mensais e GRU"S depositadas por terceiros; SF 09/07 - Ausência de demonstrativos mensais e cópia da fatura; SF 14/07 - ausência de demonstrativos mensais e cópia da fatura;
-CPF 12238422315: apresentação da prestação de contas somente em 19/12/07, sendo que o prazo expirou em 30/06/07 e houve dispensa médica do suprido no período de 28/06/07 a 11/07/07; ausência de demonstrativos mensais e cópia da fatura;
-CPF 30849527287: SF 06/07 - ausência de justificativa quanto a saque no valor de $230,00; SF 02/07 - ausência de demonstrativos mensais e cópia da fatura;
-CPF 91043174168: SF 13/07 - ausência de atesto nas notas fiscais constantes do processo; ausência de justificativa quanto a saque no valor de R$60,00; ausência de demonstrativos mensais e cópia da fatura.

CAUSA:
Inobservância da legislação pertinente.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:
Por meio do Ofício Nº 191/2008/SFC-AC/MAPA, de 24 de março de 2008, o gestor apresentou a seguinte justificativa: "Quanto às indagações efetuadas neste item, solicitamos do Sr. Chefe do SAD/SFA-AC que se pronunciasse, justificando-as. Atendendo nossa solicitação, este encaminhou o Memo nº 102/2007, cuja cópia anexamos e que traz as razões e justificativas, às quais tornamos as nossas:
CPF 085.590.402-00: SF 06
1. NF 18798 - data do atesto anterior a data da emissão – Houve uma desatenção da servidora que atestou a nota, mas já solicitamos que fosse feito o atesto na data correta;
2. NF's 671 e 4742 - sem data de emissão - Houve falha do suprido de não conferir os dados das notas, visto que o pagamento é feito concomitante a emissão do documentos fiscal.
CPF 308.495.272-87
1.Solicitamos ao detentor do suprimento a justificativa do saque, tendo o mesmo providenciado, ainda que intempestivamente.
CPF 910.431.741-68
1.A detentora do Suprimento estava só na Unidade local, sua chefia imediata iria atestar as notas, entretanto, por uma falha deixou de fazê-lo, o que fez agora, uma vez que todas as despesas foram realizadas em proveito da Unidade.
2.Quanto à ausência da justificativa para o saque, deve-se ao fato de ser uma servidora inexperiente, com cinco meses de trabalho, não obstante tenha sido orientada sobre isso. O saque foi um ato atípico, motivado pela quebra do equipamento onde foi realizada a despesa, como havia necessidade do combustível para execução dos trabalhos optou-se pelo saque.
CPF 122.384.223-15 SF 03/2007
1. Considerando a dispensa médica da servidora, que motivou o atraso na prestação de contas do Suprimento, ficamos sem informação de como proceder, somente na data de 19.12.2007, com auxílio de nossa setorial contábil, conseguimos realizar a prestação de contas. Quanto aos demonstrativos mensais solicitados em todos os SF, desconhecemos que documento é este, entretanto, procuraremos verificar do que se trata, para, se for o caso incluirmos nas próximas prestações de contas.
As faturas de cada Cartão Corporativo tem data de vencimento no dia 10 (dez) de cada mês. Caso o cartão do suprido esteja alimentado, virá com valores, caso contrário o valor será igual a zero. As prestações de contas nunca coincidem com o pagamento das faturas, visto que os movimentos diários têm que ser encaminhado para conformidade documental, sendo impossível retê-lo até o dia de pagamento da fatura. Não tínhamos conhecimento desta necessidade, porém, teremos o cuidado de anexar à prestação de contas vindouras, uma cópia da fatura, ainda que em data posterior a prestação de contas".

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:
Perante análise da justificativa, concluímos por acatá-la parcialmente, tendo em vista que houve descumprimento do que estabelece o Manual SIAFI - MSF00185628761170999 - da Secretária do Tesouro Nacional - no que se refere às seguintes ausências nos processos: atesto nas notas fiscais, cópias da fatura, demonstrativos mensais e data de emissão da nota fiscal.

RECOMENDAÇÃO: 001
Implementar melhorias no controle interno da Unidade visando a evitar falhas nos Processos de Prestação de Contas dos Suprimentos de Fundos, atestando as notas fiscais, incluindo cópias da fatura e os demonstrativos mensais nos processos e evitando receber notas fiscais sem data de emissão.

Posicionamento do Gestor: (1)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração da SFA-AC.

Providências adotadas: Implementar melhorias de controle interno na unidade, visando evitar as falhas apontadas..

RECOMENDAÇÃO: 002
Zelar para que a prestação de contas dos supridos seja realizada até 30 dias após o período de aplicação dos recursos.

Posicionamento do Gestor: (1)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração da SFA-AC.

Providências adotadas: Munir supridos e demais servidores envolvidos na concessão e prestação de contas para o fiel e correto cumprimento da legislação.

1.1.2 ASSUNTO - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (004)

Concessão de adicional de insalubridade com base em laudo de avaliação ambiental no qual consta tempo de exposição diária não condizente com a realidade.

Analisamos os adicionais de insalubridade concedidos a servidores comissionados da Unidade e detectamos que a maioria dos envolvidos não ficam expostos aos agentes nocivos 8h/dia, conforme preceituado no Laudo de Avaliação Ambiental realizado pela Universidade Federal do Acre em dezembro de 2005. Constatamos, também, que a maioria destes servidores somente ficam expostos em dias intercalados ao longo do ano, conforme informação documental fornecida pelo gestor da Unidade.

CAUSA:
Descumprimento de condicionalidades.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:
Por meio do Memorando Nº 034/2008/SFC-AC/MAPA, de 24 de março de 2008, o gestor apresentou a seguinte justificativa: "Tem o presente como objeto levar ao vosso conhecimento a manifestação por nós ora ensejada, Chefes dos vários Serviços, servidores designados para o exercício de Cargo em Comissão bem como os Fiscais Federais

Agropecuários lotados na sede da SFA-AC que compõem a estrutura finalística dessa Superintendência, acerca da Solicitação de Auditoria nº. 208345/6.

O assunto é grave, merecendo de nossa parte não só um exame de consciência sobre os fatos que levaram à elaboração do documento supra, como também uma profunda reflexão sobre as nossas atividades. Baseados em nosso espírito de responsabilidade e comprometimento, permitimo-nos expor a V.Sa. o que se segue:

DOS FATOS

Desde março de 2005, quando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento passou por uma reestruturação, as Superintendências Federais de Agriculturas nos estados, através da Portaria no 300 do MAPA, de 16/06/2005. Também sofreu mudanças em seu Regimento Interno. Nele estão exemplificadas as atividades de cada serviço e de seus respectivos chefes. No entanto, elas são exemplificativas e não taxativas ou restritivas. Dentro de sua competência técnica (agronomia ou medicina veterinária) o Fiscal Federal Agropecuário pode atuar em qualquer área, independente de sua lotação.

Desde a nomeação para os Cargos em Comissão, que ocorreu em março do mesmo ano, o superintendente cessou o pagamento de adicional de insalubridade de todos os servidores, imediatamente à publicação. Em auditoria realizada após os fatos, a Controladoria Geral da União -

CGU através da Nota de Auditoria e Plano de Providências nº. 01/166169, cópia anexa, relata não haver restrição legal quanto ao pagamento de adicional de insalubridade em concomitância com o exercício de Cargos em Comissão e solicita providências no sentido de apuração dos valores a serem pagos. Os valores foram apurados e pagos aos servidores em questão. Ressaltamos que tudo isso foi baseado no Laudo de Avaliação Ambiental, devidamente emitidos por profissionais ptos a fazê-lo, atestando que os locais/atribuições/rotina diária são insalubres em graus diferenciados.

DO AMPARO LEGAL

Conforme citou o TCU, no ítem 1.4 do Acórdão 1552/2005, o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade a servidores detentores de funções gratificadas contraria o Decreto no 97.458/1989, que assim diz em seu art. 3o : " Os adicionais a que se refere este Decreto não serão pagos aos servidores que : I - no exercício de suas atribuições fiquem expostos aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional; ou II - estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao pagamento adicional".

DA INTERPRETAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL

Entendemos que, com base no referido Acórdão do TCU, nem todo servidor detentor de função gratificada ou Cargo em Comissão, mesmo oriundo de carreira que desenvolve atividade insalubre, exerce suas funções apenas naqueles locais salubres e não se expõem aos agentes nocivos com habitualidade. Cremos ter sido desprezada uma avaliação mais detalhada das atividades e da realidade dos nossos serviços, inclusive do Laudo de Avaliação Ambiental ainda vigente, tudo isso em relação ao Decreto 97.458/1989, o qual não manda sustar o adicional de insalubridade para os servidores detentores de função gratificada. Esse dispositivo legal, em seu art. 3º, determina o não pagamento desse adicional a servidores em determinadas situações operacionais, não relacionando essas situações às funções gratificadas. Além disso, falta abordagem legal do que vem a ser esporádico, ocasional, habitual ou eventual. Mesmo que fosse "ocasional", O Tribunal Superior do Trabalho, na Súmula nº. 47 cita textualmente...O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

DA REALIDADE DOS FATOS

Todos os ocupantes de Cargos em Comissão e Fiscais Federais Agropecuários lotados na sede da SFA-AC têm a habitualidade da ação insalubre no desempenho da sua função, não

permanecendo, como muitos podem pensar, apenas no seu habitáculo funcional. Alguns desses, inclusive têm a sede dos seus respectivos Serviços, permanentemente, na própria área insalubre, e isso está muito claro na Portaria no 300 do MAPA, de 16/06/2005, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde ficam claramente estabelecidas as unidades centrais e as unidades descentralizadas (Capítulo II, art. 3o, alínea II, ítens "a" e "b"), essas últimas, quando relacionadas à atividade insalubre, localizadas na própria área insalubre. Inclusive, em casos como a SFA-AC, em função do reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários, todos os chefes têm que sair e executar as atividades. Muito além do trabalho de planejamento e supervisão das atividades. Antes de serem chefes e gestores, todos são Fiscais Federais Agropecuários estão aptos e prontos para executar quaisquer atividades de inspeção ou fiscalização, respeitada a sua formação e competência técnica. Assim, senhor Secretário, nos parece justo a percepção do adicional em questão. Alem do mais, para a boa execução das ações de planejamento, gestão e acompanhamento é necessário conhecer o "universo" de nossa realidade e isso só é possível se fazer visitas, inspeções e auditorias "in loco". Como saberíamos da nossa realidade ou universo se não visitássemos "in loco" as Inspeções Federais - IF's (frigoríficos), laboratórios, biotério, depósitos para armazenamento de sementes, agrotóxicos, produtos veterinários, dentre outros?

DO "STATUS" JURÍDICO

Sabemos que as realidades são diferentes em cada estado. Aqui no Acre devido ao número reduzido de fiscais, além dos trabalhos inerentes ao Cargo em Comissão, os fiscais federais agropecuários têm que executar as ações finalísticas de seus serviços e participar de ações conjuntas, forças-tarefas ou "blitz" realizadas por outros serviços. È assim na área de Defesa Agropecuária, Vigilância Agropecuária Internacional, Fiscalização de Insumos Agropecuários, Inspeção de Produtos Agropecuários, Fomento e Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário. Isso posto, os Fiscais Federais Agropecuários que recebem adicional de insalubridade, valem-se da oportunidade para justificar a percepção do adicional de insalubridade".

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Perante análise da justificativa, concluímos por acatá-la parcialmente, devido ao fato de que há servidores na Unidade que nãoficam expostos diariamente aos agentes nocivos, contrariando o preceituado no laudo de avaliação ambiental no que se refere ao período de exposição.

RECOMENDAÇÃO: 001

Providenciar novo laudo ambiental visando à comprovação de quais servidores fazem jus ao adicional de insalubridade, devido ao laudo ambiental atual caracterizar exposição diária de 8h e, na prática, vários servidores estarem expostos em dias intercalados durante o ano.

Posicionamento do Gestor: (1)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração da SFA-AC.

Providências adotadas: Providenciar novo laudo, não atendido no prazo, pedido prorrogação para 30.06.2009.

RECOMENDAÇÃO: 002

Efetuar o controle freqüente, por parte do setor de Recursos Humanos, do cumprimento das condicionalidades pelos servidores contemplados com tal adicional de insalubridade, tendo como parâmetro um novo laudo ambiental.

Posicionamento do Gestor: (1)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração da SFA-AC.

Providências adotadas: Providenciar novo laudo, não atendido no prazo, pedido prorrogação para 30.06.2009.

1.1.3 ASSUNTO - INDENIZAÇÕES

1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (001)

Pagamentos de 4,5 diárias a servidores que trabalharam em turno de 24h no Plano de Ação Brasil-Bolívia, envolvendo 3 dias de repouso em localidade próxima à sede da SFA/AC.

Analisamos os serviços executados no Plano de Ação Brasil- Bolívia, que visava ao controle do ingresso no Brasil de Animais infectados pela Febre Aftosa. Constatamos que vários Servidores afastaram-se da sede, no período de 05/03/07 a 10/05/07, envolvendo pagamento de 4,5 diárias ao invés de 1,5 diárias, afinal todos os dias havia transporte terrestre para remanejamento das equipes e os servidores ficavam descansando 3 dias, percebendo diárias, em localidade próxima à sede da SFA/AC.

Cabe salientar que tal fato está sendo objeto de apuração pelo Tribunal de Contas da União (SECEX/AC), por meio de oitiva junto ao antigo gestor da unidade que planejou tais escalas, devido à realização de ato antieconômico.

CAUSA:

Falhas no planejamento.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio do Ofício Nº 152/2008/SFC-AC/MAPA, de 18 de março de 2008, o gestor apresentou a seguinte justificativa: "As gestões efetuadas por esta SFA-AC junto a SDA e SPOA/MAPA não trouxeram quaisquer novidades às que já havíamos recebido por informação verbal da CGU-AC, por intermédio do AFC Humberto Balthar, ou seja, não conseguimos informações que pudessem dirimir a dúvida. Conforme entendimentos mantidos com V. Sa. o e-mail a que se refere é o encaminhado pela CGU-AC em 16.05.2007, cópia inclusa, que põe fim a outro iniciado em 13.04.2007. Antes disto, em 10.04.2007, encaminhamos a mesma consulta para a SDA e SPOA/MAPA, com as mesmas indagações (e-mail: romildaresende@agricultura.gov.br e mvsn@agricultura.gov.br - Sr. Manoel Vitorino - cópias anexadas), no entanto até a presente data não obtivemos resposta, conforme já dito. Salientamos, para informação que, antes destas indagações à CGU- AC, já havíamos feitos as mesmas indagações ao MPOG - e-mail encaminhado à Ingrid.cunha@planejamento.gov.br, cópia inclusa, iniciado em 08.02.2007 e com resposta final - óbvia - ..."que de acordo com a legislação que rege a concessão de diárias a mesma será paga durante o período autorizado de afastamento." Conforme se vê, jamais se conseguiu orientação oficial definitiva sobre qual a maneira mais correta de proceder, tendo o administrador à época optado pela forma como ocorreu, conforme já dito, por sugestão da própria CGU-AC. Além de corroborarmos nossas justificativas anteriores, encaminhamos cópia de documento fornecido pelo Superintendente da SFA- AC à época (e com sua autorização), Sr. Francisco José Gomes de Oliveira - oitiva encaminhada ao TCU-SECEX/AC - que trata do mesmo assunto e que pode auxiliar na formação de vosso entendimento sobre a questão".

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Perante análise da justificativa, concluímos por não acatá-la, tendo em vista que o pagamento de diárias aos servidores envolvidos para realizarem plantões de 24h, em cidades próximas à sede, necessitaria de 1,5 diárias, afinal, em todos os dias havia transporte terrestre para o deslocamento das equipes, por meio de viatura da Unidade, o que propiciaria o retorno da equipe substituída ao local de origem, onde os envolvidos realizariam o seu descanso de 3 dias sem onerar os cofres públicos no tocante a indenizações.

Salientamos que a alegação da SFA/AC de que foi orientada por um servidor desta CGU/AC, via telefone, deveria ter sido confirmada formalmente.

Quanto à mensagem eletrônica enviada à CGU/AC, no dia 16 de abril de 2007, houve uma consulta feita formalmente pela entidade auditada visando a esclarecer dúvidas a respeito do pagamento de diárias na operação Brasil - Bolívia. Tal mensagem foi respondida pela CGU/SFCDRAGR ao Chefe da CGU/AC, e encaminhada à SFA/AC, no dia 16 de maio de 2007, da seguinte forma: "As Superintendências Federais estão sujeitas, para a execução de programas finalísticos, à orientação técnica das Secretarias do MAPA (no caso do programa de Desenvolvimento da Bovideocultura a competência é da Secretaria de Defesa Agropecuária) e recebem, ainda, orientação para atos de gestão na área administrativa da SPOA/MAPA. Em face do exposto, a SFA/AC deve solicitar orientação para a prática dos citados atos junto à Secretaria de Defesa Agropecuária-SDA, inclusive, a partir de experiências anteriores, em outras regiões do país, a partir de focos em Mato Grosso do Sul e Paraná". Porém, tal dúvida não foi esclarecida junto à SDA, conforme informações do gestor.

RECOMENDAÇÃO: 001

Planejar suas ações de mobilizações futuras, no que se refere à disponibilização de servidores para realizarem plantões de 24h, no intuito de pagar o menor número de diárias possível, atendendo aos princípios da moralidade e da economicidade.

Posicionamento do Gestor: (1)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração da SFA-AC.

Providências adotadas: Planejar melhor conforme recomendado e, sobretudo, certificar-se com documentos sobre as consultas efetuadas a órgãos superiores ou de acompanhamento.

RECOMENDAÇÃO: 002

Efetuar o pagamento de 1,5 diárias nas situações que envolverem serviços de 24h, havendo transporte terrestre para a reposição das equipes, diariamente, em cidades próximas à sede da Unidade.

Posicionamento do Gestor (3)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração.

Providências adotadas: Planejar melhor conforme recomendado e, sobretudo, certificar-se com documentos sobre as consultas efetuadas a órgãos superiores ou de acompanhamento. Cada caso é um caso e parece-nos temerário taxar e tornar estanque o quantitativo de 1,5 diárias, mesmo na situação descrita pelo auditor, uma vez que no caso, a própria CGU-AC foi consultada e não conseguiu posicionar-se de forma conclusiva. Assim mesmo o analista que sugeriu, verbalmente, a forma como se apresentou a composição de quantitativo de diárias por servidor, sequer foi ouvida pelo auditor. Muito pelo contrario, categoricamente diz:" salientamos que a alegação da SFA/AC de que foi orientada por um servidor desta CGU/AC, via telefone, deveria ter sido confirmada formalmente". Ora, declinamos formalmente o nome

do servidor da CGU-AC que procedeu as informações. Ao que consta, sequer foi consultado. Poderia, e deveria, ter confirmado, caso solicitado.

1.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (002)

Ausência de comprovantes documentais confirmando a efetiva presença de servidores em trabalho, sob regime de plantões, fora da sede da SFA/AC.

Analisamos os serviços executados no Plano de Ação Brasil- Bolívia, que visava ao controle do ingresso no Brasil de animais infectados pela Febre Aftosa, e constatamos não haver nenhuma prova documental relativa à presença efetiva dos participantes nos plantões realizados pelas equipes.

CAUSA:

Falhas no controle.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Por meio do Ofício Nº 191/2008/SFC-AC/MAPA, de 24 de março de 2008, o gestor apresentou a seguinte justificativa: "A comprovação de que os participantes estiveram presentes nos locais e nas datas constantes das OS e relatórios não poderão ser atestados da forma como V. Sa. solicita. Os Livros de Ocorrência, abertos para o registro dos atos e fatos praticados durante a operação foram extraviados em recente mudança na sala do SEDESA/DT/SFA-AC.não sendo localizados para sua apresentação a V. Sa. No entanto, dispomos para vossa consulta, do Relatório Final Conclusivo daquela operação – cujos dados foram extraídos dos livros citados - e mais documentos relativos à operação. Mesmo assim, determinamos à Chefe do Serviço que continue a busca, visando encontrá-los.

Cumpre-nos afirmar, no entanto, que todos os servidores que foram escalados para atuar na fronteira quando da operação deflagrada, realizaram suas tarefas com o maior profissionalismo, afirmando ainda que diligências podem ser efetuadas junto às instituições que nos deram apoio naquelas localidades, tais como: Polícia Federal, Receita Federal e Polícia Militar, visando corroborar o que estamos afirmando.

Corroboramos as justificativas prestadas anteriormente e informamos que, infelizmente, os livros de ocorrência que foram abertos para os registros da operação não foram localizados pelo SEDESA/DT/SFA-AC. No entanto, encaminhamos cópia do Relatório Final Conclusivo da Operação, cujos dados foram retirados dos livros extraviados. A prova que pode ser exigida dos servidores que participaram da operação são os Relatórios de Viagem, que todos, sem exceção, apresentaram - inclusive com o ciente de seus Chefes imediatos. Além disto, todas as equipes foram devida e diuturnamente supervisionadas pelo Serviço responsável pela Operação: SEDESA/DT/SFA- AC. Por oportuno, reafirmamos que é mister desta administração observar a legislação pertinente em todos os casos e, neste caso particular, tanto nas concessões de diárias, quanto na exigência de comprovantes de execução das missões - não podemos exigir além do legalmente previsto. Assim é que: foi exigido dos nossos servidores o que a legislação determina, ou seja, em todos os deslocamentos da operação na fronteira os componentes das equipes apresentaram relatórios dos períodos das concessões - sendo que não tivemos, como não temos - motivos sequer para suspeitar de que algum deles não tenha efetivamente se deslocado para o cumprimento das missões (plantões) a que foram designados".

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Perante análise da justificativa, concluímos por não acatá- la, tendo em vista que não houve prova documental comprovando que todos os integrantes das equipes participaram efetivamente dos plantões e que permaneceram no local da missão durante seus 3 dias de folga, sobre os quais incidiram diárias.

RECOMENDAÇÃO: 001

Planejar suas ações de mobilizações futuras, no que se refere a controle efetivo dos servidores integrantes de serviços realizados em escalas de plantões, por meio de livro de ocorrências e lista de presença assinada pelos participantes e recolhida à sede após a execução do trabalho.

Posicionamento do Gestor (2)

Setor responsável pela implementação: Seção de Administração.

Providências adotadas: Planejar melhor conforme recomendado e, sobretudo, certificar-se com documentos sobre as ações executadas. Cumpre-nos informar, no entanto que, exceto o "Livro de Ocorrências" que foi extraviado, foi apresentado ao auditor o relatório final da operação Brasil-Bolivia, contendo todas as fiscalizações e apreensões efetuadas no período, além do que os servidores envolvidos foram diuturnamente supervisionados pelas instâncias superiores desta SFA-AC e apresentaram seus relatórios de viagem, individuais, a cada deslocamento.

13. Determinações e Recomendações do TCU –

(Item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.)

13.1. Número do Acórdão: 2764/2008

13.1.2. Descrição da determinação ou da recomendação:

3.1. disciplinar, se ainda não existir instrumento apropriado, os procedimentos a serem observados para a concessão de licença para tratamento de saúde (Lei 8.112/90, arts.202 a 206), de modo a tornar efetiva a possibilidade de análise e revisão do atestado médico apresentado, tratando especialmente do prazo de apresentação para que tais medidas sejam viáveis, haja vista prática reiterada de protocolização de atestados após o término do período de afastamento.

3.2. Não incluir nos próximos editais, de determinação de características e especificações exclusivas, sem apresentação da justificativa técnica necessária, procedimento, este expressamente vedado pelo Art.7º§ 5º, da Lei 8.666/93.

3.3. exigir a assinatura, pelos licitantes presentes e pela comissão de ata circunstanciada, em conformidade com o disposto no ART 43, §1º, da lei 8.666/93.

3.4. Condicionar a realização de licitações, para execução de obras, `a existência de projeto básico ou executivo, na forma exigida pelo Art. 6º, incisos IX e X, respectivamente, da Lei 8.666/93, aprovado pela autoridade competente. Caso não possua em seu quadro servidor capacitado para tal análise, que os mesmos sejam submetidos ao Setor de Obras da Coordenação Geral de Logística e Serviços do MAPA.

3.5. Condicionar a realização de aditivos contratuais a alterações no projeto básico/executivo, em mesmo nível de detalhamento do projeto inicial.

3.6. Observar as causas contratuais, sobretudo às referentes aos pagamentos, haja vista que o mesmo deverá ser executado fielmente pelas partes , em conformidade com o disposto no Art.66 da Lei 8.666/93.

3.7. Incluir em seus orçamentos, parte integrante dos objetos básicos, coluna com a denominação do código SINAPI, para cada item, com intuito de facilitar a fiscalização, quanto ao cumprimento do estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece como parâmetro máximo, para aceitação de preços, os valores estabelecidos pelo SINAPI.

13.1.3. Setor responsável pela implementação: Seção de Administração.

13.1.4. Providências adotadas (justificativas para o caso do não cumprimento).

Estão sendo observados conforme preceitua a legislação vigente.

14. **Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.**

Tabela14.a - (Item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC
Admissão	03	03
Desligamento	02	02
Aposentadoria	0	0

Os dados acima mencionados foram encaminhados ao Controle Interno, físico e via Sistema de Aplicação de Registros dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC.

15 **Referência ao item 15 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.**

"Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado".

- Não se aplica.

16**. Informações sobre a composição de Recursos Humanos**

Descrição	**2006**		**2007**		**2008**	
	Qtde	**Despesas**	**Qtde**	**Despesas**	**Qtde**	**Despesas**
Servidores ativos do Quadro Próprio em exercício na Unidade.	44	190.336,25	48	253.020,23	51	3.673.457,40
Funcionários contratados -CLT em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal próprio	**044**	**190.336,25**	**048**	**253.020,23**	**051**	**3.673.457,40**

Descrição	**2006**		**2007**		**2008**	
	Qtde	**Despesas**	**Qtde**	**Despesas**	**Qtde**	**Despesas**
Ocupantes de funções de confiança, sem vinculo	01	15210,00	0	0	0	0

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993	03	51285,00	02	34.190,00	0	0

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Pessoal terceirizado Vigilância/Limpeza	25	392.490,48	25	333.351,98		399.865,74
Pessoal terceirizado de apoio Administrativo	0	0	0	0	01	34.958,50
Pessoal terceirizado outras atividades	0	0	0	0	0	0
Estagiários	05	13.920,00	04	10.440,00	05	14340,00
Total pessoal terceirizados + Estagiários	30	406.410,48	29	343.791,98	06	449.164,24

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus.	01	15.210,00	0	0	0	0
Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade sem ônus.	0	0	0	0	0	0
Total pessoal requisitado, em exercício na Unidade.	01	15.210,00	0	0	0	0

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus.	0	0	0	0	0	0
Pessoal cedido pela Unidade sem ônus	0	0	0	0	0	0

Total pessoal cedido pela Unidade	0	0	0	0	0	0

Descrição	**2008**	
	Quantidade	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas na Unidade	028	2.332.961,76
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	023	1.340.495,64
Total Geral	051	3.673.457,40

17. **Avaliação dos procedimentos de concessão de diárias por deslocamentos incluindo ou iniciando em finais de semanas e feriados.**

Beneficiário	**Natureza do Beneficiário**	**Itinerário**	**Motivo do Deslocamento**	**Período de Afastamento**
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/Viçosa/Rbr	2º Encontro	16 A 24.02.2008
Ana Paula Guimarães Roldão	Servidor	Rbrb/Brasília/Rbr	Curso	30.03 A 03.04.2008
Henrique Martins Sant’anna	“	Rbr/Acrelândia/Rbr	Monitoramento	09 A 10.03.2008
Paulo Roberto Alves Silva	“	Rbr/Acrelândia/Rbr	“	08 A 09.03.2008
Geraldo De Melo Moura	“	Rbr/Acrelândia/Rbr	“	08 A 09.03.2008
Maria Do Rosário B. C. E Silva	“	Rbr/Manaus/Rbr	Reunião	09 A 13.03.2008
Damião Marcilio Rodrigues Lira	Col. Eventual	Rbr/Acrelândia/Rbr	Prestar Apoio	08 A 09.03.2009
Hiromi Suzana Y. S. Sant’anna	Servidor	Rbr/Acrelândia/Rbr	Monitoramento	09 A 10.03.2008
Pauline Martins Da Cunha	“	Rbr/Manaus/Rbr	Reunião	26 A 29.03.2008
Márcia Martins Lopes	“	Rbr/Porto Alegre/Rbr	Seminário	09 A 12.03.2008
Jorge Luiz Hessel	Servidor	Rbr/Manaus/Rbr	Reunião	09 A 13.03.2008
Ana Paula Guimarães Roldão	“	Rbr/Manaus/Rbr	“	09 A 13.03.2008
José Dênis Moura Dos Santos	“	Rbr/Manaus/Rbr	“	09 A 13.03.2008
Maria Eva De Jesus	“	Rbr/Brasília/Rbr	Ii Simulado	09 A 14.03.2008
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/Manaus/Rbr	Reunião	26 A 29.03.2008
José Barbosa Diógenes	Col. Eventual	Rbr/Manaus/Rbr	“	26 A 29.03.2008
Lajone De Souza Teles Machado	Col. Eventual	Rbr/Acrelândia/Rbr	Prestar Apoio	09 A 10.03.2008
Erivaldo Jerônimo Amaral	Col. Eventual	Rbr/Acrelândia/Rbr	Prestar Apoio	09 A 10.03.2008
Márcio Camilo Da Silva	Col. Eventual	Rbr/Acrelândia/Rbr	Prestar Apoio	08 A 09.03.2008
Caroline Del Giudice De Andrada	Servidor	Rbr/Brasília/Rbr	Curso	30.03 A 03.04.2008
Márcia Martins Lopes	“	Rbr/´Pedro Leopoldo/Rbr	Seminário	30.03 A 04.04.2008
Maria Eva De Jesus	“	Rbr/Brasília/Rbr	Curso	30.03 A 03.04.2008
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/Brasília/Rbr	Iii Encontro	13 A 18.04.2008
Maria Do Carmo O. B. Aguiar	“	Rbr/Brasília/Rbr	Iii Encontro	13 A 18.04.2008
Ana Carolina Miranda Lamy	Servidor	Rbr/Brasília/Rbr	Reunião	13 A 18.04.2008
Augusto Jorge Simões E Silva	“	Rbr/Foz Do Iguaçu/Rbr	Reunião	13 A 18.04.2008
Caroline Del Giudice De Andrada	“	Rbr/Recife/Rbr	Reunião	16 A 19.04.2008
José Dênis Moura Dos Santos	“	Rbr/Epitaciol/A. Brasil/Rbr	Administrativo	11 A 12.04.2008
Maria Eliza Gadelha	“	Rbr/Brasília/Rbr	Curso	13 A 18.04.2008
Maria Eva De Jesus	“	Rbr/Pedro Leopoldo/Rbr	Treinamento	27 A 30.04.2008
Solange De S. B. Bizarro	“	C. Grande/Rbr/C. Grande	Treinamento	28.04 A 1º.05.2008
Henrique Martins Sant’anna	“	Rbr/Brasília/Rbr	Curso	21 A 25.04.2008
Márcia Martins Lopes	“	Rbr/Pedro Leopoldo/Rbr	Treinamento	27 A 30.04.2008
Augusto Jorge Simões E Silva	“	Rbr/Tarauacá/Rbr	Reunião	02 A 03.05.2008

José Dênis Moura Dos Santos	“	Rbr/João Pessoa/Rbr	Reunião	18 A 22.05.2008
Pauline Martins Da Cunha	“	Rbr/Coronel Pacheco/Rbr	Curso	04 A 10.05.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/João Pessoa/Rbr	Reunião	18 A 21.05.2008
Maria Do Rosário B. C. E Silva	“	Rbr/João Pessoa/Rbr	“	18 A 22.05.2008
Pauline Martins Da Cunha	“	Rbr/Cuiabá/Rbr	Encontro	28 A 31.05.2008
Ana Carolina Miranda Lamy	“	Rbr/Ouro Preto/Rbr	Curso	01 A 06.06.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/Brasília/Rbr	“	08 A 13.06.2008
Maria Eliza Gadelha	“	Rbr/Brasília/Rbr	“	15 A 20.06.2008
Sebastião Dos Santos P. Da Costa	Col. Eventual	Czs/Porto Walter/Czs	Transp. Serviores	04 A 07.06.2008
Paulo César De S. Negreiros	“	Rbr/Czs/P. Walter/Rbr	Auxiliar Ffa	04 A 07.06.2008
Paulo Roberto Alves Silva	“	Rbr/Czs/P. Walter/Rbr	Col. de amostras	04 A 07.06.2008
Manoel Das Dores Mendes	“	Rbr/Belém/Rbr	Vi Encontro	08 A 14.06.2008
Oder José Da Costa Gurgel	Col. Eventual	Rbr/Belém/Rbr	Vi Encontro	08 A 14.06.2008
Ana Carolina Miranda Lamy	Servidor	Rbr/Florianópolis/Rbr	Técnico	22 A 27.06.2008
Geraldo De Melo Moura	“	Rbr/Belo Horizonte/Rbr	Curso	29.06 A 05.07.2008
José Dênis Moura Dos Santos	“	Rbr/Goiânia/Rbr	Iº Encontro	06 A 10.07.2008
Maria Do Rosário B. C. E Silva	“	Rbr/Goiânia/Rbr	Iº Encontro	06 A 10.07.2008
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/Assis Brasil/Rbr	Reunião	04 A 05.07.2008
Etimildo Lopes De Oliveira	“	Rbr/Brasília/Rbr	Encontro	27 A 28.07.2008
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/Brasília/Rbr	Reunião	06 A 08.07.2008
Paulo César De S. Negreiros	“	Rbr/Assis Brasil/Rbr	Reunião	04 A 05.07.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/Goiânia/Rbr	Iº Encontro	06 A 10.07.2008
Pedro Henrique Salgado Bueno	“	Rbr/Brasiléia/Rbr	Vistoria/Fisc.	20 A 22.07.2008
Macos Antonio De Sousa Lima	“	Rbr/Brasiléia/Rbr	Vistoria/Fisc.	20 A 22.07.2008
Katherine Leticia Da Silva	“	Rbr/Goiânia/Rbr	Teinamento	10 A 23.08.2008
Caroline Del Giudice De Andrada	“	Rbr/Goiânia/Rbr	“	10 A 23.08.2008
Raimundo Morais De Souza	“	Rbr/Goiânia/Rbr	“	10 A 23.08.2008
Getúlio Da Costa Bastos	“	Rbr/Goiânia/Rbr	“	10 A 23.08.2008
Alexandre Maximiano	“	Epitac./Estância Velha/	Curso	16 A 23.08.2008
Maria Salete S. Do Nascimento	Serv. Sfp/Ac	Rbr/Manoel Urbano/Rbr	Reunião	14 A 16.08.2008
José Do Monte Nascimento	Servidor	Rbr/Manoel Urbano/Rbr	Transp. Servidor	14 A 16.08.2008
Manoel Das Dores Mendes	“	Rbr/Foz Do Iguaçu/Rbr	Reunião	24 A 29.08.2008
Gregory Santiago De Souza	“	Rbr/Brasília/Rbr	Seminário	17 A 22.08.2008
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/Brasília/Rbr	Seimário	17 A 22.08.2008
Pauline Martins Da Cu Nha	“	Rbr/Belo Horizonte/Rbr	Curso	31.08 A 05.09.2008
Pedro Henrique Salgado Bueno	“	Rbr/Goiânia/Rbr	Treinamento	31.08 A 13.09.2008
Marcos Antonio De Sousa Lima	“	Rbr/Goiânia/Rbr	Treinamento	31.08 A 13.09.2008
Sami Pinheiro De Moura	Serv. Sfp/Ac	Rbr/Brasília/Rbr	Oficina	01 A 06.09.2008
Sami Pinheiro De Moura	Serv. Sfp/Ac	Rbr/Feijó/Taraucá/Czs/Rbr	Reunião	25 A 31.08.2008
Henrique Martins Sant’anna	Servidor	Rbr/Foz Do Iguaçu/Rbr	Reunião	24 A 29.08.2008
Maria Eliza Gadelha	“	Rbr/Manaus/Rbr	Reunião	24 A 29.08.2008
Maria Do Rosário B. C. E Silva	“	Rbr/Manaus/Rbr	Reunião	24 A 29.08.2008
Caroline Del G. De Andradda	“	Rbr/Brasiléia/Rbr	Fiscalização	02 A 06.09.2008
Katherine Leticia Da Silva	“	Rbr/Brasiléia/Rbr	“	02 A 06.09.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/Brasília/Rbr	Curso	07 A 12.09.2008
Alexandre Maximiano	“	Epitaciol/Bsbs/Epitaciol.	Treinamento	14 A 20.09.2008
Maria Eliza Gadelha	“	Rbr/Brasília/Rbr	Curso	14 A 19.09.2008
Geraldo De Melo Moura	“	Rbr/Curitiba/Rbr	Curso	14 A 20.09.2008
Gregory Santiago De Souza	“	Rbr/Brasília/Rbr	Treinamento	14 A 19.09.2008
José Do Monte Nascimento	“	Rbr/Feijó/Rbr	Transp. ervidor	27 A 29.09.2008
Maria Salete S. Do Nascimento	Serv. Sfp/Ac	Rbr/Feijó/Rbr	Reunião	27 A 29.09.2008
Pedro Henrique Salgado Bueno	Servidor	Rbr/Brasília/Rbr	Treinamento	14 A 19.09.2008
Sami Pinheiro De Moura	Serv. Sfp/Ac	Rbr/Brasília/Rbr	Oficina	21 A 26.09.2008
Francisco Glauco De A. Santos	Servidor	Natal/Rbr/Natal	Curso	21 A 23.09.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/Capixaba/Rbr	Audiência	27.09.2008
Maria Salete S. Nascimento	Serv. Sfp/Ac	Rbr/S. Madureira/Rbr	Curso	10 A 11.10.2008
Mirian De Souza S. Oliveira	Serv. Sfp/Ac	Rbr/S. Madureira/Rbr	Curso	10 A 11.10.2008
Maria Do Rosário B. C. E Silva	Servidora	Rbr/Brasília/Rbr	Reunião	12 A 17.10.2008
Maria Eliza Gadelha	“	Rbr/Brasília/Rbr	Reunião	12 A 17.10.2008
Izaias De Carvalho Filho	Servidor	Rbr/Assis Brasil/Rbr	Fiscalização	16 A 18.10.2008
Márcia Martins Lopes	“	Rbr/Pedro Leopoldo/Rbr	Seminário	05 A 10.10.2008
Etimildo Lopes De Oliveira	“	Rbr/Manaus/Rbr	Curso	19 A 25.10.2008
Sami Pinheiro De Moura	Serv. Sfp/Ac	Rbr/C. Do Sul/Rbr	Seminário	20 A 25.10.2008
Maria Salete S. Nascimento	Serv. Sfp/Ac	Rbr/Czs/Rbr	Seminário	20 A 25.10.2008
Mirian S. S. Oliveira	Serv. Sfp/Ac	Rbr/Czs/Rbr	Seminário	20 A 25.10.2008
Amarízio Monteiro De Souza	Servidor	Rbr/Manaus/Rbr	Curso	19 A 25.10.2008

Senilda Pereira Lima Da Silva	“	Rbr/Manaus/Rbr	Curso	19 A 25.10.2008
Maria Aldenora Nogueira Vidal	“	Rbr/Manaus/Rbr	Curso	19 A 25.10.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/Aracaju/Rbr	Reunião	22 A 25.10.2008
José Dênis Moura Dos Santos	“”	Rbr/Aracaju/Rbr	Reunião	22 A 25.10.2008
Maria Do Rosário B. C. E Silva	Servidor	Rbr/Aracaju/Rbr	Reunião	22 A 25.10.2008
Fernando Campos Mendonça	Servidor	Campinas/Rbr/Campinas	Curso	03 A 08.11
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/A. Brasil/Epitac./Rbr	Técnico	08 A 09.11.2008
Gregory Santiago De Souza	“	Rbr/Brasília/Rbr	Reunião	09 A 14.11.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/Brasília/Rbr	Reunião	09 A 14.11.2008
Etimildo Lopes De Oliveira	“	Rbr/Brasília/Rbr	“	09 A 10.11.2008
Joelma Da Silva Pais	Col. Eventual	Rbr/Manaus/Rbr	“	03 A 08.11.2008
Geraldo De Melo Moura	Servidor	Rbr/Manaus/Rbr	“	03 A 08.11.2008
Pauline Martins Da Cunha	“	Rbr/Manaus/Rbr	“	03 A 08.11.2008
Alexandre Maximiano	“	Epitaciol/Rbr/Epitaciolândia	Curso	04 A 08.11.2008
Alexandre Benvindo Fernandes	Col. Eventual	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	Visita Técnica	23 A 26.11.2008
Carlos Eduardo Hessel	Col. Eventual	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	Visita Técnica	23 A 26.11.2008
Luciano Guimarães Cezar	“	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	“	23 A 26.11.2008
Alexandre Maximiano	Servidor	Epitaciol/Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr/Epitaciol.	Visita Técnica	22 A 27/11/2008
Mari Adalzenira Silva De França	Col. Eventual	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	“	23 A 26.11.2008
Izaias De Carvalho Filho	Servidor	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	“	23 A 26.11.2008
Soraya Elizabeth V. A. Lima	Col. Eventual	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	“	23 A 26.11.2008
Aroldo De Souza	“	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	“	23 A 26.11.2008
Francisco Lopes Dantas	“	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	“	23 A 26.11.2008
Manoel Pereira Do Nascimento	Servidor	Rbr/Acrelândia/Rbr	Conduzir Ffas	09.03.2008
Izaias De Carvalho Filho	“	Rbr/Londrina/Rbr	Técnico	12 A 15.11.2008
Alexandre Benvindo Fernandes	Col. Eventual	Rbr/Londrina/Rbr	“	12 A 15.11.2008
Augusto Jorge Simões E Silva	Servidor	Rbr/Aracaju/Rbr	Xiienfit	30.11 A 05.12.2008
Jorge Luiz Hessel	“	Rbr/Bsb/Goiânia/Rbr	Administrativo	03 A 06.12.2008
Josué Freire Do Nascimento	“	Rbr/Brasília/Rbr	Encontro	23 A 28.11.2008
Nássaro Pereira Ferreira	“	Rbr/Brasília/Rbr	“	23 A 28.11.2008
Maria Eliza Gadelha	“	Rbr/Goiânia/Rbr	Ii Encontro	23 A 25.11.2008
Etimildo Lopes De Oliveira	“	Rbr/Goiânia/Rbr	“	23 A 25.11.2008
Senilda Pereira Lima Da Silva	“	Rbr/Goiânia/Rbr	“	23 A 25.11.2008
Eduardo Mitke Brandão Reis	Col. Eventual	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	Visita Técnica	23 A 26.11.2008
Manoel Das Dores Mendes	Servidor	Rbr/Bento Gonçalves/Rbr	Reunião	23 A 26.11.2008
Ana Paula Guimarães Roldão	“	“	“	23 A 26.11.2008
Ligiane Lopes Amorim	Col. Eventual	Czs/Manaus/C. Do Sul	Reunião	03 A 08.11.2008
Ligiane Lopes Amorim	Col. Eventual	Czs/Rbr/Aracaju/Rbr/Czs	Encontro	29.11 A 06.12.2008
José Dênis Moura Dos Santos	Servidor	Rbr/Goiânia/Rbr	Encontro	30.11 A 05.12.2008
Eduardo Mitke Brandão Reis	Col. Eventual	Rbr/Londrina/Rbr	Técnico	12 A 15.11.2008
Cláudio Luiz O. Malveira	Col. Eventual	Rbr/S. Felipe/P. Bueno/Rbr	Visita Técnica	23 A 26.12.2008
Mariana Da Silva Paula	Servidor	Epitaciol/Curitiba/Epitaciol.	Curso	30.11 A 06.12.2008
Maria Eva De Jesus	“	Rbr/Aracaju/Rbr	Encontro	30.11 A 05.12.2008
Paulo Roberto Alves Silva	“	Rbr/Aracaju/Rbr	Encontro	30.11 A 05.12.2008
Maria Do Rosário B. C. E Silva	Servidor	Rbr/Goiânia/Rbr	Encontro	30.11 A 04.12.2008
Kennedy Lins Nunes Da Silva	Col. Eventual	Rbr/Campo Grande/Rbr	Treinamento	07 A 13.12.2008
Jairlânio Ferreira Gonçalves	Col. Eventual	Rbr/Campo Grande/Rbr	Treinamento	07 A 13.12.2008
Danilo Mazzo Do Sacramento	Col. Eventual	Rbr/Campo Grande/Rbr	Treinamento	07 A 13.12.2008
Pedro Henrique Salgado Bueno	Servidor	Rbr/Campo Grande/Rbr	Reunião	07 A 12.12.2008
Senilda Pereira Lima Da Silva	“	Rbr/João Pessoa/Rbr	Curso	10 A 13.12.2008
Francisco Lopes Dantas	Col. Eventual	Rbrsão Carlos/Rbr	Curso	07 A 13.12.2008
Caroline Del Giudice De Andrada	Servidor	Rbr/Fortaleza/Rbr	Reunião	07 A 10.12.2008
Luciano Guimarães Cezar	Col. Eventual	Rbr/São Carlos/Rbr	Curso	07 A 13.12.2008
Soraya Elizabeth V. A. Lima	Col. Eventual	Rbr/São Carlos/Rbr	Curso	07 A 13.12.2008
Aroldo De Souza	Col. Eventual	Rbr/São Carlos/Rbr	“	07 A 13.12.2008
Izaias De Carvalho Filho	Servidor	Rbr/São Carlos/Rbr	“	07 A 13.12.2008
Carlos Eduardo Hessel	Col. Eventual	Rbr/São Carlos/Rbr	“	07 A 13.12.2008
Alexandre Benvindo Fernandes	Col. Eventual	Rbr/São Carlos/Rbr	“	07 A 13.12.2008
Maria Dalzenira Silva De França	“	Rbr/São Carlos/Rbr	“	07 A 13.12.2008
Eduardo Mitke Brandão Reis	“	Rbr/São Carlos/Rbr	“	07 A 13.12.2008
Márcia Martins Lopes	Servidor	Rbr/Campinas/Rbr	“	07 A 11.12.2008
Maria Rosângela Barboza	“	Rbr/Pirenópolis/Rbr	“	07 A 12.12.2008
Maria Do Carmo O. B. Aguiar	“	Rbr/Pirenópolis/Rbr	“	07 A 12.12.2008
Paulo Roberto Alves Silva	“	Rbr/Fortaleza/Rbr	Reunião	07 A 12.12.2008
Alexandre Maximiano	Servidor	Epitaciolândia/São Carlos/Epitaciolândia	Curso	05 A 14.12.2008

18. Referência ao item B do Anexo II da DN-TCU93/2008.

“Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.”

- Não se aplica**.**

Jorge Luiz Hessel
Superintendente SFA-AC.